



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUSTENTÁVEL**

MARIA ALINE PEREIRA DE BRITO

**A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO CONTEXTO DOS OBJETIVOS DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: a História de Vida de um feminino singular**

**CRATO - CE
2018**

MARIA ALINE PEREIRA DE BRITO

**A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO CONTEXTO DOS OBJETIVOS DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: a História de Vida de um feminino singular**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER), da Universidade Federal do Cariri, como pré-requisito para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Regional Sustentável.

Área de concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável.

Orientador(a): Francisca Laudeci Martins Souza.

Coorientador(a): Zuleide Fernandes de Queiroz.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Cariri
Sistema de Bibliotecas

B875v

Brito, Maria Aline Pereira de.

A violência doméstica no contexto dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: a história de vida de um feminino singular/ Maria Aline Pereira de Brito. – 2018.

117 f.: il., enc.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Cariri, Centro de Ciências Agrárias e Biodiversidade, Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável, Crato, 2018.

Área de Concentração: Sociedade, Estado e Desenvolvimento Sustentável.

Orientação: Prof. Dra. Francisca Laudeci Martins Souza.

Co-orientação: Prof. Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz.

1. Gênero. 2. Violência doméstica. 3. Desenvolvimento sustentável. 4. História de vida. 5. Políticas públicas. I. Título.

CDD 305.4842

Bibliotecário: João Bosco Dumont do Nascimento – CRB 3/1355

MARIA ALINE PEREIRA DE BRITO

**A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO CONTEXTO DOS OBJETIVOS DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: a História de Vida de um feminino singular**

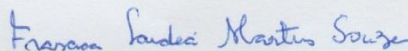
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER), da Universidade Federal do Cariri, como pré-requisito para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Regional Sustentável.

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável.

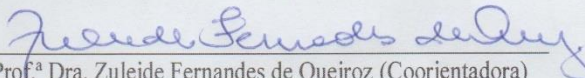
Linha de Pesquisa: Sociedade, Estado e Desenvolvimento Regional Sustentável.

Aprovada em: 22 / 02 / 2018

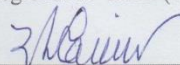
BANCA EXAMINADORA:



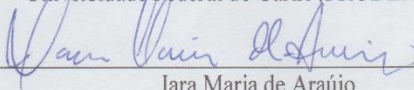
Prof.^a Dra. Francisca Laudeci Martins Souza (Orientadora)
Universidade Regional do Cariri (PRODER/URCA)



Prof.^a Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz (Coorientadora)
Universidade Regional do Cariri (PRODER/URCA)



Prof.^a Dra. Victoria Régia Arrais de Paiva
Universidade Federal do Cariri (PRODER/UFCA)



Iara Maria de Araújo
Universidade Regional do Cariri (URCA)

Dedico às mulheres da minha família, as quais são guerreiras e de luta; à todas as mulheres fortes que conheci ao longo da caminhada e à Lírio, pois a partir da sua história pude refletir a singularidade das histórias de vida das muitas flores que perdem seu perfume para a rudeza dos contextos das suas vidas e suas relações.

A todas, dedico!

AGRADECER É PRECISO

A construção de uma dissertação não é um trabalho solitário. Nela estão presentes as diferentes relações construídas com diferentes sujeitos ao longo do processo de pesquisa e de escrita. Cada olhar, cada voz, cada gesto, cada sentimento, seja de sentido teórico ou até mesmo emocional, foi constituindo comigo o exercício de estar e consumir o mestrado. Por tudo isso, é preciso agradecer!

É preciso agradecer a Deus, por renovar minhas forças e ser meu alimento espiritual diário.

É preciso agradecer ao meu marido Renato, por todo amor, paciência e incentivo ao longo da caminhada. Peço desculpas pelas ausências e por sacrificar tantos finais de semana e viagens para que eu ficasse em casa estudando. Sem o seu apoio e carinho, acredito não ter conseguido, foi Renato quem me ensinou que a palavra “desistir” não deve constar no dicionário da vida. Te amo!

É preciso agradecer aos meus pais Cícera e Virgílio (*in memoriam*), por me incentivarem a estudar e me ensinarem o caminho do bem. Obrigada por me acolherem carinhosamente com o apoio emocional e financeiro, sei que não foi tão fácil fornecer a mim e às minhas irmãs o estudo necessário. “Mainha”, que me acompanha fisicamente até hoje, escuta meus projetos acadêmicos e minhas angústias também, me ajuda a tomar decisões com sabedoria. E “Pain” que de onde está me envia boas energias para eu continuar a caminhada.

É preciso agradecer às minhas irmãs Alane e Amanda por todo companheirismo e afeto nos momentos de cansaço. Até quando estou distante, elas estão comigo. O amor de vocês me torna mais forte. Um agradecimento especial à Alane, pela ajuda em transcrever a entrevista e por todo ensinamento referente a gênero.

É preciso agradecer ao meu padrasto Francisco, por toda ajuda e apoio na caminhada. Um amigo, que junto com mainha nos incentiva a não desistir.

É preciso agradecer ao meu irmão do coração Wendel, que compartilhou comigo noites de estudo, dividimos angústias e ansiedades em concursos. Ele é um amor em minha vida, é sorriso em momentos de tristeza e abraço em momentos de encontros.

É preciso agradecer aos meus sogros, que são um presente em minha vida e se fizeram presentes nessa jornada.

É preciso agradecer à minha amiga/irmã Juliana pelo incentivo e pelas palavras de coragem quando pensava em fraquejar. A amizade é um sentimento acolhedor e Juliana me acolhe.

É preciso agradecer aos meus grandes amigos Lucas e Tiago Nascimento; cada um em sua área contribuíram para o crescimento do presente trabalho. Gratidão por toda ajuda!

É preciso agradecer à minha Orientadora Francisca Laudeci Martins Souza que pegou em minha mão e caminhamos juntas ao encontro de novos paradigmas. Gratidão por confiar em mim e pelas valiosíssimas orientações. As nossas conversas fortaleceram a pesquisa e principalmente a mim, enquanto sujeito.

É preciso agradecer à minha Coorientadora Zuleide Fernandes de Queiroz por abrir as portas de sua casa e do seu coração para me acolher. A sua acolhida me trouxe segurança e sentimentos bons. Ela como mulher e militante me ensinou o sentido de luta e o quanto precisamos lutar. Laudeci e Zuleide são luz em minha vida!

É preciso agradecer a todos os professores e professoras que compõem o corpo docente do PRODOR, por facilitar o conhecimento através de suas aulas.

É preciso agradecer a “Girassol” por todo ensinamento e principalmente por confiar a sua comunidade para ser instrumento da minha pesquisa. Gratidão por me tirar da escuridão, quando me senti perdida em relação à temática para a presente dissertação.

É preciso agradecer a Yure, pelos abraços afetuosos em momentos turbulentos e pela paz que transmite ao abraçar. Agradeço ainda a sensibilidade e a disponibilidade em fotografar subjetividades para minha dissertação.

É preciso agradecer aos amigos e companheiros de estrada Kathyane, Risomar, Gaby, Mila e Jeferson (Kalderash) por compartilhar as angústias na escrita e na vida. Além dos materiais acadêmicos, compartilhamos muitas risadas.

É preciso agradecer aos demais colegas de mestrado por todas as discussões enriquecedoras, pelo afeto compartilhado em sala de aula e fora dela também. Sentirei saudades!

É preciso agradecer à Altamira, Otácio, Marília e Havana, colegas de trabalho que se tornaram irmãos nesse processo. Me ajudaram com as disciplinas na URCA, enxugaram minhas lágrimas em momentos difíceis e me arrancaram sorrisos verdadeiros.

É preciso agradecer aos meus alunos/amigos da URCA campus Iguatu, os quais compartilharam comigo momentos difíceis nesse período. Deles ouvi palavras que chegavam a mim em forma de coragem, recebi abraços confortantes e muito carinho.

É preciso agradecer a “Lírio” pela confiança em narrar sua história, pela força que seu olhar nos transmitiu e pela esperança que seu abraço nos emanou.

É preciso agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, por fomentar a concessão de bolsa para efetivação desta pesquisa, pois certamente sem estímulo financeiro fazer o que se ama, como estudar, apresenta maiores dificuldades.

É preciso agradecer aos membros da Banca de qualificação, professoras Iara, Laudeci e Zuleide, por todas as importantíssimas sugestões que contribuíram para a continuidade do trabalho. Agradeço ainda à Banca examinadora da defesa, integrada pelas professoras Iara Maria de Araújo e Victoria Régia Arrais de Paiva por terem aceito o convite e se disponibilizarem à edificação da dissertação.

Para todos e todas, um trecho da música Presença da Comunidade Católica Shalom: “perto estás, se dentro estás”.

Recomece...

Quando a vida bater forte e sua alma sangrar.
Quando esse mundo pesado lhe ferir, lhe esmagar.
É hora do recomeço. Recomece a lutar!

Quando tudo for escuro e nada iluminar.
Quando tudo for incerto e você só duvidar.
É hora do recomeço. Recomece a acreditar!

Quando a estrada for longa e seu corpo fraquejar.
Quando não houver caminho, nem um lugar pra chegar.
É hora do recomeço. Recomece a caminhar!

Quando o mal for evidente e o amor se ocultar.
Quando o peito for vazio e o abraço faltar.
É hora do recomeço. Recomece a amar!

Quando você cair e ninguém lhe amparar.
Quando a força do que é ruim conseguir lhe derrubar.
É hora do recomeço. Recomece a levantar!

E quando a falta de esperança decidir lhe açoitar.
Se tudo que for real for difícil suportar.
É hora do recomeço. Recomece a sonhar!

(Bráulio Bessa)

BRITO, Maria Aline Pereira de. *A violência doméstica no contexto dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: a História de Vida de um feminino singular*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável) – Universidade Federal do Cariri, PRODER, Crato, 2018.

Perfil do autor: Especialista em Gestão de Recursos Humanos. Bacharela em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri. Bolsista do Programa de Demanda Social da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

RESUMO

A associação das questões desigualdade de gênero e Desenvolvimento Regional Sustentável é um tema emergente, o qual nos desafia à ampliação do conceito de desenvolvimento para além da concepção de crescimento econômico, uma vez que a conquista da equidade e o acesso à justiça são primordiais para a construção de um conceito de desenvolvimento cuja matriz contemple políticas, legislações e sujeitos. Gênero define espaços, redes, lugares sociais, valores, constrói diferenças, constitui e justifica hierarquias. Desenvolvimento Regional Sustentável, por sua vez, também pressupõe essa diversidade de conceitos. Nessa perspectiva, um lugar de associação das questões é a violência contra as mulheres, a qual consiste em uma das principais formas de violação dos direitos humanos, impactando-as nos direitos à vida, à saúde e à integridade física. Ou seja, enfraquecendo a pluralidade de possibilidades do desenvolvimento, o qual não deve contemplar apenas as condições materiais da existência dos sujeitos. No Brasil, por exemplo, é marcante a incidência de violações diversas no universo do feminino. Na tentativa de transformar essa realidade social, foi sancionada em 2006 a Lei 11.340/06, denominada Lei Maria da Penha, que, embora não seja isoladamente, suficiente para resolver a problemática, uma vez que são necessárias mudanças sociais e culturais, tem contribuído para problematização deste contexto. A correlação entre violência doméstica e desenvolvimento sustentável é centrada nos pressupostos de Amartya Sen e na agenda “Transformando Nosso Mundo: A agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, a qual abarca 17 objetivos que buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero, bem como o empoderamento das mulheres. É nessa perspectiva que a temática violência doméstica está incluída no processo de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o presente estudo tem por objetivo interpretar a singularidade da história de vida de uma mulher, em contexto de violência doméstica, fazendo uma associação com o debate acerca do Desenvolvimento Sustentável. Para tanto, tomamos como recorte territorial o Bairro Alto da Penha, Crato – CE e estabelecemos como recorte teórico o conceito de desenvolvimento como liberdade de Sen (2009) e o objetivo 16 declarado nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). A pesquisa aconteceu ao longo do ano de 2017, a partir das etapas de aproximação do campo, constituição de parcerias junto aos sujeitos ali presentes, instituição dos sujeitos da pesquisa e produção das imagens. Esse movimento caracteriza um estudo de natureza qualitativa que objetiva menos do que a constituição de uma verdade absoluta a instituição das possibilidades de verdade científica contingenciada pelo tempo e pelo espaço. Para tanto tomamos como principal caminho metodológico o instrumento da História de Vida e fizemos a análise e interpretação do material produzido por meio da técnica *The Zoom Model: A Dynamic Framework for the Analysis of Life Histories*. Por fim, e não menos importante, podemos afirmar que as necessidades e os direitos dos sujeitos, tais como o acesso igualitário à justiça e a liberdade de viver bem não costumam ser associados ao tema do desenvolvimento sustentável tal como prevê os ODS. Assim é urgente que o Estado implemente políticas públicas voltadas para a equidade de gênero, centradas no valor e na importância do indivíduo, ante a necessidade de

desenvolver suas capacidades e, dessa forma, agir como cidadão e agente ativo no processo de desenvolvimento. Nesse contexto, é urgente que as mulheres tenham seus direitos garantidos e suas demandas incluídas na pauta das políticas públicas e na constituição do desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chave: Gênero, Violência Doméstica, Desenvolvimento Sustentável, História de Vida, Políticas Públicas.

BRITO, Maria Aline Pereira de. *Domestic violence in the context of the Sustainable Development Objectives: the Life Story of a singular feminine*. Dissertation (Master in Sustainable Regional Development) - Federal University of Cariri, PRODER, Crato, 2018.

Profile of the author: Specialist in Human Resource Management. Bachelor's Degree in Economic Sciences from the Regional University of Cariri. Fellow of CAPES Social Demand Program - Coordination for the Improvement of Higher Level Personnel.

ABSTRACT

The association of the matters of gender inequality and sustainable regional development is an emerging theme, which challenges us to expand the concept of development beyond the conception of economic growth, once the achieving of equity and the access to justice are primordial for the building of a development concept whose matrix contemplates policies, legislations and subjects. Gender defines spaces, networks, social places, values, constructs differences, constitutes and justifies hierarchies. Sustainable Regional Development, in its turn, also presupposes this diversity of concepts. In this perspective, one thing of association of these matters is the violence against women, which consists of one of the main causes of human rights violations, impacting on the rights to life, health and physical integrity. That is, weakening the plurality of development possibilities, which should not only contemplate the material conditions of the subjects' existence. In Brazil, for example, it's remarkable the incidence of several violations in the feminine universe. In an attempt to transform this social reality, it was sanctioned in 2006 the Law 11.340 / 06, known as the Maria da Penha Law, which, although not being solely, enough to solve the problem, since social and cultural changes are necessary, it has contributed to problematization of this context. The correlation between domestic violence and sustainable development is centered on the assumptions of Amartya Sen and on the diary "Transforming Our World: The 2030 diary for Sustainable Development," which encompasses 17 objectives that seek to realize the human rights of all and achieve gender equality, just as well as the empowerment of women. This is the perspective that the issue of domestic violence is included in the process of sustainable development. In this sense, the present study aims to interpret the singularity of a woman's life history in the context of domestic violence, making an association with the debate about Sustainable Development. For that, we took as a territorial profile the Alto da Penha neighborhood, Crato - CE and we established as a theoretical profile the concept of development as freedom of Sen (2009) and the objective 16 declared in the Sustainable Development Objectives (SDO). The research took place throughout the year of 2017, starting from the phases of approaching the field, establishing partnerships with the subjects present therein, institution of research subjects and production of images. This movement characterizes a study of a qualitative nature that aims less than the constitution of an absolute truth, the institution of the possibilities of scientific truth dependent on time and space. For this we took as the main methodological path the instrument of the History of Life and we did the analysis and interpretation of the material produced by the means of the technique The Zoom Model: A Dynamic Framework for the Analysis of Life Histories. Last, but not least, we can say that the needs and rights of subjects, such as equal access to justice and freedom of living well, are not frequently associated with the theme of sustainable development just like established by the SDOs. Thus, it is urgent that the State implements public policies focused on gender equity, centered on the value and importance of the individual, viewing the need to develop their capacities and, thus, act as a citizen and an active agent in the development process. In this context, it is urgent that women have their rights guaranteed and their

demands included in the agenda of public policies and in the constitution of sustainable development.

Key Words: Gender, Domestic Violence, Sustainable Development, History of Life, Public Policy.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01: Devires - a construção de novos caminhos	16
Imagem 02: A presença e o estar presente	20
Imagem 03: Visão holística do bairro Alto da Penha	25
Imagem 04: O olhar sensível da pesquisadora e a expressão da Alteridade	74
Imagem 05: O colorido entre as paredes acinzentadas	79
Imagem 06: A relação bebida alcoólica e violência doméstica transcorre no Alto da Penha	82
Imagem 07: As grades que permeiam as paredes de um lar	83
Imagem 08: A prisão subjetiva germinada pelos sentimentos de medo e vergonha	90
Imagem 09: O abrir do cadeado: a coragem para a denúncia	92
Imagem 10: O café que regou o relato da história de vida de Lírio	97
Imagem 11: O caminho ainda é longo, mas ainda temos fôlego para percorrê-lo	99

LISTA DE SIGLAS

AMBAP	Associação dos Moradores do Bairro Alto da Penha
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDDPH	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
COM	Centro Popular da Mulher
CRAM	Centro de Referência e Atendimento à Mulher
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DDM	Delegacia de Defesa da Mulher
DEAM's	Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECOS	Laboratório de Estudos em Economia Solidária e Sustentabilidade
FEBEMCE	Fundação do Bem-Estar do Menor Cearense
IML	Instituto Médico Legal
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MFPA	Movimento Feminista pela Anistia
NITE	Núcleo de Iniciação ao Trabalho
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PBF	Programa Bolsa Família
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UECE	Universidade do Estado do Ceará
UMC	União das Mulheres Cearenses
URCA	Universidade Regional do Cariri

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	CAMINHANTE, NÃO HÁ CAMINHO, SE FAZ CAMINHO AO ANDAR	14
	<i>1.1 Conhecer de si: devir-mulher, devir-pesquisadora</i>	<i>14</i>
	<i>1.2 No meio do caminho, encontramos um lírio</i>	<i>18</i>
2	CAMINHANDO E SEMEANDO: O ENCONTRO COM A PESQUISA	24
	<i>2.1 Lócus do Estudo</i>	<i>24</i>
	<i>2.2 A singularidade em/do estudo</i>	<i>30</i>
	<i>2.3 Tipo de Estudo</i>	<i>31</i>
	<i>2.4 Instituição dos Dados a partir dos objetivos</i>	<i>32</i>
	<i>2.4.1 Apresentar um panorama conceitual acerca de gênero, violência doméstica, Lei Maria da Penha, singularidades e Desenvolvimento Sustentável</i>	<i>32</i>
	<i>2.4.2 Caracterizar os instrumentos que integram a rede de políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica</i>	<i>33</i>
	<i>2.4.3 Relacionar a singularidade da história de vida de uma mulher no bairro Alto da Penha com as possibilidades de alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável</i>	<i>34</i>
	<i>2.5 Análise e Interpretação dos Dados</i>	<i>37</i>
	<i>2.6 Aspectos éticos da Pesquisa</i>	<i>39</i>
3	REDE DE CONCEITOS PARA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	41
	<i>3.1 Discutindo o conceito de Gênero</i>	<i>41</i>
	<i>3.2 Violência contra as Mulheres: Conceitos, tipificações e desafios</i>	<i>44</i>
	<i>3.3 A grande conquista: Lei Maria da Penha</i>	<i>50</i>
	<i>3.4 O invisível é essencial aos olhos: a expressão da singularidade</i>	<i>53</i>
	<i>3.5 A Violência Doméstica no contexto dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável</i>	<i>54</i>
4	TECENDO A REDE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA TRAJETÓRIA DE RESISTÊNCIAS E ENFRENTAMENTOS	58
	<i>4.1 Construindo Enfrentamentos através da Resistência: tecendo a rede</i>	<i>58</i>
	<i>4.1.1A Luta floresceu: criação da Delegacia de Defesa da Mulher</i>	<i>67</i>
	<i>4.2 Agente de Mudança, Expansão de Capacidades e Liberdade Humana: Nuances do Desenvolvimento</i>	<i>69</i>
5	SOBRE SINGULARIDADES... A HISTÓRIA DE VIDA DE LÍRIO	74
	<i>5.1 A história, a memória e a leveza de um lírio</i>	<i>76</i>
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM CAMINHO DE POSSIBILIDADES	101
	REFERÊNCIAS	104
	ANEXO I	114
	ANEXO II	115
	ANEXO III	116

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico de uma nação guarda relação com a sua capacidade de acumular capital podendo gerar diversos benefícios sociais. Teoricamente desenvolver seria resolver o problema da escassez a partir da geração de benefícios sociais que favorecessem o progresso por meio da erradicação da pobreza, qualificação da mão de obra, incremento dos salários, melhoria na oferta e nas condições de trabalho, qualificação da dieta alimentar, maior acesso aos equipamentos de saúde, transporte, lazer e educação, dentre outros. Porém, associados a esse modo de conceber o desenvolvimento estão as externalidades negativas que afetam o ambiente, em específico, os sujeitos implicados nessa máxima de geração de emprego e renda.

Para dar conta desta problematização, a qual reconhece que o crescimento não necessariamente produz desenvolvimento, surgiram, a partir dos anos de 1980, as discussões em torno da possibilidade de um desenvolvimento sustentável, cuja matriz de pensamento contempla, além dos temas característicos da economia como emprego e renda, as dimensões políticas, sociais, espaciais, educacionais, afetivas, dentre outras a que estão inseridos os sujeitos. Nesse particular, o documento Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, lançado em 2015 pela ONUBR - Nações Unidas no Brasil, contempla 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, dentre os quais o objetivo 16, o qual busca “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”.

Nesse contexto, a discussão acerca da desigualdade de gênero se aproxima dos debates teóricos no tocante ao desenvolvimento sustentável na medida em que está centrada na historicidade de um fenômeno visto na sociedade como algo natural, mediante a existência dos sexos masculino e feminino, os quais são distintos pelas relações de dominação e de forças simbólicas entre si. Isso implica dizer que as relações de poder e domínio que configuram o território são históricas e sobrepujadas pela sociedade dos dias atuais.

Gênero diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação e entendimento tem demandado muito investimento intelectual. Nessa perspectiva, Scott (2002) contribui salientando que gênero define espaços, redes, lugares sociais, valores, constrói diferenças, constitui e justifica hierarquias. Gênero é mistura de ação e poder.

Segundo Foucault (1981), o poder é concebido como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social, ou seja, o poder é projetado nas e pelas relações sociais.

Portanto, o poder acaba se espalhando por toda a sociedade, tendo configurações mais regionais e locais, penetrando instituições, corporificando-se em técnicas, munindo-se de instrumentos de intervenção material ao nível dos processos que sujeitam os corpos e regem os comportamentos humanos.

O fenômeno da desigualdade de gênero, os conceitos de gênero e de poder, bem como as diferentes leituras realizadas no movimento desta pesquisa nos ajudam a pensar que, por séculos, o feminino sofre com a dominação masculina, mas que nas últimas três décadas, a violência de gênero adquiriu maior visibilidade, sendo reconhecida como um problema social, cultural e jurídico.

Nesse cenário configura-se a violência contra as mulheres, a qual é descrita pela Convenção de Belém do Pará de 1994, como “[...] qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”.

A violência contra as mulheres consiste em uma das principais formas de violação dos seus direitos humanos, impactando-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física. Posto isso, é interessante pensar as interfaces dessa violência.

O estudo da violência contra as mulheres no Nordeste do Brasil, em especial no estado do Ceará, carrega consigo a obrigatoriedade de um olhar atento e sensível às peculiaridades construídas historicamente, visto a cultura patriarcal e machista existente. Assim, a imagem simbólico-cultural do homem nordestino, cearense e caririense, como rude e por assim dizer “violento” está inserida no processo de construção das relações de gênero no município de Crato, local marcado pelo alto índice de casos de violência doméstica e familiar.

Para constituir o específico desta pesquisa, tomamos Roque (2016) ao nos informar que o município de Crato lidera os casos de violência contra mulheres na região caririense. Além disso, mediante dados disponibilizados pelo Observatório da Violência e dos Direitos Humanos da Universidade Regional do Cariri – URCA, como também dados coletados na própria Delegacia de Defesa da Mulher, vimos que esse cenário municipal é reforçado de maneira singular com seus bairros, com destaque para o Alto da Penha¹.

A partir disso, fomos conhecer a realidade do bairro e também as histórias de violência contida em cada parede, rua ou esquina do Alto da Penha. E aqui, podemos justificar a

¹ Escolhemos o bairro Alto da Penha do município de Crato para desenvolver essa pesquisa, apesar de não constar dados oficiais, nem tampouco pesquisas sobre a alta incidência de violência doméstica e familiar no local. Tivemos acesso a essas informações através de Girassol (pseudônimo), moradora do bairro, conhecedora de cada caso desse tipo de violência e também vítima. Foi através do seu relato, o qual encontra-se em anexo I, que nos propusemos a realizar a pesquisa nessa comunidade. Aqui justifica-se a nossa dificuldade em encontrar dados e estatísticas oficiais nesse sentido.

importância desse estudo, pois este contribui para o fortalecimento e produção do conhecimento científico acerca da necessidade de discutir e transformar as relações de gênero em nossa sociedade. A escolha do tema e do local da pesquisa justifica-se pela proporção grandiosa que a violência doméstica está tomando em todo território brasileiro e principalmente no interior cearense. Através da história de vida contextualizada no capítulo 5, como também do relato em anexo I e da nossa percepção ao conhecer o bairro e suas mulheres, constatou-se que o bairro Alto da Penha, localizado no município de Crato, é detentor de um alto índice de violência contra as mulheres.

Diante disso, a preocupação com o princípio da dignidade, da justiça e da equidade social conduz um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e é nessa perspectiva que a pesquisa em questão torna-se relevante, para a construção de um novo paradigma de desenvolvimento no Cariri.

A correlação entre violência doméstica e desenvolvimento sustentável é centrada nos pressupostos de Amartya Sen e na agenda “Transformando Nosso Mundo: A agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, a qual abarca 17 objetivos que buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. Os objetivos são integrados e indivisíveis e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: economia, sociedade e ambiente.

O objetivo 16 da agenda é o elemento norteador para a discussão do conceito de desenvolvimento sustentável, mediante a interpretação da história de vida de uma mulher singular no contexto da violência doméstica no bairro Alto da Penha, uma vez que esse objetivo busca “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”, como já dissemos anteriormente.

Esse movimento de pesquisa se deu a partir de uma questão principal, qual seja indagar de que maneira o contexto de violência doméstica se expressa na singularidade da história de vida de uma mulher e como esta singularidade pode ajudar na construção de problematizações mais alargadas do conceito de desenvolvimento sustentável. Diante disso, o objetivo geral é interpretar a singularidade da história de vida de uma mulher no contexto da violência doméstica no bairro Alto da Penha à luz dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. De modo específico, temos: apresentar um panorama conceitual acerca de gênero, violência doméstica, Lei Maria da Penha, singularidades e Desenvolvimento Sustentável; caracterizar os instrumentos que integram a rede de políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica; relacionar a singularidade da história de vida de uma

mulher no bairro Alto da Penha com as possibilidades de alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Para nos ajudar na constituição dessa historicidade, acompanhamo-nos de Amartya Sen (2009) em sua obra *Desenvolvimento como Liberdade* que enfatiza o vazio existente entre a prioridade dada a concentração de riqueza econômica e um enfoque sobre a liberdade de escolher a vida que queremos levar. Para nós e para Sen (2009) a liberdade é condição *sine qua non* na conceituação do desenvolvimento. É urgente que o desenvolvimento sustentável se paute na centralidade da vida humana.

A pesquisa foi realizada em etapas, de natureza essencialmente qualitativa, sendo que a abordagem mais adequada para esse estudo foi a História de Vida. O relato de vida permitiu falar sobre mulheres em situação de violência doméstica e familiar a partir de sua memória e de suas relações com o mundo. Além disso, a partir de sua trajetória foi possível extrair da narrativa, elementos capazes de conduzir a novas problematizações do conceito de desenvolvimento sustentável.

As discussões e interpretações tecidas nesta pesquisa foram estruturadas e divididas em cinco capítulos, além das considerações finais e desta parte introdutória. No capítulo 1, escrito em tom memorial, contempla a apresentação da pesquisadora e dos sujeitos que contribuíram para a construção da pesquisa. Constitui uma ação de escrita de si a partir das interfaces com o Outro. No segundo capítulo, constam os caminhos metodológicos percorridos para responder à problemática e alcançar os objetivos propostos. O Capítulo 3 enfoca a abordagem conceitual e histórica dos aspectos norteadores da pesquisa. O quarto capítulo trata do contexto histórico das políticas públicas advindas da luta e resistência dos movimentos de mulheres e feministas no Brasil, como também discorre sobre as nuances do desenvolvimento, a partir dos conceitos de agente de mudança, expansão de capacidades e liberdade humana, abordados por Amartya Sen em seu livro *Desenvolvimento como Liberdade*. Por fim, no quinto capítulo tecemos a interpretação da história de vida de uma mulher singular no contexto da violência doméstica, seus limites e possibilidades de alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

1 CAMINHANTE, NÃO HÁ CAMINHO, SE FAZ CAMINHO AO ANDAR

Só eu sei cada passo por mim dado, nessa estrada esburacada que é a vida, passei coisas que até mesmo Deus duvida [...], me agarrava sempre numa mão amiga e de forças minha alma era munida, pois do céu a voz de Deus dizia assim: -Suba o queixo, meta os pés, confie em mim. Siga a luta que eu cuido das feridas (Bráulio Bessa).

O objetivo deste capítulo consiste em tecer uma apresentação de si e dos sujeitos que contribuíram para a construção dessa dissertação, bem como refletir sobre o caminho percorrido para o encontro comigo mesma e com o Outro. Aqui serão narrados os enfrentamentos, desafios e a gênese da minha história de vida; para isso farei uso da narrativa em tom memorial. Nesse sentido, Candau (2001) caracteriza a memória, como uma capacidade neurobiológica complexa e pode ser descrita como a capacidade de conhecimento que o indivíduo possui de sua própria memória, como também de sua dimensão temporal.

1.1 Conhecer de si: devir-mulher, devir-pesquisadora

Dissertar sobre si não consiste em um exercício fácil, diria doloroso. O autoconhecimento é uma dádiva, que poucos possuem; ousar dizer se tratar de um caminho infinito. Mas refletir sobre o caminho percorrido nesses dois anos de mestrado e até mesmo durante a vida inteira se fez porta de entrada para realização desta pesquisa e escrita deste texto de dissertação. Foi necessário possibilitar devires, alterar a ordem natural dos acontecimentos, reencontrar-me. Esse programa de mestrado me permitiu agir em linhas de fuga, uma vez que a normalidade não espera de uma economista a construção de uma dissertação com a presente temática. Mas não poderia ser diferente na medida em que a pesquisadora e professora que sou encontra-se em constante (re)invenção e (des)construção.

A vida não me possibilitou tantas facilidades, trouxe ausências e saudades. Pensar a própria trajetória me rememora a perda do meu pai. Usando as palavras de Renato Russo, descrevo o que sinto: “é tão estranho, os bons morrem jovens. Assim parece ser, quando me lembro de você, que acabou indo embora cedo demais”. O cedo demais remete aos 37 anos do meu genitor na ocasião da nossa separação.

Aprendi a cuidar e praticamente “criar” minhas duas irmãs mais novas, pois minha mãe precisava trabalhar para nos sustentar. Ao trabalhar fora de casa para garantir o sustento

das filhas, mainha² passou a acumular três funções, ou seja, três responsabilidades: a de trabalhadora dentro e fora do lar, assim como a de mãe, o que significa, a de cuidadora dos filhos (OGIDO e SCHOR, 2012). Mas ela as cumpriu com maestria e muito amor.

Mainha sempre foi uma guerreira, uma verdadeira inspiração para mim. Como a agricultura predominava na região, ela trabalhou com seu pai na lavoura até aos 21 anos, idade que se casou. Depois de casada, exerceu o ofício de professora, e eu a acompanhava ainda com 4 anos, foi onde aprendi a ler e escrever. Minhas irmãs logo chegaram, tivemos uma infância feliz, gostávamos de passear de cavalo com nosso pai, como também ir à missa na bicicleta com ele. Era a diversão dos finais de semana. Candau (2001) vai me ajudando na narrativa, quando enfatiza que a memória nos remete à capacidade dos indivíduos de pensar, articular e dizer sobre eles mesmos.

De família simples e filha de agricultores, vim do interior de uma cidadezinha escondida pela Chapada do Araripe, minha amada Jardim. Quando eu tinha 11 anos, meu pai fez a passagem, deixando em nós uma saudade que até hoje nos maltrata. A partir daí mainha tornou-se pai e mãe.

Enquanto sou mãe e pai, sou também cozinheira, lavadeira, faxineira, professora, educadora, amiga e companheira, conselheira, organizadora, trabalhadora num qualquer departamento ou negociante, sou filha, sou amiga, sou vizinha, sou enfermeira e médica sempre que necessário, motorista, jardineira, anjo da guarda ou polícia, por vezes até cientista, pago contas, estico dinheiro e invento tempo para ser um bocadinho eu. Tudo isto em pose de senhora, num corpo feminino que os aconchega no colo, que se molda às cabeças no ombro e lhes deu de mamar quando eram bebês. Um corpo e uma mente com a flexibilidade necessária para cada nova situação com que me deparo e a voz doce e meiga que os protege, com a necessidade pontual da autoridade que os alerta e coloca em sentido (NASCIMENTO, 2017, p. 1).

Assim é mainha, é tudo para nós e faz tudo por nós. É o nosso alicerce, nosso colo e inspiração diária. Que bom seria se tivéssemos ela uma vida inteira. Sabemos que a presença do pai na família é fundamental, pois ele é “[...] necessário para dar à mãe apoio moral, ser um esteio para a sua autoridade, um ser humano que sustenta a lei e a ordem que a mãe implanta na vida da criança” (WINNICOTT, 1979, p. 56). Mas isso é alheio às nossas vontades, a vida é cheia de surpresas, boas ou ruins.

Ao percorrer o caminho, fui fazendo novos caminhos. Me tornei adulta, sem passar pelo estágio da adolescência. Me tornei “mãe” das minhas irmãs, sem ter crescido. Matei dragões, sem ter a força necessária. Engoli muito choro para mostrar que era forte. Por muitas

² Sem perder a formalidade da escrita, peço autorização dos meus leitores para narrar a minha história, designando o termo “mainha” para referenciar minha mãe, pois é assim que sempre a chamei e chamo até hoje.

vezes caí, e não consegui me levantar. Aqui constitui-se o meu devir-mulher, não houve dia, nem hora.

Imagem 01: Devires - a construção de novos caminhos.



Fonte: Elaboração própria / Créditos da foto: Yure Emanuel de Melo Feitosa Araújo.

O devir-mulher continua e nasce o devir-pesquisadora. Aos 17 anos, passei no vestibular, fui morar em Juazeiro do Norte para cursar Economia na URCA, Campus Pimenta em Crato. Em termos de caracterização e localização, é pertinente abordar que “a mesma se constitui como uma universidade estadual cearense, criada formalmente no ano de 1986, pela Lei nº 11.191, de 09 de junho de 1986 e autorizada a funcionar mediante o Decreto Presidencial nº 94.016, de 11 de fevereiro de 1987” (SOUZA, 2010, p. 28). Inicialmente, a URCA foi composta mediante a aglutinação entre os cursos de licenciaturas pertencentes à extinta Faculdade de Filosofia do Crato e os cursos de Direito e Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Ceará (UECE).

As paredes da URCA, além de me dotarem de conhecimento científico, de me constituírem pesquisadora, me ensinaram que as relações de poder e os jogos de egos, me perseguiriam até onde eu permitisse. Eu não permito, mas essas competições são inerentes às questões políticas que a vida nos remete constantemente.

A ida para Juazeiro do Norte consistiu em mais uma separação dolorosa, mas era necessária. A cidade, conhecida como “Capital da fé” me apresentou situações as quais não imaginava vivenciar. Ora, uma menina negra, de família pobre, vinda do interior de uma cidade quase desconhecida, matuta por natureza poderia ingressar na Universidade? Mas o devir-mulher e o devir-pesquisadora se constituíram, foi através do amadurecimento e do conhecimento adquirido nos livros que venci e venço todos os dias. Aprendo e reaprendo todos os dias.

É evidente que Juazeiro do Norte também me apresentou pessoas maravilhosas, afinal foi naquele lugar quente e cheio de gente que conheci meu marido. E foram essas pessoas que me ajudaram e me fortaleceram durante o processo de pesquisa. Nunca estive sozinha, além das energias positivas do Universo, Deus me presenteou com pessoas que não me deixaram cair quando fraquejei por muitas vezes. Sim, fraquejei. Uma semana antes de casar, fui chamada para assumir o concurso para professora temporária em Iguatu. Era o meu sonho ser professora da URCA, mas também era meu sonho ser esposa de Renato. Eu assumi, porque ele me deu todo apoio e força necessários, mas fraquejei por não retribuir essa força, eu só pensava em desistir, não estava fácil. Logo depois de casada, nossa casa foi assaltada, roubaram alguns utensílios, fraquejei porque fiquei assustada, com medo, adquiri síndrome do pânico, e não fui a melhor companhia para meu marido quando ele mais precisou. Quando finalmente me acostumo em dividir a vida entre família e alunos (Juazeiro – Iguatu), supero o medo de ficar sozinha em casa, eu fraquejo novamente. Minha irmã mais nova adocece de depressão e eu não sabia como ajudá-la, talvez esse tenha sido o momento que me senti mais impotente em minha vida.

Na busca de informações sobre depressão, o que mais encontrei foi algo relacionado à “doença do século”, pois durante o processo depressivo, o eu, para não se encontrar com a falta, se entristece. Há uma perda da libido, o que implica na perda de prazer e de investimento na vida, no querer viver. Quando não há desejo de mudança, de viver melhor, de vencer os medos, certamente não há sujeito (SIQUEIRA, 2007).

É isso mesmo, vimos nossa irmã desaparecendo, o desejo e a alegria em viver estavam escondidos pela sombra de tristeza em sua face, mas aos poucos estamos vencendo a depressão, pois ela não é mais forte que a coragem interna que todos possuímos. As forças sobrenaturais, o Deus no qual acreditamos também nos ajudou, nos dando a sabedoria necessária para lidar com essa situação.

Durante esse processo, eu sentava para escrever e não conseguia. Não conseguia raciocinar, nem tampouco progredir com a pesquisa. Mas eu não estava sozinha, alguns

colegas de trabalho de Iguatu me ajudaram com as disciplinas, quando precisava faltar para cuidar da minha irmã, meu marido me ajudava tendo paciência e me fazendo sentir o amor lindo que ele sente por mim, Girassol e minha orientadora me ajudavam com o andar da pesquisa... Cada um ajudava da maneira que podia, minha família e meus amigos são anjos em meu caminhar.

Portanto, ao produzir essa autonarrativa, afirmo com os olhos marejando: Como sou feliz e grata por tudo que ganhei e também pelo que perdi, pois aprendi que tudo tem um propósito e que Deus sabe de todas as coisas. Recentemente realizei dois grandes sonhos: o primeiro foi voltar para URCA como professora. No Campus de Iguatu, aprendo a cada dia e tento retribuir espalhando afetos bons por lá. E o segundo foi casar com a pessoa mais iluminada e do bem que poderia existir, Renato não é minha metade, nem meu complemento, ele é a luz que alegra os meus dias.

Agora estou encerrando mais um ciclo, concluindo o mestrado, experiência que nunca imaginava passar. A primeira mestra da família, mainha está orgulhosa, mas sabe que vem mais um mestrado por aí, Alane está providenciando (risos). Amanda vislumbra outros mestrados, quem sabe o mestrado da vida. Sinto que “pain” está feliz também, acompanhando nossa felicidade.

Não posso dizer que estou terminando essa autonarrativa, pois muito ainda tenho para viver. Preciso reinventar-me, desconstruir-me e constituir devires sempre que necessário. Dou uma pausa nesse relato, afirmando que me constituo sujeito conhecedor de si e sujeito pertencente à pesquisa realizada. Esses inúmeros olhares, sentimentos e vozes que citei ao longo da narrativa, fazem parte da minha trajetória de vida e da construção da presente dissertação. Portanto, que o meu leitor receba meu tom coloquial e memorial como a minha única possibilidade de adentrar nessa escrita.

1.2 No meio do caminho, encontramos um Lírio...

Quando iniciei o mestrado, não imaginava o quão difícil era se apaixonar de verdade por uma temática. Como dizia minha orientadora, “paquerei” com Responsabilidade Social Corporativa³ em indústrias de calçados; “tive um caso” com a Aplicabilidade da Lei Maria da

³ A responsabilidade social corporativa pressupõe o comprometimento das organizações, na perspectiva de contribuir por um desenvolvimento econômico sustentável, trabalhando com os empregados e seus familiares, bem como a comunidade local e a sociedade, tendo em vista, a melhoria da sua qualidade de vida (SCHROEDER e SCHOROEDER, 2004).

Penha; “quase namorei” com a Frente das Mulheres dos Movimentos do Cariri⁴ e, enfim, me “apaixonei” pelos lírios do campo, ou simplesmente pelas Penhas do Alto. Eu diria que foi um caminho angustiante, mas aprendi e saí fortalecida com tudo que vivenciei nesse ínterim.

A temática escolhida para o ingresso no mestrado ainda tratava de verdades absolutas impostas por números em gráficos, pois durante algum tempo permaneci engessada pelas quantificações apreendidas no curso de Economia. Quando saí das paredes positivistas da graduação, conheci e me tornei participante do Grupo de Pesquisa e Extensão ECOS - Laboratório de Estudos em Economia Solidária e Sustentabilidade, o qual despertou em mim novos olhares e novas perspectivas.

Emergiu, então, o desejo de conhecer a singularidade do Outro durante a pesquisa da dissertação, dando luz em mim a um processo de (des)construção de antigos paradigmas. E o mestrado me deu a liberdade de pensar, de me constituir sujeito pertencente às minhas pesquisas e me ensinou o exercício da alteridade. O conhecer de si, a afirmação do eu e o encontro com o Outro, possibilitaram o encontrar-me.

O encontro comigo mesma justifica a razão pela qual eu queria tanto pesquisar o feminino; as minhas ancestrais foram mulheres fortes e guerreiras, minha mãe é fonte de inspiração, e minhas irmãs estão se constituindo grandes mulheres. O eu que habita em mim também reflete uma mulher forte e cheia de garra. Diante de tudo isso, essa pesquisa também traz a afirmação do “eu”.

Tudo começou em um encontro do grupo técnico que faço parte, compartilhei minhas angústias com a professora Victoria Régia sobre a dificuldade de me encontrar com o tema sobre o qual queria pesquisar. Ela rapidamente lembrou de Girassol e do seu TCC⁵, intitulado: A Aplicabilidade da lei Maria da Penha (11.340/06) no município de Crato – CE sob a ótica de vítimas e agressores da violência doméstica, mediante à aplicação de 600 questionários (400 com mulheres em situação de violência doméstica e 200 com agressores).

Fomos⁶ ao encontro da comunidade e uma das suas lideranças; saímos de lá com o desejo de contar a história das diversas Penhas que conhecemos, através dos relatos de

⁴ Frente criada com o objetivo de articular os diversos movimentos e coletivos do Cariri, os quais possuem objetivos comuns e/ou complementares. Foi no dia 17 de maio de 2014, em um encontro na sede dos Vicentinos, localizada defronte à Praça da Sé no município de Crato, que nasceu oficialmente a Frente das Mulheres dos Movimentos do Cariri”, a qual define-se como “uma Frente anticapitalista, antilebohomotransfóbico e antirracista” (ISIDÓRIO et al., 2015, p. 264).

⁵ **A aplicabilidade da Lei Maria da Penha (11.340/06 no município de Crato-CE sob a ótica de vítimas e agressores da Violência Doméstica.** 60f. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Administração Pública: Gestão Pública e Social da Universidade Federal do Cariri – UFCA, Juazeiro do Norte, 2017.

⁶ A partir daqui utilizamos o plural, pois a orientadora acompanhou a pesquisadora em todas as idas ao bairro Alto da Penha, inclusive participando das entrevistas, dos registros em fotos e vivenciando cada sentimento dessa pesquisa.

Girassol. A partir daí nós e a pesquisa nos encontramos. Às vezes, ainda nos perdemos ante a angústia e a vontade de mudar nem que seja um pouquinho essa realidade, que tanto assola a maioria de nossas mulheres.

Então, não perdemos mais o contato com a comunidade e depois de muitas orientações, decidimos agendar a tão esperada ida a campo, aliás, até então a pesquisadora desconhecia, em absoluto, o fazer pesquisa a partir do campo e suas nuances. Certamente por isso, ela mergulhou na singularidade de cada “eu que sentiu e conheceu”.

Passamos duas semanas articulando esse encontro. Seria um dia inteiro com palestra, dinâmicas, documentários. Encomendamos café da manhã e almoço na própria comunidade, como forma de beneficiar algumas das mulheres do bairro. Os dias que antecederam esse tão esperado domingo foram de muita ansiedade, e até mesmo medo. Medo do que ouviríamos e sentiríamos. É pertinente ressaltar que o dia foi escolhido pelas próprias mulheres que seriam entrevistadas, pois para elas, o domingo era mais tranquilo.

Imagem 02: A presença e o estar presente.



Fonte: Elaboração própria / Créditos da foto: Yure Emanuel de Melo Feitosa Araújo.

A orientadora me acompanhou durante todo o processo de campo, desde a articulação do encontro, a ida comigo ao bairro e a participação durante as entrevistas. Sua presença foi

primorosa e me encheu de segurança. Ao chegarmos no local combinado, fomos surpreendidas: convidamos 20 mulheres das muitas que se encontram em situação de violência doméstica e familiar no bairro Alto da Penha e apenas duas compareceram. Esse tipo de violência transporta causas culturais, econômicas e sociais, aliadas à pouca visibilidade, à impunidade e à ilegalidade. A violência contra mulheres é a tradução real das relações de poder, como também da força física masculina, configurando uma história de desigualdades socioculturais entre homens e mulheres (SANTO et al., 2010).

Algumas delas, ficamos sabendo nas entrelinhas da pesquisa, foram agredidas por seus companheiros na noite anterior devido aos processos de drogatização, com destaque para o álcool. O álcool é consumido em praticamente todas as regiões do mundo em contextos culturais diversos e seu uso frequente e irregular é considerado um problema de saúde pública, haja vista que o álcool consiste em uma droga mundialmente utilizada e legalmente comercializada pela sociedade (BRASIL, 2011).

Tecendo a relação do uso de álcool e violência doméstica, Santos et al. (2012) enfatiza que o consumo de álcool pelo agressor pode desencadear um aumento no impacto da violência, bem como suas consequências para a saúde da família. É pertinente destacar que a crença em que o álcool seja o responsável pelas agressões, acabada diminuindo a culpa do agressor, ao mesmo tempo ascendendo a tolerância da vítima, o que pode ocasionar episódios futuros de violência. Trata-se de questões delicadas, as quais requerem um olhar atento e aprofundado. O consumo exagerado contribui para a perpetração da violência, mas isso não implica dizer que o álcool é condição necessária e suficiente para o ato violento.

Voltando à dificuldade de composição do nosso grupo de mulheres, ficou patente que muitas não compareceram por ciúmes de seus companheiros. O ciúme “[...] pode ser saudável, pois é capaz de fazer com que a pessoa que o sente reflita sobre seu relacionamento e sobre si mesma” (CENTEVILLE e ALMEIDA, 2007, p. 74). No entanto, o ciúme pode configurar-se em intensidades diferentes ou como ameaça, traduz-se como “[...] um conjunto de emoções desencadeadas por sentimentos de alguma ameaça à estabilidade ou qualidade de um relacionamento íntimo valorizado” (CENTEVILLE e ALMEIDA, 2007, p.75).

Desta feita, o ciúme patológico pode causar inúmeros transtornos em um relacionamento, podendo prejudicar, além da esfera amorosa, os âmbitos social, profissional, familiar e o íntimo da outra pessoa, acarretando conflitos. Os companheiros ciumentos dessas mulheres viam uma ameaça no fato delas saírem em um dia de domingo, para um programa entre mulheres longe dos olhos e da opressão deles. Segundo Centeville (2008), em sociedades patriarcais como a nossa, o ciúme patológico masculino se expressa mediante a

preocupação do homem com sua honra. Há neles, a necessidade de vigilância e controle sobre a mulher.

As demais mulheres não foram por medo e vergonha de falar sobre suas vivências em relacionamentos agressivos, medo das pesquisadoras apenas usá-las para mais uma pesquisa. Medo da realidade que para elas não pode ser mudada. O medo muitas vezes, segundo Merleau-Ponty (1999) paralisa as suas ações, o que impede a mulher de transformar o cotidiano vivido.

Nesse contexto, realizamos as entrevistas com as duas que compareceram. A primeira entrevistada muito omitiu em ter sofrido qualquer tipo de violência pelo companheiro, o que pode ser justificado pela vontade de reabilitação do marido, pois segundo Machado e Magalhães (1999), as relações devem ser percebidas e/ou analisadas não só do ponto de vista individual (a violência propriamente dita), mas dentro de um contexto social de família, parentesco e afinidade (desejo de mudança nessas relações).

A mulher tem necessidade ou simplesmente uma obrigação imposta pelos padrões da sociedade patriarcal, de manter o relacionamento, nem que para isso tenha de assumir a responsabilidade de tudo que ocorre na relação. Isso está relacionado à socialização tradicional do feminino, a qual enfatiza que para a mulher ser considerada completa, deve ter um companheiro permanente (CARDOSO, 1997).

A segunda depoente, no entanto, nos relatou uma história de vida cheia de singularidades e superação. Segundo a mesma, foi abusada pelos tios quando criança; teve 5 relacionamentos, todos opressores e, atualmente, mora com seu companheiro. Trata-se de um relacionamento conturbado, mas a dependência financeira o mantém. A entrevistada tem três filhos: o mais velho reside com o pai desde os 7 meses, a filha mora com a avó desde os 3 anos e apenas o mais novo, portador de esquizofrenia, mora com a mesma. O filho exige muitos cuidados e atenção especial, mas apesar de tudo, o seu atual companheiro a ajuda nesse contexto.

A entrevistada nos relata que já sofreu todos os tipos de violência descritos na Lei Maria da Penha. As experiências vivenciadas por ela deixaram cicatrizes em seu corpo e em sua alma. E essas cicatrizes possibilitaram que a mesma fizesse uma avaliação sobre sua existência, o que trouxe o desejo de sair desse revolto, onde estavam presentes os medos, a dor, o sofrimento e a angústia (MERLEAU-PONTY, 1999).

A sua história nos arrancou lágrimas e sorrisos, um entremeio que mais apontava trilhas do caminho. Tanto que aquele encontro afetou nossas escolhas de outrora. Assim nasceu o nosso lírio do campo e floresceu nossa pesquisa⁷.

⁷ No mesmo instante, mudamos o curso dos objetivos da dissertação e decidimos interpretar sua história de vida no contexto da violência doméstica. Como utilizamos pseudônimo, perguntamos qual flor ela gostaria de ser chamada; ela pensativa disse com a voz embargada: “*pode ser lírio*”. Como não conhecíamos essa flor, fomos pesquisar sobre. Descobrimos que ela possui características bem diferentes e existem diversas cores e mesclagens, e assim é o nosso lírio que reflete as mulheres do bairro Alto da Penha de maneira singular. Aliás, a singularidade de Lírio nos encantou, sua essência apesar de tanta dor, nos remeteu esperança.

2 CAMINHANDO E SEMEANDO: O ENCONTRO COM A PESQUISA

O conciliar a ida ao outro, o estar diante das regras de cultura e o lugar próprio, ou seja, o espaço único, diferente desse outro, mas idêntico a ele, é o paradoxo do espelho, diante do qual esse mesmo lugar nos mostra que temos de ser diferentes do modo como nos vemos e jamais conseguiremos ser iguais ao que pensamos ser. É quase assim o dilema da escrita (ALMEIDA, 2009, p. 36).

A pesquisa científica consiste no relato de um caminho percorrido por um determinado sujeito que, embora possa visitar locais já explorados, seu modo singular de olhar, ouvir e sentir determinada realidade a partir de suas vivências no lugar escolhido, tornam o percurso e o destino uma caminhada cheia de singularidades e particularidades. Teixeira (2003, p. 5) afirma que a pesquisa é o “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico”.

Segundo os pressupostos de Gil (2008), método consiste no caminho para se chegar a determinado fim. É um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento e dessa forma alcançar os objetivos da pesquisa. Yin (2005) ressalta que não existe nenhum método melhor ou pior que outro; o que se deve fazer é procurar uma melhor adequação entre o método, o objetivo e as condições nas quais a pesquisa em questão está sendo realizada.

Nessa perspectiva, o objetivo dessa seção é apresentar os caminhos metodológicos percorridos para responder à problemática e alcançar os objetivos propostos.

2.1 Lócus do Estudo

O município de Crato está situado na Região do Cariri cearense, a qual é definida como uma das regiões polo do Estado do Ceará, localizada no sul do Estado. A cidade é bastante conhecida pelo grande potencial cultural e artesanal. No entanto, ao mesmo tempo que possui grandes potencialidades culturais, o Crato é detentor de altos índices de violência doméstica.

De acordo com Roque (2016), o município de Crato lidera os casos de violência contra mulheres na região caririense, mediante dados disponibilizados pelo Observatório da Violência e dos Direitos Humanos da Universidade Regional do Cariri – URCA, como também dados coletados na própria Delegacia de Defesa da Mulher - DDM. E esse cenário que o Crato apresenta é compartilhado de maneira singular com seus bairros, o Alto da Penha, por exemplo, detém grande número de casos de violência doméstica e familiar, apesar desses dados não constarem em documentos oficiais.

Por esse motivo, a caracterização do *lócus* de estudo do nosso trabalho foi construído mediante o apoio de relatos e pesquisas tais como a fala dos sujeitos que habitam o território, com destaque para Girassol, uma agente territorial e cuidadora da sua comunidade, a qual conhece bem os casos de violência doméstica, as vítimas, os contextos e suas consequências. Além disso, utilizamos o livro “Narrativas Orais do Barro Vermelho” de Ana Rosa Dias Borges (2011), para apresentar a história e ajudar na caracterização do mesmo.

Localizado na zona urbana do município de Crato, o bairro Alto da Penha está envolto em um contexto que o configura como singular em relação aos demais bairros do referido município. Traz em seu histórico a trajetória de um povo carente, mas ao mesmo tempo criativo, religioso e forte ante a vulnerabilidade, o descaso político, o preconceito e as dificuldades recorrentes às quais estão expostos em seu cotidiano.

Imagem 03: Visão panorâmica do bairro Alto da Penha.



Fonte: Elaboração própria / Créditos da foto: Yure Emanuel de Melo Feitosa Araújo.

O Alto da Penha é também conhecido como Barro Vermelho, isso por conta do solo argiloso, da mesma cor, propício para a produção de louças de barro, ofício comum às mulheres de tempos passados, que amparavam financeiramente suas famílias. O referido bairro é um dos mais antigos do município de Crato e, segundo os moradores, no princípio

eram terras de poucos homens (seu Emídio, João Bacurau e Gonzaga de Melo). O Alto da Penha foi se constituindo por pessoas vindas de todas as partes do Cariri, as quais após muita luta, arranjavam um casebre num pedaço de chão de 15 metros para morar, pagando aluguéis de periodicidades quinzenais, mensais ou anuais. As casas eram de barro, cobertas com palhas de coco e sem revestimentos cerâmicos. Incêndios eram comuns por causa das lenhas acesas nas cozinhas e dos cigarros de fumo brabo jogados pelos moradores da parte alta em cima das casas da parte baixa. Muita gente morreu queimada nessa conjuntura (BORGES, 2011).

Durante a década de 1980, o bairro Alto da Penha abrigou o “Lixão”, local onde era depositado todo lixo produzido e coletado no município de Crato. Nesse “Lixão” eram encontradas famílias se alimentando dos restos ali depositados, bem como itens para vestir, calçar, utensílios para suas casas (copos, pratos e até bisturis encontrados no lixo hospitalar também depositado no “Lixão” eram usados como objetos para cortar os alimentos).

Concomitante a esse quadro, havia instituições de Assistência Educacional e Social que, apesar de não solucionar toda essa problemática, desenvolviam trabalhos sociais dentro de suas capacidades técnicas e administrativas.

A Fundação do Bem-Estar do Menor Cearense – FEBEMCE, a qual desenvolvia trabalhos relacionados ao esporte, artesanato, geração de renda, assistência social, psicológica, alimentar, pedagógica e colônia de férias à aproximadamente 300 moradores entre crianças e adolescentes, bem como encaminhamento monitorado profissional via Núcleo de Iniciação ao Trabalho – NITE a cerca de 150 jovens com idade entre 14 e 17 anos e seis meses.

A Escola de Ensino Fundamental Governador da Fonseca Mota, apesar de condições extremamente precárias, desenvolve atividades educacionais para alunos inscritos entre o primeiro e o nono ano do ensino fundamental até os atuais dias.

O Projeto ABC desenvolvia atividades esportivas, educacionais de reforço escolar, socialização, como também de auxílio ao projeto “Mais Educação” para aproximadamente 100 crianças e adolescentes no contraturno escolar.

O Posto Comunitário de Saúde, com aproximadamente setenta e cinco metros quadrados, contava com uma enfermeira de plantão diário e destinava-se a pequenos atendimentos como retirada de pontos, curativos e aferição de pressão arterial.

O bairro contava ainda com um Posto Policial, o qual tinha aproximadamente oitenta metros quadrados, contendo uma cela para detenção. Destinava-se ao atendimento e detenções emergenciais que eram encaminhadas posteriormente ao Departamento Policial do município, bem como ao patrulhamento contínuo da comunidade desenvolvido por apenas dois soldados militares.

No entanto, esse aparato institucional não era suficiente à contenção da violência e promoção de um desenvolvimento social efetivo de um bairro com mais de 3.000 habitantes. Essa violência foi a causadora da morte de um dos soldados militares do referido Posto (soldado Wilame). Dias após esse fato, o Posto foi fechado, o que configurou a primeira das muitas desassistências institucionais que o bairro sofreria.

A década de 1990 trouxe mudanças legislativas, técnicas e administrativas que culminaram no fechamento do Projeto ABC, do Posto Comunitário de Saúde, e da FEBEMCE. Esses desfechos desencadearam o ócio nas crianças e adolescentes que eram assistidos pelas instituições supracitadas, bem como a constante preocupação dos pais e/ou responsáveis por estas crianças e adolescentes por não terem poder aquisitivo suficiente para pagar uma atividade educacional de contraturno. Em consonância com esse quadro, observou-se o crescimento do tráfico e da prostituição já existentes no bairro Alto da Penha.

As crianças foram lançadas ao ócio, à sedução do tráfico, às facilidades e falsas felicidades oriundas do uso das drogas, à efetiva falta de assistência social. E os pais assistiram ao contexto social do bairro juntamente com o de seus filhos se agravarem, sem sequer saber como fazer para reverter tal situação. É importante ressaltar que grande quantidade dos moradores do bairro são analfabetos, mulheres com dupla/tripla jornada (trabalho externo ao lar, maternidade e etc.), e, sobretudo, esses moradores são leigos às questões legislativas, políticas e administrativas. Assim, o único recurso que possuíam era a luta por condições melhores de vida.

Dessa forma, com resistência e a luta em suas entranhas, os moradores conseguiram retirar o “Lixão” do Alto da Penha sob justificativas relacionadas à saúde. No entanto, em relação aos projetos que foram findados, nada foi feito.

Diante disso, infelizmente observa-se que as vias de comunicação atuais optam em sua esmagadora maioria por noticiar corrupção, violência e marginalidade em detrimento dos feitos louváveis, os quais na maioria das vezes são tidos como notícias sem graça e irrelevantes em termos de audiência, ou seja, “A Sociedade do Espetáculo” (Guy Debord)⁸. Mesmo nos noticiários sobre violência no Alto da Penha, os dados ou informações acerca de violência doméstica não são divulgados.

Neste sentido, faz-se necessária a menção de algumas singularidades e conquistas do referido bairro, as quais não são divulgadas nas vias de comunicação.

⁸ Essa obra foi escrita na intenção de se opor à sociedade espetacular. Nunca é demais dizê-lo. (Guy Debord, 30 de junho de 1992). <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socespetaculo.pdf>.

O Alto da Penha é um bairro criativo, forte, unido e religioso. A somatória dessas características resultou em: inúmeros títulos municipais conquistados pela Escola de Samba “Operários do Samba”; inúmeros títulos municipais de Festivais Juninos criados e desenvolvidos nos moldes da articulação dos carnavais (coletivamente); inúmeros títulos nos campeonatos de futebol e torneios municipais amadores; festa religiosa exemplar que une a comunidade e configura-se como instrumento de fomento à Economia e Cultura locais; configuração de objeto de escrita da escritora Ana Rosa Dias Borges na obra “Narrativas Oraís do Barro Vermelho” que trata da história do bairro, de seus personagens e cultura territorial.

A solidariedade também é algo intrínseco à comunidade do Alto da Penha. Não há na história deste bairro um morador sequer que tenha passado por situações emergenciais de carência, que não tenha recebido o apoio e articulação da comunidade até que seu problema fosse sanado. A comunidade se desdobra para realizar bingos, rifas, movimentos e/ou reivindicações. Não há lugar para preconceito, individualismo ou intrigas, pois é a urgência da necessidade do outro que é levada em consideração, e nunca o indivíduo.

Outro ponto que merece ser destacado é que atualmente o Alto da Penha é o único bairro do município de Crato a desenvolver coletivamente o manejo sustentável dos resíduos sólidos de forma efetiva, espontânea e desvinculada do Poder Público; configura-se como o primeiro bairro do país onde se pode trocar recicláveis por alimentos não perecíveis, como frutas, verduras, roupas e brinquedos usados. Além disso, vender todos esses recicláveis e reverter a renda em melhorias para o território e assistência aos seus moradores.

Além disso, constitui-se como o único bairro de Crato e da Região do Cariri cearense a ter uma Moeda Social ativa e circulante (Cafundó) adquirido via troca por recicláveis e cotado a um real nos empreendimentos do bairro Alto da Penha; o bairro é referência de práticas sustentáveis no município; e por isso foi pauta de Sustentabilidade no Jornal do Cariri em 20/12/2016.

O Alto da Penha é único bairro da Região do Cariri a eliminar 90% dos focos do *Aedes Aegypti* sem o apoio do Poder Público Municipal; e o único a trocar com seus moradores 12.182 kg de alimentos, por 10.863 kg de recicláveis e destiná-los à reciclagem; por fim, é referência no cuidado com o território na Campanha da Fraternidade realizado em 08/04/2017 no Colégio Santa Tereza em Crato.

Nos dias atuais, o Alto da Penha conta com 25 ruas, todas com CEP, quase seis mil moradores, sendo 3.218 mulheres, dessas 3.218 mulheres, 1.903 estão desempregadas, 1.491

são responsáveis pela criação, educação, assistência de 1.988 dependentes menores de 18 anos⁹.

No que se refere ao âmbito institucional, o bairro conta com a Pastoral do Menor, a qual promove assistência a cem crianças, mas está prestes a fechar as portas por falta de apoio; a Biblioteca Luiz Cruz, que está praticamente desativada, não oferece nada mais que um acervo de livros “velhos” sem nenhuma atividade que tente atrair as crianças para leitura. Apenas abrem-se e fecham-se os portões nos horários estabelecidos.

Tem-se ainda a Escola Gonzaga Mota, mas em condições extremamente precárias, com banheiros inacessíveis, pátio rachado, sem área de lazer ou prática esportiva e um ensino medíocre pela precariedade das salas, pela falta de assistência dos pais na educação dos filhos no que tange ao auxílio às atividades escolares (há que se considerar que a maioria não auxilia por não dominar os conteúdos. Como pais analfabetos vão monitorar e auxiliar as atividades escolares de seus filhos que cursam 5º, 6º...9º ano?).

A Associação dos Moradores do Bairro Alto da Penha – AMBAP não funciona, ou pelo menos não oferece de público nada à comunidade; o bairro conta também com o Projeto Cultura Sustentável, o qual desenvolve práticas de articulação comunitária, manejo sustentável dos resíduos, produção de sabão caseiro, melhorias no saneamento básico, assistência aos moradores em situação emergencial, combate à Fome e a Dengue e de fomento a Economia e Cultura locais.

Em termos religiosos, o bairro dispõe do Terço dos Homens, onde um Grupo de homens se reúne semanalmente para rezar o terço e planejar suas ações nos eventos religiosos municipais, bem como do bairro e questões relacionadas à assistência a moradores em situação emergencial. Para fechar o campo institucional, o Alto da Penha mantém uma Associação dos Idosos, que é burocraticamente ativa, mas não funciona na prática.

Diante de toda essa caracterização que aqui foi discutida, o bairro Alto da Penha vive ainda sob um processo histórico de violência doméstica e familiar contra suas mulheres. São inúmeras as Marias da Penha que sofrem diariamente com este tipo de violência em suas mais variadas formas, fontes e vertentes.

Segundo Girassol, há quem diga que as mulheres do Alto da Penha são violentadas por serem omissas, acomodadas, desinformadas, medrosas e até mesmo que gostam de ser violentadas em um ambiente no qual elas não costumam manter defesas, em razão de que este

⁹ Diagnóstico realizado sob a responsabilidade de Girassol, graduada em Administração Pública, moradora do bairro e idealizadora de vários projetos sociais no Alto da Penha. O diagnóstico tem como objetivo a negociação do Projeto de Cooperativa junto à Prefeitura do Crato. A pesquisa contou com 10 pessoas, 8 para a pesquisa de campo e 2 para tabular os dados, além da contribuição da própria Girassol e de uma agente de saúde – ACS.

mesmo ambiente lhes deveria render segurança, apoio, confiança, afeto e cuidado. Neste sentido, a autora como pesquisadora afirma em seu TCC que há inúmeros fatores que transcendem essa percepção comum e equivocada, a velar, fortalecer e perpetuar a violência contra mulher no ambiente doméstico.

Nossas Marias da Penha vivem sob a luta ante o cuidado com o lar, com os familiares, a necessidade de trabalhar fora e dentro de casa, de fazer render para todo o mês o escasso dinheiro às suas necessidades básicas e da família, ainda de se fazer valorizar ante a sociedade e seu histórico machismo, e como se não bastassem vivem também sob o conflito entre sofrer violência doméstica e calar, ou denunciar. Talvez seja ousadia minha afirmar uma contradição aos dados oficiais, mas de fato afirmo que eles nada me dizem além de que o serviço prestado pelas instituições envolvidas legalmente na execução da Lei Maria da Penha em Crato ainda devem percorrer um longo caminho até a prestação de uma assistência legítima que consiga se inserir no contexto da violência doméstica em sua realidade. Ouso afirmar que em relação ao bairro Alto da Penha aproximadamente oitenta por cento dos casos de violência doméstica não chegam aos órgãos oficiais, e as razões deste fato perpassam desde a vergonha, a descrença no trabalho deficiente das referidas instituições, as formas de abordagem e acesso, a dependência econômica e/ou afetiva e o medo do retorno do agressor ao lar.

Por esse motivo, é que não encontramos dados ou pesquisas nesse sentido no que se refere ao bairro Alto da Penha, mas isso não quer dizer que a violência doméstica não se configure por lá, como o próprio relato nos mostra.

2.2 A singularidade em/do estudo.

Lírio tem 32 anos, negra, agricultora e mora do bairro Alto da Penha. Tem estatura mediana e cabelos cacheados. Estudou até a 5ª série, pois engravidou do seu primeiro filho aos 14 anos. A entrevistada tem três filhos: o mais velho reside com o pai desde os 7 meses, a filha mora com a avó materna desde os 3 anos e apenas o mais novo, portador de esquizofrenia mora com ela. O Estado ajuda Lírio na criação do caçula, pois mediante suas limitações, ele recebe um auxílio do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. O filho exige

muitos cuidados e atenção especial, mas apesar de tudo, o seu atual companheiro a ajuda nesse contexto.

Ela foi abusada pelos tios quando criança; teve 5 relacionamentos, todos opressores e atualmente mora com seu companheiro. Trata-se de um relacionamento conturbado, mas a dependência financeira o mantém.

Lírio narrou que já sofreu todos os tipos de violência descritos na Lei Maria da Penha. As experiências vivenciadas por ela deixaram cicatrizes em seu corpo e em sua alma. E essas cicatrizes possibilitaram que ela fizesse uma avaliação sobre sua existência, o que trouxe o desejo de sair desse revolto, onde estavam presentes os medos, a dor, o sofrimento e a angústia (MERLEAU-PONTY, 1999). E foi assim em seus 4 relacionamentos anteriores. O atual companheiro, segundo ela, apesar de agressivo, a ajuda financeiramente, ajuda a cuidar de seu filho e a trata bem às vezes.

2.3 Tipo de Estudo

Em sua obra, “*a estrutura das revoluções científicas*”, Kuhn (1962) conceitua paradigma como as diversas formas de enxergar o mundo. Ao mesmo tempo, o paradigma fornece os fundamentos sobre os quais a comunidade científica desenvolve suas atividades. Assim, paradigma diz respeito ao fazer científico, o qual é reconhecido universalmente durante algum tempo, é como se fosse um padrão de ciência que serve como referência por um determinado íterim, ou seja, parece possuir prazo de validade.

Segundo os pressupostos do autor, a ciência evolui em estágios. Há uma etapa em que a ciência evolui normalmente e outra em que há uma ruptura nesta “normalidade”; é nessa etapa que a ciência mais progride. Desta feita, apesar dos paradigmas serem indispensáveis para os cientistas em um determinado período, eles acabam tornando-se insuportáveis em uma época subsequente, gerando assim uma crise. É aqui que se culmina a mudança de paradigma.

O paradigma qualitativo compreende a realidade social por meio de uma posição idealista, a qual pressupõe reflexões que visem a prosperidade da sociedade e os aspectos que a norteiam (FILSTEAD, 1979). Posto isso, optamos por utilizar a abordagem qualitativa nesta pesquisa, sustentada pela técnica da história de vida, através da entrevista em profundidade, os quais serão abordados nas próximas seções.

Nesse sentido, Gaskell (2002, p. 65) afirma que:

A pesquisa qualitativa fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma

compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivação, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos. [...] o fornecimento de uma descrição detalhada de um meio social específico, uma base para construir um referencial para pesquisas futuras e fornecer dados para testar expectativas e hipóteses desenvolvidas fora de uma perspectiva teórica específica.

Assim, Minayo (1996, p. 10), define método qualitativo como “aquele capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas”.

O qualitativo diz respeito a uma riqueza de detalhes sobre os eventos sociais a serem estudados, bem como o que esses eventos significam para os seus participantes. Nessa perspectiva, Santos (2003, p. 45) corrobora dizendo que “o jogo pressupõe um palco, o palco exercita-se com um texto e o texto é a autobiografia do seu autor. Jogo, palco, texto ou biografia, o mundo é comunicação e por isso a lógica existencial da ciência pós-moderna é promover a ‘situação comunicativa’”.

2.4 Instituição dos Dados a partir dos objetivos

2.4.1 Apresentar um panorama conceitual acerca de gênero, violência doméstica, Lei Maria da Penha, singularidades e Desenvolvimento Sustentável;

Para dar corpo a este objetivo é necessário compreendermos o contexto histórico dos principais conceitos norteadores desta pesquisa. Para isso, utilizamos a pesquisa bibliográfica.

Aqui é pertinente destacar que qualquer trabalho inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, pois é ela quem vai permitir que o pesquisador conheça o que já foi escrito sobre a temática que ele estudará. A critério de fundamentação, Lakatos e Marconi (2001, p. 183), dizem que a pesquisa bibliográfica:

[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...].

Posto isso, a pesquisa bibliográfica é quem dá corpo teórico a todo trabalho científico, pois consiste em um levantamento dos principais estudos já realizados sobre o tema escolhido. Ressalte-se que a pesquisa bibliográfica reveste-se de importância por ceder ao pesquisador, informações e/ou dados atuais e relevantes para seu estudo. Ademais, esse tipo de pesquisa é igualmente importante tanto nos trabalhos empíricos, quanto nos estudos que são inteiramente baseados em documentos (LUNA, 1999).

2.4.2 Caracterizar os instrumentos que integram a rede de políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica;

A fim de atingir o presente objetivo, utilizamos a pesquisa documental como fonte de dados. Para isso, antes é preciso entendermos o conceito de documento. Nesse sentido, Cellard (2008, p. 296) contribui dizendo: “tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou ‘fonte’”. A título de complemento, documento para Appolinário (2009, p. 67), consiste em “qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Incluem-se nesse universo os impressos, os manuscritos, os registros audiovisuais e sonoros, as imagens, entre outros”.

Assim, o uso de documentos em pesquisa científica deve ser estimado e valorizado, pois permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. Ademais, a riqueza de informações provenientes de documentos justifica o seu uso em diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais, além de oportunizar a ampliação do entendimento de objetos, os quais necessitam de contextualização histórica e sociocultural para serem compreendidos. Um exemplo disso, encontra-se na reconstrução de uma história vivida.

Desta feita, a pesquisa documental é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a percepção, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos. No que diz respeito à análise, diz-se que essa técnica favorece a observação do processo de evolução e amadurecimento de indivíduos, grupos, conceitos, comportamentos, memórias, vivências, entre outros (CELLARD, 2008). “A técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. [...] é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas” (HELDER, 2006, p. 1-2).

Em consonância, Oliveira (2007) ressalta que a pesquisa documental muito se aproxima da pesquisa bibliográfica, o que as diferencia é a natureza das fontes. A pesquisa bibliográfica refere-se aos estudos de diferentes autores sobre o tema, o que consiste em fontes secundárias, já a pesquisa documental recorre a assuntos que ainda não foram analisados, também conhecidas como fontes primárias. Apresentada a diferenciação entre ambas, a autora nos chama atenção de que “na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador (a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico” (p. 70).

Por fim, é pertinente falarmos um pouco sobre a autenticidade e a confiabilidade do texto. Para isso, devemos levar em consideração o pensamento de Cellard (2008, p. 301): “é

importante assegurar-se da qualidade da informação transmitida”. O pesquisador não deve jamais esquecer de verificar a procedência do documento.

2.4.3 Relacionar a singularidade da história de vida de uma mulher no bairro Alto da Penha com as possibilidades de alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Aqui utilizamos o método de história de vida a partir de entrevistas em profundidade, a fim de interpretar a singularidade da narrativa escolhida no contexto da violência doméstica no bairro Alto da Penha.

Nos tempos modernos, a sociedade sustenta-se por meio da tecnologia; vivemos em uma era onde a informação é difundida pela internet, rádio, televisão e telefone. Diante disso, a história de vida como fonte de dados pode acrescentar uma dimensão viva, trazendo novas perspectivas à pesquisa. O ser humano tem buscado alternativas para aprimorar seu desenvolvimento individual, onde valoriza sua singularidade e suas reflexões.

É pertinente salientar que a história é construída através das falas, dos discursos, dos silêncios ou da linguagem, os quais utilizam como ferramenta a memória. É por meio da entrevista (oralidade) que chegamos à memória, mas existem pesquisadores que se utilizam de outras fontes, como fotos, imagens, biografias, diários, documentos oficiais, dentre outros, com a finalidade de enriquecer os depoimentos coletados.

A história de vida como metodologia consiste em uma abordagem que utiliza a narrativa das vivências do indivíduo, buscando levá-lo a um processo de transformação e/ou desconstrução. De acordo com Josso (2004, p. 9) o sujeito pode “transformar a vida socioculturalmente programada numa obra inédita a construir”. Esse processo de transformação ocorre, mediante o conhecimento de si do sujeito, encarando sua trajetória de vida, como um caminho dotado de comportamentos e atitudes.

É importante conhecer suas formas próprias de sentir e viver e até mesmo entender a dinâmica dos encontros e desencontros que a vida possibilita. “Por meio dessa conscientização ele vai criando e entendendo os sentidos e significados da sua vida” (MAESTRI e MINDAL, 2013, p. 14563).

Desta feita, a história de vida, utilizada como método ou técnica, possui uma singularidade, a qual é descrita por Alberti (2004, p. 23), como a “recuperação do vivido, concebido por quem viveu”. Assim sendo, esse método é propício para captar a pluralidade com que cada um dos indivíduos apreenderam e interpretaram o acontecimento, partindo do

pressuposto de que a realidade é uma construção social, pois o vivido é lembrado de forma diferente por cada pessoa. Trata-se de um instrumento singular, pois resgata memórias e experiências de histórias vividas por indivíduos que possuem características comuns.

A redescoberta do sujeito em suas singularidades, o voltar-se para si mesmo, “o caminhar para si”, também implica em caminhar com o outro, que nos desafia a refletir sobre nossa própria existência no mundo. Esta metodologia coloca sujeito no centro do processo de formação e aprendizagem. Os métodos que tomam a narração dos sujeitos são considerados inovadores nas Ciências Humanas, pois consideram como um de seus instrumentos de pesquisa a subjetividade individual, oferecendo a oportunidade de dar voz aos sujeitos que pouco eram ouvidos ou tinham um pequeno espaço para expor-se (MAESTRI e MINDAL, 2013, p. 14563).

É pertinente o entendimento de que a metodologia de história de vida não é uma biografia, nem tampouco um “romance sobre a vida de alguém”, trata-se de um método que utiliza uma variedade de técnicas e procedimentos de coleta de dados, dentre as quais utilizamos a entrevista biográfica em sua profundidade. Desse modo, a narração propicia ao sujeito uma tomada de consciência no tocante ao conhecimento de si e das diferentes dimensões que compõem o seu “eu” (SOARES e SOBRINHO, 2012).

Em corroboração com o pensamento acima, Josso (2004, p. 60) nos diz:

O processo do caminhar para si apresenta-se, assim, como um projeto a ser construído no decorrer de uma vida, portanto, é necessário a tomada de consciência inerente à passagem de uma compreensão da formação do sujeito para o conhecimento das características da sua subjetividade em exercício. Este processo exige uma responsabilização do sujeito e põe em evidência a autonomização potencial como escolha existencial. Assim, este autoconhecimento poderá inaugurar a emergência de um eu mais consciente e perspicaz para orientar o futuro da sua realização e reexaminar, na sua caminhada, os pressupostos das suas opções. Esses são os objetivos formativos da abordagem histórica de vida, além das aprendizagens que a abordagem, tal como é proposta, pode favorecer.

Desta feita, a história de vida permite ao pesquisador obter informações na essência subjetiva da vida de uma pessoa. Se interessa a pesquisa saber a experiência e a trajetória de vida de um indivíduo, não há melhor caminho do que captar estas informações por meio da própria voz da pessoa entrevistada. O método busca conhecer as informações abarcadas e vividas de maneira singular de um ou de vários informantes, fornecendo uma riqueza de detalhes sobre a temática estudada.

Quando da utilização desse método, dá-se ao sujeito liberdade para narrar livremente suas experiências pessoais em relação ao que está sendo perguntado pelo entrevistador. Mediante esse pensamento, optamos pela entrevista em profundidade.

A entrevista é tida como uma das principais técnicas de coletas de dados e pode ser conceituada como uma conversa realizada face a face entre o pesquisador e o entrevistado,

com o objetivo de obter informações sobre determinado assunto (CERVO e BERVIAN, 2002). Em corroboração, Gil (2008) enfatiza que esta técnica é bastante utilizada nas pesquisas de cunho social, tendo em vista sua boa adequação no que tange às informações referentes aos pensamentos, crenças, saberes, razões e reflexões das pessoas entrevistadas.

Para Paulilo (1999, p. 143) “[...] a entrevista pode ser construída como um ‘encontro social’, cujas características, entre outras, seria a empatia, a intuição e a imaginação; ocorre nela uma penetração mútua de percepções, sentimentos, emoções”.

Nesse contexto, Ribeiro (2008, p. 141) trata a entrevista como:

A técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores.

Levando em consideração as abordagens acerca do conceito de entrevistas, nesse estudo é pertinente utilizarmos a entrevista em profundidade como técnica de coleta de dados. Esse tipo de entrevista é descrito por Minayo (1996, p. 64) como aquela “que o informante é convidado a falar livremente sobre um tema e as perguntas do investigador, quando são feitas, buscam dar mais profundidade às reflexões”. Ressalte-se que sua função primordial consiste em escrever com exatidão as experiências vivenciadas por pessoas, como também por grupos.

Assim, as entrevistas em profundidade são aquelas detentoras de uma maior flexibilidade, ou seja, o entrevistado tem total liberdade em construir suas respostas. E o termo profundidade está ligado à sensibilidade do assunto, como também aos sentimentos e vivências dos entrevistados.

É pertinente destacar algumas vantagens da entrevista em profundidade. A princípio, esta permite aos entrevistados que estes falem o mais livremente possível, dando-lhes a escolha dos assuntos que eles acreditam ser relevantes para a pesquisa. Outra vantagem desse tipo de entrevista está ligada ao caráter enriquecedor do material de análise, bem como do conteúdo da pesquisa. Essa riqueza provém da flexibilidade do método, que favorece o nascimento de aspectos não imaginados inicialmente pelo pesquisador e que podem ser determinantes para a compreensão do objeto pesquisado. A terceira vantagem diz respeito a uma exploração “em profundidade” do contexto de vida e do meio de pertencimento do entrevistado, o que permite maior compreensão e enriquecimento do seu discurso. Desta feita, essas vantagens refutam a técnica de entrevistas estruturadas, a qual possui um conteúdo já

pré-fixado e engessado, ou seja, o entrevistado não tem a liberdade de expressar suas ideias mais profundamente (POUPART, 2008).

Quanto ao processo de formulação das questões, Bourdieu (1999) lembra que o pesquisador precisa ter cuidado para não elaborar perguntas absurdas, deslocadas ou tendenciosas. As indagações devem seguir a sequência do pensamento do pesquisado, procurando sempre dar continuidade à conversação, ou seja, é necessário a condução da entrevista com um certo sentido lógico para o entrevistado. Nessa perspectiva, para se conseguir um relato genuíno, na maioria das vezes não é interessante fazer uma pergunta direta, o correto é fazer com que o pesquisado viaje pelo seu passado e relembre parte de sua vida.

O autor sugere ainda que durante todo o processo do estudo, o pesquisador precisa ativar sua escuta sensível, como também ler nas entrelinhas, reconhecendo as estruturas invisíveis e sensíveis que organizam a fala do entrevistado. Em suma, o pesquisador deve ser apaixonado pela sua pesquisa, o que fará com que haja entrega por completo durante o período das entrevistas.

2.5 Análise e Interpretação dos Dados

Para a construção do processo de análise dos dados de uma pesquisa qualitativa, existem algumas técnicas singulares, as quais se fundamentam em correntes, pensamentos e abordagens diversas. Logo, na dissertação em curso, utilizamos a técnica de análise *The Zoom Model: A Dynamic Framework for the Analysis of Life Histories* (Modelo de Zoom: Um Quadro Dinâmico para a Análise de Histórias de Vida), proposta por Barbara Pamphilon (Professora da Universidade de Canberra, na Austrália e Diretora do Instituto Australiano de Comunidades Sustentáveis) para interpretação dos dados.

Antes de conceituar o Modelo de Zoom, é importante destacar que, embora conceitualmente distintos, os processos de análise e interpretação estão diretamente relacionados, uma vez que a análise, segundo Teixeira (2003), tem como finalidade organizar e sintetizar os dados, favorecendo o fornecimento de respostas ao problema proposto na pesquisa. Já o autor Gil (2008) enfatiza que a interpretação tem por fito a procura do sentido mais abrangente das respostas, procedimento realizado mediante sua ligação a outros conhecimentos obtidos preliminarmente.

Neste estudo, utilizamos o método de história de vida como um registro escrito da vida de Lírio mediante conversas e entrevistas. O acesso às nuances da vida humana

proporcionado pelas histórias de vida acaba por favorecer a problematização no contexto da violência doméstica no bairro Alto da Penha sob diferentes perspectivas, o que possibilita o enriquecimento de estudos sobre essa temática. A identificação de aspectos subjetivos como o papel das emoções no contexto da violência doméstica também pode ser favorecida pela utilização da história de vida.

Ao narrar sua vida, o indivíduo toca em questões profundas, o que o faz sentir-se confrontado no tocante à sua intimidade. A narrativa mobiliza emoções, que por vez emergem sentimentos que vão do prazer ao mal-estar, do desafogo ao embaraço, da libertação ao constrangimento (CLOSS e ANTONELLO, 2011).

O caráter singular do método história de vida consiste na contextualização pessoal, histórica, social, institucional e/ou política de narrativas, que busca desnudar essas forças que moldam, distorcem e até alteram experiências vividas pelo sujeito (BERTAUX, 1980). Por isso que o método em questão é pertinente e dotado de potencial para problematizar a violência doméstica, uma vez que a história de vida de Lírio oportuniza uma visão multidisciplinar desse fenômeno.

Ressalte-se que um dos grandes desafios do método aqui proposto é o de representar concomitantemente aspectos comuns e singulares, conectando histórias individuais à conjuntura mais ampla da sociedade (BERTAUX, 1980). O desafio é conectarmos a história de vida de Lírio à história de tantas mulheres que se encontram em situação de violência doméstica e familiar. Além disso, Fernandes (2010) enfatiza a necessidade de estabelecer uma relação de confiança entre o pesquisador e o depoente. A autora ressalta que o uso do método de história de vida demanda formação teórica e metodológica do pesquisador e principalmente sensibilidade, respeito e afetividade em relação ao entrevistado, para que dessa forma o pesquisador consiga adentrar e compreender o universo do sujeito informante.

Uma única história de vida, que é o caso do presente trabalho, pode revelar comportamentos, valores e ideologia, como também aspectos importantes da sociedade em que vive e de seu grupo (QUEIROZ, 1988).

No processo analítico, a técnica utilizada é a interpretação de história de vida, na qual recomenda-se a realização de várias leituras minuciosas da narrativa transcrita. Isso ajudará na decisão sobre os caminhos a serem trilhados, levando em consideração o objetivo da pesquisa (DEMARTINI, 1988). O passo seguinte consiste em novas leituras cuidadosas, buscando significados relevantes para a história de vida interpretada.

Levando em consideração a complexidade da história de vida, o *Zoom Model* consiste em um modelo dinâmico para analisá-la e/ou interpretá-la sob diferentes perspectivas. *Zoom*

consiste em um efeito de aproximação e afastamento, os quais são obtidos mediante a variação da distância focal de uma câmera. Através de pequenos movimentos na lente, o fotógrafo pode focar desde os detalhes de uma folha até a vastidão de uma floresta, sendo que mesmo diferentes, a folha e a floresta são partes de um conjunto panorâmico. Nesse estudo, o *zoom* tem a função de traduzir a dinâmica entre dimensões distintas e singulares dentro de uma história de vida (PANPHILON, 1999).

O *zoom model* convida o intérprete a analisar em profundidade os quatro níveis, a saber: macro (dimensão sócio-histórica); meso (nível pessoal de valores, interpretações e posicionamento); micro (examina emoções); interacional (envolve a dinâmica pesquisador-pesquisado). Destaque-se que, embora sejam distintos, esses níveis estão interligados entre si (PANPHILON, 1999).

O primeiro nível intitulado macro, enfoca as dimensões socioculturais coletivas de uma trajetória, aprofundando as revelações de um relato pessoal acerca de processos específicos, os quais possuem influência sobre o indivíduo. Assim, o nível macro aborda a relação entre o sujeito e a sociedade (PANPHILON, 1999).

O foco meso aborda acepções a respeito da dimensão individual de uma história de vida. O meso-zoom revela o caráter pessoal de valores, interpretações e posicionamentos diante dos acontecimentos. No nível micro, o pesquisador deve concentrar-se na conjuntura oral da história de vida. Aqui se exploram as emoções reveladas pelo tom de voz, o silêncio em alguns momentos, dentre outros aspectos (PANPHILON, 1999).

O último nível denominado interacional é descrito por Panphilon (1999) como um nível diferente, o qual reconhece a história de vida como um fruto da relação entre depoente e pesquisador. Não há um afastamento da subjetividade do pesquisador nesse contexto, as suas respostas emocionais sobre o que ouviu e sentiu são valiosas para a interpretação da história de vida, utilizando a técnica *zoom model*.

2.6 Aspectos éticos da Pesquisa

A dissertação está de acordo com a Resolução N° 196/96 (versão 2012) do Conselho Nacional da Saúde, a qual expõe as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. É igualmente pertinente a menção da Resolução N° 510/16, a qual trata dos princípios éticos das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

Os fins éticos da pesquisa serão salvaguardados mediante a assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE tanto da mulher que narrou a sua história de vida,

quanto da agente territorial do bairro Alto da Penha, a qual forneceu informações indubitáveis para a construção desta pesquisa. O consentimento é referente à gravação das informações oriundas da entrevista em profundidade e dos relatos sobre as singularidades do bairro, respectivamente. Também avisamos que serão tomados todos os cuidados para garantir sigilo e confidencialidade dos dados. Além disso, a participação dessas mulheres é voluntária, podendo ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo ou punição.

Ademais, as depoentes ficam cientes de que essas informações transcritas serão utilizadas unicamente para fins da pesquisa.

3 REDE DE CONCEITOS PARA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

A mulher sempre foi, se não escrava do homem, ao menos sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições; e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com um pesado handicap. Em quase nenhum país seu estatuto legal é idêntico ao do homem, e muitas vezes este último prejudica consideravelmente. Mesmo quando os direitos lhe são abstratamente reconhecidos, um longo hábito impede que encontrem nos costumes sua expressão concreta. Economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito que suas concorrentes recém chegadas. Ocupam, na indústria, na política, etc., maior número de lugares e postos mais importantes. Além dos poderes concretos que possuem, revestem-se de um prestígio cuja tradição a educação da criança mantém: o presente envolve o passado, e no passado toda a história foi feita pelos homens. No momento em que as mulheres começam a tomar parte do mundo, esse mundo ainda é dos homens. Eles bem o sabem, elas mal duvidam (BEAUVOIR, 1986, p. 18-19).

A abordagem conceitual e histórica dos aspectos norteadores da pesquisa é de valor indubitável para a compreensão do todo. Assim, este capítulo tem por objetivo explorar as concepções de gênero, bem como o fenômeno da violência contra as mulheres. Além disso, tece-se uma discussão acerca da principal legislação brasileira de proteção das vítimas, a Lei Maria da Penha, e da expressão da singularidade, englobando os desafios e acepções do desenvolvimento sustentável ante à violência doméstica.

Essa construção de conceitos dialoga com a necessidade da existência de uma rede teórica para sustentar a interpretação da história de vida de Lírio no contexto da violência doméstica.

3.1 *Discutindo o conceito de Gênero*

O “eu” psíquico sente e deseja, age e se interroga desde uma matriz de inteligibilidade que inclui sempre o que a cultura informa e oferece como vias de significação de si mesmo e do outro (JUDITH BUTLER, 2003).

Ao contrário do que frequentemente se pensa, não foi uma mulher que formulou o conceito de gênero. O primeiro teórico que mencionou a definição de gênero foi Robert Stoller (1968). Entrementes, o conceito não prosperou imediatamente, só a partir de 1975, com o célebre artigo de Gayle Rubin, que os estudos acerca de gênero e suas ramificações se frutificaram (SAFFIOTI, 2004).

Segundo os pressupostos de Rubin (1975) apresentados na obra de Saffioti (2004), a dualidade entre sexo e gênero consiste num conjunto de regras, em que a sexualidade biológica é transformada pela atividade humana. Em relação a esse pensamento, Saffioti (1969) ressalta a importância da construção social do sexo, no entanto, ela defende que não se

pode gerar a dicotomia sexo (situado na biologia, na natureza) e gênero (situado na sociedade, na cultura). O que se deve fazer é trilhar caminhos para eliminar esta duplicidade. Ressalte-se que um grande contingente de feministas tem combatido o raciocínio dualista, o que representa um grande avanço na busca do delineamento desses conceitos.

Saffioti (2004) define gênero como um conjunto de normas, as quais objetivam modelar e enquadrar seres humanos nos “moldes” de homens e de mulheres; e estas normas são expressas nas relações e características desses dois grupos sociais. Dada a carência desse conceito, é urgente a necessidade de ampliá-lo para as relações homem/homem e mulher/mulher. É claro que o primeiro tipo de relação (homem/mulher) é privilegiado, tendo em vista que na realidade objetiva, é com essa relação que todo ser humano se depara ao nascer. Ainda que histórica e ultrapassada, esta realidade é previamente dada para cada ser humano que passa a conviver socialmente. “A desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais” (SAFFIOTI, 2004, p. 71).

Em consonância, gênero diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação e entendimento tem demandado muito investimento intelectual. Nessa perspectiva, Scott (2002) contribui quando diz que gênero define espaços, redes, lugares sociais, valores, constrói diferenças, constitui e justifica hierarquias. Gênero é mistura de ação e poder.

O poder é concebido como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social, ou seja, o poder é projetado nas e pelas relações sociais. Portanto, o poder acaba se espalhando por toda a sociedade, tendo configurações mais regionais e locais, penetrando instituições, corporificando-se em técnicas, munindo-se de instrumentos de intervenção material ao nível dos processos que sujeitam os corpos e regem os comportamentos humanos (FOUCAULT, 1981).

O fenômeno da desigualdade de gênero e os conceitos de gênero e poder nos fazem perceber que, por séculos, o feminino sofre com a dominação masculina, mas foi nas últimas três décadas, que a violência de gênero adquiriu maior visibilidade, sendo reconhecida como um problema social, cultural e jurídico. Muitos foram os teóricos que se encantaram e/ou se angustiaram com o tema, fazendo com que este viesse à tona na sociedade como um grito de socorro e conscientização da gravidade e proporção do problema.

O autor Pierre Bourdieu, em sua obra *A Dominação Masculina* (2002), enfatiza que a discussão acerca da desigualdade de gênero está pautada na historicidade de um fenômeno visto na sociedade como algo natural, mediante a existência dos sexos masculino e feminino, os quais são distintos pelas relações de dominação e de forças simbólicas entre si.

Diante disso, o patriarcado é visto como um regime de dominação e exploração das mulheres pelos homens. Saffioti (1997a) diz que o processo de territorialização dessa dominação não é puramente geográfico, mas também simbólico. Isso implica dizer que as relações de poder e domínio que configuram o território são históricas e sobrepujadas por uma sociedade que menospreza a identidade e vangloria a desigualdade.

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si próprios. Seu sucesso nesse empreendimento é narrado na história do contrato sexual. O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é social no sentido de patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres –, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres. [...]. O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado: ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno (PATEMAN, 1993, p. 16-17 apud SAFFIOTI, 2004, p. 53).

Em corroboração, Castells (1999) enfatiza que “[...] o patriarcalismo dá sinais no mundo inteiro de que ainda está vivo e passando bem [...]” (p. 278). A mulher é tida como deleite dos deveres para com o marido, os filhos e a sociedade. Na esfera política, é “convidada” a não exercer seu poder de escolha e decisão no que diz respeito ao voto, portanto não é considerada cidadã. Não menos pior, a mulher é invisível e desprovida de propriedade de si, pois pertence ao pai até que assine o contrato sexual, também chamado de casamento, passando a incumbir ao marido e aos filhos (SCOTT, 2002). A construção simbólica do chefe de família, com poderes hierárquicos superiores à esposa e aos filhos, faz parte de um itinerário histórico que coloca o homem em posição superior à mulher.

No que tange ao mercado de trabalho, a ela são destinadas as funções menos valorizadas na sociedade. Nesse contexto, Delphy (1984) contribui dizendo que a divisão sexual do trabalho é comprometida somente com a parte masculina da classe trabalhadora. As mulheres que trabalham são invisíveis, ou seja, estão ausentes da análise do mercado de trabalho. Por outro lado, as funções domésticas, muitas vezes exploradoras exercidas por elas, são submetidas a outro tipo de análise, como uma “obrigação”, por exemplo.

Assim segue a mulher, carregando consigo o peso da submissão, conjugando o verbo reproduzir e portando as marcas da transgressão. Comparada simbolicamente à multidão, o feminino é considerado como irracional, pois, segundo a sociedade do patriarcado, a mulher é

comandada pelas emoções e deixa-se influenciar facilmente, portanto não tem personalidade (SCOTT, 2002).

Os aspectos supracitados pelas autoras Scott (2002) e Delphy (1984) mostram a construção histórico-social da mulher desde séculos passados, mas com reflexos nos dias atuais. Essa é gênese de toda desigualdade, a qual constitui a base da maioria de todas as violências praticadas contra as mulheres.

3.2 Violência contra as Mulheres: Conceitos, tipificações e desafios

*A mão que te acaricia é a mesma que esbofeteia
E a boca que te beija é a mesma que injúria.
O braço forte que lhe ampara é o mesmo que te bate na cara!
(Vanusa - S.O.S.Mulher)*

Antes de tudo, faz-se necessário entendermos como surgiu a definição de violência contra mulheres¹⁰ no Brasil. Esse conceito foi elaborado por intermédio de “uma experiência política inovadora na década de 1980, em que, ao lado de práticas de sensibilização e de conscientização, militantes feministas atendiam mulheres que sofriam violências nos chamados SOS-Mulher” (DEBERT e GREGORI, 2008, p. 168).

Para melhor entendimento, em linhas rasas, o SOS-Mulher foi criado em outubro de 1980, sendo a primeira entidade no Brasil instituída por iniciativa de vários grupos Feministas em São Paulo, com o objetivo de prestar atendimento a mulheres em situação de violência. O SOS “concebeu a violência como um problema simbólico que tinha a ver com discriminação e a submissão das mulheres” (DINIZ, 2006, p. 18). Essa instituição atuou durante três anos, acolhendo essas mulheres em plantões e, dessa forma, segundo Debert e Gregori (2008, p. 180), “realizando encaminhamentos para aconselhamento jurídico e psicológico e organizando campanhas de conscientização sobre a gravidade do problema tratado”.

A convenção de Belém do Pará realizada em 09 de junho de 1994 enfatizou em termos conceituais que a violência contra as mulheres é definida como “[...] qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”¹¹.

A violência contra as mulheres consiste em uma das principais formas de violação dos seus direitos humanos, impactando-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física.

¹⁰ O termo é utilizado no plural, para dar visibilidade às diversidades raciais, étnicas, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional existentes entre as mulheres.

¹¹ Ver documento no link: <http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm>

Posto isso, é interessante pensarmos as interfaces dessa violência. Debert e Gregori (2008, p. 167) nos ajudam nesse contexto, apontando algumas tipificações de violência contra a mulher:

[...] violência contra a mulher (noção criada pelo movimento feminista a partir da década de 1960), violência conjugal (outra noção que especifica a violência contra a mulher no contexto das relações de conjugalidade), violência doméstica (incluindo manifestações de violência entre outros membros ou posições no núcleo doméstico – e que passou a estar em evidência nos anos de 1990), violência familiar (noção empregada atualmente no âmbito da atuação judiciária e consagrada pela recente Lei “Maria da Penha” como violência doméstica e familiar contra a mulher) ou violência de gênero (conceito mais recente empregado por feministas que não querem ser acusadas de essencialismo).

A violência conjugal, por sua vez, ganhou visibilidade sobretudo pelos movimentos feministas, que, em suas reivindicações, denunciaram o poder patriarcal, o qual deixou marcas e sequelas de opressão dos homens contra as mulheres. Essa tipificação de violência é entendida por Anacleto et al. (2009) como a ocorrência de alguma lesão física, psicológica e/ou sexual provocada por um dos parceiros envolvidos em uma relação conjugal/afetiva.

O fenômeno da violência doméstica e familiar caracteriza-se por ocorrer dentro ou fora do ambiente doméstico das mulheres, desde que sejam perpetradas por indivíduos que tenham algum vínculo de intimidade ou convivência cotidiana com a vítima.

O conceito de violência de gênero está relacionado às relações de poder e de dominação do masculino, concomitante à submissão da mulher. Este tipo de violência decorre dos costumes, da historicidade, “da educação ou até mesmo dos meios de comunicação que criam estereótipos reforçando a ideia de poder masculino sobre os desejos, as opiniões e a liberdade das mulheres” (LEANDRO, 2014, p. 10).

É pertinente salientar que violência configura-se em qualquer agressão física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral, tanto na esfera pública como na privada, impulsionada pela sua simples condição de mulher (CAVALCANTI, 2005).

O caput do artigo 7º da Lei Maria da Penha (11.340/06) nos adverte para as formas de violência doméstica e familiar contra as mulheres. Entre outras que possam existir, a lei reconhece (BRASIL, 2006):

“I - a **violência física**, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a **violência psicológica**, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição

contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a **violência sexual**, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a **violência patrimonial**, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a **violência moral**, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria”.

É interessante pensarmos que essas formas de violência são produto de relações desiguais e de poder entre homens e mulheres; ocorrem em detrimento de condições históricas e da construção social, as quais privilegiam o masculino (SAFFIOTI, 2001).

Assim, o estudo da violência contra as mulheres no Nordeste do Brasil, em especial no estado do Ceará, carrega consigo a obrigatoriedade de um olhar atento e sensível às peculiaridades construídas historicamente e cotidianamente. Nessa perspectiva, quando Cunha se refere ao sertanejo cearense como aquele que se fez “homem sem ter sido criança, (...) forte, esperto, resignado e prático” (2002, p. 79), o termo *homem* empregado não assume uma identificação de ser humano, pautado na justiça social, ética e respeito; mas está intimamente ligado ao masculino, à força, à construção histórica e cultural, à rudeza, à tradição.

O Nordeste foi, no passado, uma terra para quem não tinha medo de morrer nem remorso de matar. Portanto, o nordestino, fruto de uma história e uma sociedade violenta, teria como uma das suas destacadas características subjetivas a valentia, a coragem pessoal, o destemor diante das mais difíceis situações. Daí é que o tema da valentia, central no discurso regionalista, que desenhou a figura do nordestino, está perpassado por uma clara legitimação da violência, dentre elas a de gênero (FROTA e OSTERNE, 2010, p. 9).

Desta feita, a masculinidade e a virilidade do homem cearense se confundem intrinsecamente com as suas ações violentas. Mas isso não significa dizer que todos os homens nordestinos possuam condutas rudes e abruptas, visto que a expressão “cabra-macho” é uma concepção discursiva própria da cultura desse território. Assim, Foucault (2006, p. 27)

diz que “[...] uma coisa é uma regra de conduta; outra, a conduta que se pode medir a essa regra. Mas, outra ainda é a maneira pela qual é necessário conduzir-se”.

Nessa perspectiva, a imagem simbólico-cultural do homem nordestino, cearense e caririense como rude e por assim dizer “violento” está claramente inserida no processo de construção das relações de gênero no município de Crato, local marcado pelo alto índice de casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Nos últimos anos, o Cariri passa a ser destaque nas estatísticas referentes à violência contra as mulheres no estado do Ceará. Os números mostram que, em 2001, 17 mulheres foram mortas; o ano 2002 abarcou a morte de 23 mulheres; em 2004, 18 mulheres mortas; em 2005, 19 mortes; em 2006, 18 mulheres e entre 2007 e 2008, 32 mortes femininas. Isso equivale a aproximadamente 130 crimes, todos de forma brutal e muitos deles com excesso de crueldade (QUEIROZ, 2016).

Essa conjuntura está deixando a população caririense apavorada, em especial as mulheres; mas esse pavor trouxe consigo a vontade de lutar e buscar formas de resistência. Ao longo desses anos, os movimentos de mulheres e feministas do Cariri a partir da militância obtiveram importantes conquistas para a região. Segue algumas de acordo com Queiroz (2016):

1. Em 2002 houve a instalação das DEAM's - Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher nos municípios de Crato, Juazeiro e Iguatu;
2. No ano de 2004 foi criado o Fórum de Mulheres da Região Cariri Centro Sul envolvendo 22 municípios da Região;
3. Além da condenação de nove acusados de assassinato de mulheres, houve o desmonte do “escritório do crime”;
4. Efetuação da prisão de suspeitos acusados por crimes contra mulheres;
5. Instalação do Instituto Médico Legal no Cariri (Juazeiro do Norte);
6. Realização de 02 Conferências Municipais de Políticas para as Mulheres, participação nas Conferências Regional, Estadual e Nacional de Políticas para a Mulher; além de acompanhar e assessorar 09 Conferências Municipais no Cariri Centro-Sul;
7. Foram produzidas 03 Campanhas, a saber: “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres”, a qual contava com caminhadas e vigílias; e 02 Seminários Regionais, sendo um em Crato e outro em Milagres sobre a Lei 11.340 - Lei Maria da Penha, contando com a presença da mesma;

8. Conseguiu trazer a Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, de Brasília, no júri popular dos acusados de serem executores e mandantes do assassinato das nossas mulheres, de maio 2001 a dezembro de 2002, pelo chamado “escritório do crime”.

Posto isso, é perceptível a importância da luta dos movimentos de mulheres e feministas para o desenvolvimento do Cariri, tendo em vista que essa militância busca mecanismos para coibir a violência e promove debates de conscientização política para que tenhamos uma região mais pacífica, mais justa e mais igualitária. Percebe-se ainda a urgência em aumentar os debates acerca de gênero dentro das universidades e na sociedade, como também é urgente o aperfeiçoamento dos serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência no município de Crato e em todo o Cariri. A essência para tudo o que foi exposto é criar uma cultura de respeito à mulher e, sobretudo, que ela não tenha seus direitos e sua liberdade negados.

No que diz respeito à violência doméstica, Almeida (1998) descreve a violência dentro de casa como pequenos assassinatos que são cometidos constantemente contra a mulher e sua família. Há nessas situações, juras de arrependimento do agressor, como também a dificuldade de superá-las por parte da mulher. Em concordância, Araújo et al. (2011, p. 728) enfatizam que “o histórico de brigas e agressões, [...] é entremeado por reconciliações e promessas de mudanças, que, geralmente, não duram muito tempo”. Esses fingimentos são logo descobertos quando a mulher se depara com as dificuldades financeiras e com elas o medo de não conseguir sobreviver, nem “criar” os filhos. Na maioria dos casos, esse quadro garante a reprodução de uma rotina de violência suportada por anos, que desumanamente pode levar à morte.

A violência doméstica e familiar envolve os membros de uma mesma família, levando em conta a afinidade e pode ocorrer no interior do domicílio ou fora dele, embora no primeiro caso aconteça com mais frequência. Esse cenário é tão desumano que, se uma mulher sai da casa que vive com seu companheiro para fugir das agressões, ela pode ser perseguida por ele até a consumação do feminicídio, o qual remete à morte intencional do feminino (RADFORD e RUSSELL, 1992).

Esse tipo de violência tem lugar e infelizmente esse lugar é o espaço que deveria ser tratado como “lar”, onde houvesse amor, partilha e cumplicidade. No entanto, nada impede o homem de esperar sua companheira na porta de seu trabalho e surrá-la “exemplarmente” e “corretivamente”, diante de todos os seus colegas, por se sentir insultado pelo fato de sua mulher queimar com ferro de passar a sua camisa preferida, por que descobriu que ele tem

uma amante. Isso é apenas um dos exemplos do que ocorre cotidianamente com as mulheres que sofrem violência doméstica no mundo, no Brasil, no Nordeste, e no município de Crato no interior do Cariri. Assim, essa forma de violência não se limita apenas àquela perpetrada no local em que a vítima reside, mas em qualquer lugar, desde que motivada por uma relação de afeto ou de convivência familiar entre agressor e mulher agredida.

Saffioti (1997b) enfatiza que a violência doméstica incide sempre sobre as mesmas vítimas e contém características específicas. Uma das mais relevantes é sua rotinização, ou seja, acontece diariamente como se fosse um hábito. “[...] o homem deve agredir, porque o macho deve dominar a qualquer custo; e a mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu “destino” assim o determina” (SAFFIOTI, 2004, p. 85).

Desta feita, a violência doméstica é exercida pelo masculino enquanto chefe de família, sobre a mulher. Welzer-Lang (1991, p. 23) diz que esse “é o primeiro modo de regulação das relações sociais entre os sexos”. Desde criança, a mulher experimenta a dominação e exploração da sociedade patriarcal. Assim, a luta é pelo empoderamento da mulher, visando a sua independência financeira e psicológica, bem como luta-se pela conquista da equidade de gênero. Ambas as lutas são essenciais para o progresso humano e consequentemente para a construção de uma sociedade mais justa.

Ressalte-se que a violência é um fenômeno que atormenta todas as classes sociais. Contudo quando se fala em gênero, a mulher é afetada por um estigma cultural, o que vem fomentando a luta dos movimentos sociais. Nesse contexto, Blay (2008) ao explicar a violência contra a mulher, salienta que as práticas e os pensamentos masculinos, de maneira sobrepujada, ainda se mostram resistentes à aceitação e à efetivação de novas relações sociais entre homens e mulheres, tendo em vista as inúmeras conquistas de políticas públicas no cenário atual.

No entanto, a falta de uma legislação severa e efetiva que punisse a violência doméstica e familiar contra a mulher causou um sentimento de descaso nas vítimas, fazendo com que elas perdessem a confiança na justiça. Quando da denúncia de seus agressores, estes eram apenas submetidos a pagamento de penas pecuniárias, como multas e cestas básicas, sem a perda da liberdade. Isso era sinônimo de impunidade e indiferença em relação às mulheres vítimas de violência doméstica.

Assim, a banalização da violência doméstica desencadeou uma espécie de camuflagem de um dos crimes de maior incidência no país e o único que possui efeito perverso multiplicador, tendo em vista que não atinge apenas a mulher agredida; suas dores e sequelas emocionais perpassam a todos que com ela partilham o mesmo domicílio (SAFFIOTI, 2004).

3.3 A grande conquista: Lei Maria da Penha

“[...] sou eu que dou sentido e um futuro a minha vida; mas isso não significa que esse sentido e esse futuro sejam concebidos; eles saem de meu presente e de meu passado e, em particular, de meu modo de coexistência” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 440).

Com o objetivo de transformar a realidade social e histórica da mulher, no que diz respeito à violência doméstica e familiar, no dia 07 de agosto de 2006, foi sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a lei 11.340/06, intitulada Lei Maria da Penha, que tem o objetivo de coibir, prevenir, punir e erradicar toda e qualquer violência praticada contra a mulher, e dessa maneira, garantir o respeito, a dignidade, o direito e a justiça àquela mulher em situação de violência.

O nome da Lei é uma homenagem à farmacêutica-bioquímica cearense Maria da Penha Maia Fernandes, 60 anos, mãe de três filhas e covardemente vítima da violência doméstica. No ano de 1983, seu ex-marido, Marco Antônio Heredia Viveros, tentou matá-la por duas vezes. A primeira tentativa através de um tiro contra ela, deixando-a paraplégica; e a segunda pautou-se em eletrocussão, mas o agressor não obteve êxito.

Com isso, Maria da Penha é tida como um símbolo das lutas contra a violência doméstica, a qual segundo o Conselho da Europa, consiste na maior causa de morte e invalidez de mulheres que possuem idade entre 16 e 44 anos. Nesse sentido, de acordo com o Caderno de Saúde Pública, no Brasil, a cada ano, cerca de 300.000 (trezentas mil) mulheres registram casos de agressões corporais cometidas pelos seus maridos ou companheiros. E nós ficamos pensando quantas mais milhões de mulheres não registram oficialmente as agressões que sofrem. Por ser um tipo de violência que ocorre sob laços do matrimônio e/ou em situação de convívio e intimidade acaba tornando-se uma rotina, acontecendo cotidianamente (FERNANDES, 2012).

Sendo assim, a Lei Maria da Penha prevê um tratamento mais rigoroso para esse tipo de crime. Ela traz medidas protetivas e educativas, constituindo-se em um grande avanço em termos de políticas públicas para mulheres vítimas de violência doméstica.

A referida Lei baseia-se no gênero, uma vez que a violência doméstica e familiar contra as mulheres se refere às características sociais, culturais e políticas impostas a homens e mulheres e não às diferenças biológicas entre homens e mulheres. A partir da reformulação do conceito de entidade familiar, não cabe mais questionar a natureza dos vínculos concebidos por pessoas do mesmo sexo, sendo assim necessário perceber a existência da

violência doméstica nas uniões homoafetivas. Em todos esses relacionamentos, as situações de violência contra o gênero feminino justificam especial proteção (DIAS, 2006).

Nessa perspectiva, Dias (2006, p. 1) salienta que “lésbicas, transexuais, travestis e transgêneros, quem tenham identidade social com o sexo feminino estão ao abrigo da Lei Maria da Penha. A agressão contra elas no âmbito familiar constitui violência doméstica”. Mesmo que alguns segmentos da doutrina encontrem dificuldades em conceder-lhes o amparo da Lei, a autora (2006, p. 1) destaca ainda que “descabe deixar à margem da proteção legal aqueles que se reconhecem como mulher”.

O caput do artigo 5º da Lei 11.340/06 tratou de consolidar o conceito de violência doméstica e familiar contra a mulher, como também estabelecer sua abrangência. Segundo o Código Penal, considera-se violência doméstica como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” desde que ocorrida:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual”.

De acordo com Teles (2010), a aprovação dessa Lei proporcionou mudanças significativas no que se refere ao atendimento das mulheres nos serviços públicos, pois ela reconhece a violência doméstica como uma violação de direitos humanos das mulheres e propicia a caracterização da violência como um crime. Sendo assim, a criação de normas penais visa garantir a punição, bem como a responsabilização dos autores da violência e de serem julgados em juizados especiais, conforme forem surgindo os Juizados de Violência Doméstica e Familiar¹² contra a Mulher no país.

A então Lei batizada como Lei “Maria da Penha” visa garantir a efetivação de uma legislação específica para os crimes de violência contra as mulheres. Além disso, “[...]”

¹² É uma unidade judicante criada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF, por meio da Resolução nº 05 de 20/09/2006, do Conselho Administrativo, para julgar especificamente casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, segundo a Lei Maria da Penha.

também estabeleceu medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência, assegurando com isto, a criação de políticas públicas para a garantia dos direitos da mulher” (LEANDRO, 2014, p. 13).

A partir disso, as mulheres em situação de violência passaram a ser assistidas, no sentido de serem encaminhadas para serviços e programas de proteção e assistência social, tendo em vista que essa lei prevê a criação de políticas públicas, as quais objetivem garantir os direitos das mulheres em suas relações domésticas e familiares (LEANDRO, 2014).

Nessa perspectiva, Maria da Penha em seus escritos e discursos expõe os avanços da lei, mas afirma que ainda há muito o que se fazer para resgatar a dívida histórica no tocante às mulheres, indicando, por exemplo, a necessidade de investimentos que devem ser feitos para a desconstrução da cultura machista e paternalista existente, mediante a efetiva aplicação da Lei Maria da Penha (FERNANDES, 2012).

Diante do contexto geral supracitado, é pertinente destacar que a realidade cariense no que diz respeito à dominação, discriminação e submissão da mulher não diverge do que foi escrito. Além disso, o Cariri carrega marcas de uma sociedade com ideologias machistas, aliadas a uma grande tradição cultural imposta historicamente, o que acabou colocando a nossa região dentro das estatísticas que exibem altos índices de violência contra mulheres, haja vista que muitos desses índices são fundamentados pela dependência financeira e pelo alcoolismo (CARVALHO, 2008).

Ainda segundo o autor, a dependência financeira é uma das causas que viabiliza a violência doméstica contra a mulher. O que acontece é que, na maioria dos casos de violência, a mulher não denuncia a agressão sofrida, temendo seu abandono financeiro e conseqüentemente dos filhos. Por esse motivo, muitos desses casos não constam nas estatísticas oficiais, eles “existem” apenas no ambiente intrafamiliar, o que inclui também os vizinhos.

O alcoolismo é outro fator cultural que vem impulsionando a violência doméstica, principalmente nas classes sociais mais baixas. Além disso, o acesso à bebida está cada vez mais fácil, mediante a grande quantidade de bares e botecos espalhados pelos pequenos e grandes municípios do Cariri cearense (CARVALHO, 2008).

A prática da violência doméstica contra a mulher no Cariri está ligada a uma imposição simbólica pautada na dominação masculina, que, para Bourdieu (2002), foi construída mediante uma sociedade machista e patriarcal que instituiu as regras masculinas de subordinação como uma questão natural. Assim, “[...] a figura do ‘cabra-macho sertanejo’, do ‘cabra-macho-da-pestre’, ‘do homem bravo do interior’, simbolicamente viril e valente, podem

tornar-se indicadores para compreensão das causas culturais que influenciam a prática de agressão pelo homem” (LOPES, 2015, p. 20).

3.4 O invisível é essencial aos olhos: a expressão da singularidade

Quem sou eu? A minha singularidade dissolve-se quando a examino e, por fim, fico convencido de que a minha singularidade vem de uma ausência de singularidade (EDGAR MORIN).

A narrativa interpretada neste trabalho se refere a uma vida singular, construída através das experiências vivenciadas ao longo de sua trajetória. É importante salientar que para as autoras Adriana Cavarero e Judith Butler, o termo singularidade está ligado ao fato de abarcar a história singular dos indivíduos, mas considerando a diferença entre cada um. Assim, as histórias singulares devem ter ligação uma com as outras (CAVARERO e BUTLER, 2007).

O conceito de singularidade e a ideia de se pensar o ser humano como singular e único nem sempre esteve presente na história da humanidade (RAMOS, 2010). Além disso, esse termo vem sofrendo alterações no tocante ao seu sentido e na forma como foi debatido por diferentes corpos teóricos no decorrer do tempo. De acordo com os escritos de Figueiredo (2006, p. 19), a ideia de “sujeitos capazes de decisões, sentimentos e emoções privadas só se desenvolve, se aprofunda e se difunde amplamente numa sociedade com determinadas características” e é repensada ao longo do tempo.

Em consonância, o sujeito singular se constrói em sua relação com a sociedade. O sujeito se faz através e a partir do Outro; assim, a cultura do olhar a si e ver o Outro se faz presente na construção das subjetividades (BIRMAN, 1994). É interessante pensarmos como o conhecer a si mesmo é importante para construirmos a relação entre eu-outro, pois, segundo Ramos (2010, p. 76) “não há no sujeito humano, um núcleo onde repousa a individualidade”.

A partir da discussão iniciada, Birman (1994, p. 153) nos ajuda a entender esse contexto, afirmando que singularidade se constitui:

[...] pelo diálogo efetivo do sujeito com a sociedade dos seres morais e o reino da moralidade. A singularidade é o resultado do percurso dramático de uma individualidade particular no campo da universalidade (...), é na ética que o sujeito se singulariza face uma lei universal, de maneira que é no registro da ética que se pode delinear um lugar possível para o sujeito, onde este seja marcado pela imposição da lei moral universalizante como exigência de existir numa comunidade de iguais, mas indicando ao mesmo tempo como o sujeito é único no campo transcendente do universal.

A singularidade de cada sujeito constitui o todo, assim como a narrativa da história de vida que interpretamos comporta as histórias das inúmeras mulheres em situação de violência espalhadas pelo município de Crato e pelo mundo. Para Birman (1994), a singularidade é a heterogeneidade na homogeneidade, o diferente mistura-se ao comum, supondo que há uma diferença deste sujeito singular face aos outros. Quando se fala em singularidade “o que é particular se constitui como singular” (BIRMAN, 1994, p. 153).

Desse modo, a mulher que entrevistamos, com pseudônimo de Lírio, expressa sua singularidade na história que nos narrou e também nas formas de lidar com a violência em seus mais diversos aspectos. Lírio é singular, pela sua força, por ser um sujeito de diferença¹³ e de mudança.

3.5 A Violência Doméstica no contexto dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Recursos são importantes para a liberdade, e a renda é crucial para evitar a pobreza. Mas se nosso interesse diz respeito, em última instância, à liberdade, não podemos – dada a diversidade humana – tratar os recursos e a liberdade como sendo a mesma coisa” (SEN, 2001, p. 175).

Um pensamento corrente acerca de desenvolvimento refere-se a um processo de transformação social, econômica e política que compreende o coletivo de uma sociedade. Assim, Amartya Sen (1999) enfatiza em seus escritos que a economia e a ética deveriam andar sempre de “mãos dadas”, no entanto, mediante o crescimento exacerbado, a ética acabou sendo esquecida. Mas o autor não desistiu de suas ideologias e insiste na reaproximação entre economia e ética, incluindo ainda a questão política.

Em corroboração, Sachs (2004) diz que os pressupostos de Sen podem ser cumpridos quando os objetivos do desenvolvimento forem além da multiplicação de recursos, isto é, o autor defende a distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico, uma vez que esse último é condição necessária, mas não suficiente para que todos alcancem qualidade de vida e vivam plenamente felizes.

Enquanto a equidade, justiça e solidariedade são valores embutidos no conceito de desenvolvimento, o crescimento pautado no economicismo redutor e excludente acaba proferindo desigualdade e pobreza, que para Sachs (2004, p. 14) é um “fenômeno vergonhoso, porquanto necessário, no nosso mundo de abundância”.

¹³ “Sujeito da diferença” no sentido de que cada um é único porque tem a possibilidade de criar resistências aos discursos dominantes (RAMOS, 2010, p. 80).

Nesse contexto, em 1950 surgem as primeiras discussões acerca de desenvolvimento sustentável, no entanto, somente no ano 1987 com a *World Commission on Environment and Development*, é que o seu conceito vem à tona. O Relatório Nosso Futuro Comum (CMMAD, 1991) define desenvolvimento sustentável como o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, considerando a fragilidade e a finitude dos elementos naturais. Em síntese, é a responsabilidade de gerar riqueza e atender às necessidades do presente sem comprometer que as gerações futuras também atendam. E isso é fundamentado por cinco pilares, também chamados de dimensões do desenvolvimento sustentável. Para dar corpo a esse pensamento, têm-se as dimensões social, ambiental, territorial, econômica e política (SACHS, 2004).

Para Veiga (2005), o desenvolvimento sustentável é considerado um desafio para o século XXI, tanto numa perspectiva teórica quanto pragmática. No mesmo sentido, Cavalcanti (1994, p. 20) contribui dizendo que “[...] não há uma economia da sustentabilidade nem uma única forma de chegar aos predicados de uma vida sustentável. Inexiste tampouco uma teoria única do desenvolvimento ecologicamente equilibrado”.

Para se chegar ao desenvolvimento sustentável é preciso gerenciar as crises nas dimensões colocadas por Sachs, o que requer uma urgente mudança de paradigmas: educar o crescimento econômico e universalizar o exercício dos direitos humanos: políticos, civis e cívicos, sociais e culturais; bem como os direitos coletivos ao desenvolvimento (SEN, 2009).

Em sua obra *Desenvolvimento como Liberdade*, Amartya Sen (2009) enfatiza que o vazio existente entre a prioridade dada a concentração de riqueza econômica e um enfoque sobre a liberdade de escolher a vida que queremos levar é uma questão fundamental na conceituação do desenvolvimento. É sob esse olhar que o desenvolvimento sustentável deve se pautar, na centralidade da vida humana.

Desde a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, também conhecida como Cúpula da Terra ou Eco-92, o mundo identificou um novo caminho para o bem-estar humano, o do desenvolvimento sustentável. O conceito de desenvolvimento sustentável, apresentado na Agenda 21, reconhece que o desenvolvimento econômico deve ser equilibrado com um crescimento que responda às necessidades das pessoas e proteja o meio ambiente.

A nova agenda de desenvolvimento sustentável baseia-se no resultado da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de 2002, da Cúpula de 2010 sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), o resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável de 2012 (Rio+20) e os pontos de vista de pessoas em todo o

mundo. Essa agenda intitula-se “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” e consiste em uma declaração com 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ONUBR, 2015).

A agenda reconhece que acabar com a pobreza deve caminhar lado a lado com um plano que promova o crescimento econômico, ao mesmo tempo que responda a uma série de necessidades sociais, incluindo educação, saúde, proteção social e oportunidades de trabalho, sem esquecer das mudanças climáticas e proteção ambiental. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade, o que segue as mesmas ideias de Amartya Sen (2009).

Ressalte-se que os objetivos da agenda buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. Eles são integrados e indivisíveis e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. É nessa perspectiva que a temática violência doméstica está embutida no processo de desenvolvimento sustentável.

Assim, o objetivo 16 da agenda é o elemento norteador para a promoção do desenvolvimento local, mediante a problematização e interpretação da história de vida de Lírio no contexto da violência doméstica no município de Crato, uma vez que esse objetivo busca “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”.

Segundo o documento das Nações Unidas no Brasil (2015), as metas que constituem o objetivo 16 são as seguintes:

- Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares;
- Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças;
- Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos;
- Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado;
- Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas;
- Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis;

- Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis;
- Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global;
- Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento;
- Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais;
- Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime;
- Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.

Posto isso, fica evidente que para alcançarmos o desenvolvimento regional sustentável, precisamos construir uma sociedade mais pacífica, mais justa e com mais equidade, o que só será possível quando as mulheres do Cariri e em especial do bairro Alto da Penha tiverem a liberdade de ir e vir respeitada, como também consigam acabar com as discrepâncias referentes a gênero.

Desta feita, o estudo acerca da singularidade da história de vida das mulheres no contexto da violência doméstica é pertinente para o alcance dos objetivos supracitados e consequentemente do desenvolvimento sustentável na região caririense.

4 TECENDO A REDE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA TRAJETÓRIA DE RESISTÊNCIAS E ENFRENTAMENTOS

“Não sei se viro menina, se viro mãe, se viro todas. Se viro artista, se viro vento ou viajante. Viro santa ou viro doida. Quem sabe viro onça. Viro a mesa, viro o jogo, viro a página, viro a vida do avesso e viro outras. Sim, eu me viro” (SANFER, Yohana).

Ao iniciarmos a discussão neste capítulo, é pertinente conceituarmos rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. Tecer essa rede diz respeito à atuação articulada entre as instituições e/ou serviços governamentais, não-governamentais, como também a participação da comunidade, visando o desenvolvimento de estratégias preventivas e de políticas que “garantam o empoderamento e construção da autonomia das mulheres, os seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência” (BRASIL, 2011, p.13).

Agora, iniciaremos a construção dessa rede, a qual tratar-se-á do contexto histórico das políticas públicas advindas da luta e resistência dos movimentos de mulheres e feministas no Brasil, como também abordar-se-á as nuances do desenvolvimento, a partir dos conceitos de agente de mudança, expansão de capacidades e liberdade humana, abordados por Amartya Sen em seu livro *Desenvolvimento como Liberdade*.

4.1 Construindo Enfrentamentos através da Resistência: tecendo a rede

Em meados dos anos 1970, o tema da violência doméstica contra mulheres tornou-se uma das principais causas de luta do movimento de mulheres e feministas no país. Embora a luta desses movimentos no que se refere à violência não se restringissem à violência doméstica e conjugal, esta acabou se tornando a forma de violência emblemática para as feministas. Assim, a violência era concebida como um problema complexo e multifacetado, não apenas de natureza criminal (LINHARES, 1994; GROSSI, 2004).

A violência contra mulheres tem raízes profundas, as quais foram regadas e alimentadas ao longo da história, sendo, portanto, de difícil desconstrução. No cenário brasileiro, o início da década de 1980 foi marcado pela forte mobilização de mulheres no tocante à violência contra elas. Sua articulação em movimentos próprios, junto a uma intensa busca por parcerias com o Estado para a resolução desta problemática, resultou em uma série de conquistas ao longo dos anos.

Assim, a temática do enfrentamento da violência é inserida tanto na agenda dos movimentos, quanto na dos governos. Nesse período (década de 1990), vivia-se a era das conferências internacionais. Aqui, presencia-se o avanço do movimento global de mulheres como força articulada, “capaz de influenciar em acordos institucionais de compromisso com a igualdade social e de gênero” (DINIZ, 2006, p. 25).

Nesse contexto, a violência contra as mulheres é considerada um problema de saúde pública, como também de violação dos direitos humanos, suscitando profundas repercussões sociais. Assim, são urgentes a formulação de políticas públicas específicas e a sistematização efetiva de serviços direcionados ao enfrentamento das situações de violência, sobretudo no que diz respeito à prevenção e ao atendimento.

Entretanto, o reconhecimento para as mulheres decorreu de um processo longo e conflituoso. Posto isso, faz-se necessário realizar uma breve retrospectiva acerca da luta dos movimentos de mulheres e feministas, para que o Estado as reconhecesse como cidadãs, dotadas de direitos e liberdades (COELHO et al., 2014).

Inicialmente é preciso esclarecer brevemente o uso dos termos “de mulheres” e “feministas” no que tange aos movimentos de luta. Ao tratar do primeiro termo, Pinto (2003, p. 43) tece a seguinte discussão:

Um aspecto fundamental da realidade brasileira que deve ser notado desde o princípio é a presença dos movimentos de mulheres entre as classes médias e populares no Brasil. Esse é um fenômeno anterior à década de 1970 e que continuou a existir paralelamente a todo o desenvolvimento do feminismo. Se não se pode tratar os movimentos de mulheres como algo totalmente dissociado do movimento feminista, deve-se reter de qualquer forma sua especificidade: foram movimentos organizados não para pôr em xeque a condição de opressão da mulher, como no caso do feminismo, mas para, a partir da própria condição de dona-de-casa, esposa e mãe, intervir no mundo público.

No que se referente ao movimento feminista, Álvarez (1990, p. 23) expõe sua visão:

O movimento feminista, apesar de inserir-se no movimento mais amplo de mulheres, distingue-se por defender os interesses de gênero das mulheres, por questionar os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres, pela definição da sua autonomia em relação a outros movimentos, organizações e ao Estado, e pelo princípio organizativo da horizontalidade, isto é, da não-existência de esferas de decisões hierarquizadas.

Em meados do século XVIII, nas primícias da Revolução Francesa, era possível identificar grupos de mulheres, a grosso modo, organizados, que lutavam pelo seu direito à cidadania, e por consequência tivessem reconhecimento fora de seus “lares”, pois este era o

único lugar em que eram enxergadas, como esposas e mães. “Fora dos limites da casa restavam-lhes a vida religiosa ou a acusação de bruxaria” (PINTO, 2003, p. 13).

Já na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, as lutas e manifestações que já eram extensas cederam lugar a reivindicações mais voltadas aos direitos políticos, ou seja, de as mulheres votarem e de serem votadas. O movimento sufragista, o qual abrangia as dimensões social, política e econômica de reforma, movido pelo direito ao voto, se espalhou pela Europa e pelos Estados Unidos, construindo assim a primeira vaga de feminismo organizado no mundo (PINTO, 2003).

No que diz respeito ao cenário brasileiro, os primórdios do feminismo era bem parecido com o europeu, pois a luta das mulheres tinha como essência os direitos políticos. É importante ressaltar, segundo Pinto (2003, p. 13), que “esta luta esteve definitivamente associada ao nome de Bertha Lutz, que exerceu uma inegável liderança durante a década de 1920 e se manteve ligada às causas da mulher até sua morte, em avançada idade, na década de 1970”.

Diante da discussão iniciada, é pertinente entendermos o conceito de feminismo, para que, a partir disso, consigamos empregá-lo de maneira congruente.

[...] o feminismo procurou, em sua prática enquanto movimento, superar as formas de organização tradicionais, permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo. Assim, o movimento feminista não se organiza de uma forma centralizada, e recusa uma disciplina única, imposta a todas as militantes. Caracteriza-se pela auto-organização das mulheres em suas múltiplas frentes, assim como em grupos pequenos, onde se expressam as vivências próprias de cada mulher e onde se fortalece a solidariedade. [...] o feminismo não é apenas o movimento organizado, publicamente visível. Revela-se também na esfera doméstica, no trabalho, em todas as esferas em que mulheres buscam recriar as relações interpessoais, sob um prisma onde o *feminino* não seja o menos, o desvalorizado (ALVES e PITANGUY, 1985, p. 8-9).

Mesmo considerando o progresso do feminismo nas primeiras décadas do século XX, como também a importância do sufragismo de Bertha Lutz, é possível ainda identificar três vertentes distintas no movimento, as quais são abordadas por Pinto (2003) a seguir.

A primeira delas, que a autora classifica como a mais forte e organizada, é liderada por Bertha Lutz, que tem como espinha dorsal a incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos e, portanto, cidadã. “Esse feminismo constituiu um verdadeiro movimento com alcance nacional, chegando a uma institucionalização surpreendente” (2003, p. 14). No entanto, este limita-se, pois não define a condição de exclusão da mulher em decorrência da condição de poder do homem. É pertinente que a luta pela inclusão não se evidencia como alteração das relações de gênero, mas como uma espécie de complemento para que o

desenvolvimento ocorra de fato na sociedade. Essa pode ser tida como a fase bem comportada por assim dizer, do feminismo brasileiro da época.

A segunda vertente, também chamada pela autora de feminismo difuso, é composta por mulheres cultas, que possuem vidas públicas eminentes, na grande maioria professoras, jornalistas e escritoras. Diferentes das mulheres da primeira vertente, as dessa segunda, além de preocupadas com os direitos políticos, possuem um campo mais amplo de assuntos, defendem a educação da mulher e discorrem acerca da dominação dos homens e no interesse deles em excluir a mulher do mundo público. Seus escritos referem-se a assuntos polêmicos e delicados para a época, como, por exemplo, a sexualidade e o divórcio. Por conta disso, esta é uma fase menos comportada do feminismo brasileiro do início do século XX.

A terceira e última vertente se expressa no movimento anarquista e, posteriormente, no Partido Comunista. Aqui estão, segundo Pinto (2003, p. 15), “mulheres trabalhadoras e intelectuais, militantes desses movimentos de esquerda que defendem a liberação da mulher de uma forma radical, tendo na maioria das vezes a questão da exploração do trabalho como central, articulando as teses feministas aos ideários anarquistas e comunistas”. Tratada como a vertente menos comportada dos feminismos no período, esta tem como grande expoente Maria Lacerda de Moura, uma anarquista brasileira que se sobressaiu por seus textos feministas.

Em suma, Diniz (2006, p. 19) nos adverte em relação a diferença entre o feminismo brasileiro e o europeu:

O movimento feminista brasileiro tem como uma marca própria a sua articulação com a reivindicação dos direitos sociais, mais do que com a noção de liberdade ou libertação das mulheres. No caso dos movimentos feministas europeu e norte-americano, a reivindicação dos direitos das mulheres era muito mais referida aos direitos individuais, com base na tradição liberal, de escolha e de liberdade nos âmbitos amorosos, sexuais e domésticos, que deveriam se desdobrar na plenitude da liberdade e autonomia nas relações pessoais, de trabalho e no âmbito político. O movimento feminista brasileiro, por sua vez, desde os seus primórdios ainda nos anos setenta, enfatizou os direitos sociais e a luta pelo estado democrático.

Posto isso, é pertinente salientar que, a partir do final dos anos de 1970, os movimentos de mulheres e feministas destacaram-se no cenário brasileiro, em detrimento das diversas organizações e movimentos sociais. Tais movimentos lutavam pelo atendimento de suas demandas, por meio da formulação e implementação de políticas públicas (PINHEIRO, 2012).

No contexto internacional, a ONU declarou 1975 como o Ano Internacional da Mulher, abrindo a Década da Mulher (1975 a 1985), trazendo consigo grande visibilidade

para as questões concernentes às mulheres. Este constituiu-se como um dos momentos importantes na história de luta e articulação dos movimentos de mulheres e feministas realizadas a partir de meados da década de 1970. O período em questão marca as primícias do processo de construção histórica dos direitos das mulheres e as discussões sobre as questões que afetavam as mulheres foram postas em pauta na sociedade. Nesse sentido, a tônica da violência contra as mulheres, principalmente, a violência doméstica e familiar, passou a ser uma das prioridades das reivindicações feministas da década de 1980 (COSTA, 2005).

Frota et al. (2012) salienta que o ano de 1975 é marcado pelo surgimento do Movimento Feminista pela Anistia – MFPA. Esse Movimento era organizado por mulheres brasileiras para reivindicar a restauração de um Estado democrático, como também lutar pela liberdade de expressão, pela anistia aos exilados e arbítrio aos presos políticos.

Em consonância, a nível cearense, o movimento feminista é um desdobramento do MFPA e trata-se de mulheres ligadas a movimentos estudantis e partidos políticos. Já no ano de 1981, origina-se uma entidade intitulada União das Mulheres Cearenses – UMC, e como o próprio nome sugere, esta corresponde ao encontro das cearenses pertencentes a partidos políticos diversos. Desta feita, surgem discussões públicas referentes a questões do feminino. Mas, por divergências políticas, algumas mulheres se desligam da UMC e em 1982 dão origem ao Centro Popular da Mulher – CPM (ALVES, 2009).

Assim, torna-se notório que as primeiras conquistas do movimento feminista coadunado ao Estado, no tocante à implementação de políticas públicas voltadas ao combate à violência contra mulheres marcam a década de 1980. “Para fazer frente às demandas de igualdade de gênero foi criado, em 1983, o primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina em São Paulo” (BLAY, 2003, p. 91).

No ápice da Década da Mulher declarada pela ONU, em 1985, tem-se a inauguração da primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM)¹⁴ em São Paulo, concomitante é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), através da lei 7353/85. Em relação ao CNDM, Pasinato e Santos (2008, p. 11) salientam que este foi:

[...] primeiro órgão do Estado brasileiro a tratar especificamente dos direitos das mulheres. A exemplo dos conselhos estaduais, o CNDM era uma instância de participação, cabendo-lhe formular propostas de políticas para as mulheres. É importante notar que o CNDM não tinha poderes para executar e monitorar políticas públicas. No período da transição democrática, teve um papel importante no processo de elaboração da Constituição Federal (CF) de 1988, contribuindo para a inclusão de 80% das demandas feministas no texto constitucional.

¹⁴ Dada a relevância da criação da primeira DDM, resolvemos tecer uma abordagem mais aprofundada, construindo um subtópico mais adiante.

No entanto, durante o governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992), o CNDM foi desarticulado politicamente, interrompendo qualquer tipo de relação com os movimentos de mulheres. É importante ressaltar que nos governos sucessivos, “o CNDM retomou o seu papel de articulação entre o Estado e a sociedade, mas nunca recuperou o seu vigor político inicial” (PASINATO e SANTOS, 2008, p. 11).

Dando continuidade à linha histórica, em 1986, no estado de São Paulo, é instituída pela Secretaria de Segurança Pública a primeira Casa Abrigo do país, com o intuito de amparar mulheres em situação de violência e/ou risco de morte (SILVEIRA, 2006).

Essas políticas públicas¹⁵ configuram três importantes “vitórias” da luta feminista no Brasil referentes ao combate à violência contra mulheres. São resultados importantes das ações do Estado no que se refere à promoção dos direitos do feminino.

Outro apoio às mulheres em situação de violência é o Centro de Referência e Atendimento à Mulher - CRAM, onde são oferecidos atendimentos psicológicos, social, como também orientação jurídica, a qual proporcione o atendimento e o acolhimento necessário à mulher. Enquanto a DDM analisa a parte criminal, o principal objetivo do CRAM é cuidar da parte social da vítima. O atendimento à mulher realizada pelo CRAM não fere o seu direito à autodeterminação e promove meios para que essa mulher tome decisões relativas à situação de violência por ela vivenciada (COSTA e AMARAL, 2007).

Nessa perspectiva, de acordo com Costa e Amaral (2007, p. 4), esse Centro de Referência segue algumas fases para o atendimento à mulher em situação de violência:

A primeira fase é o acolhimento, onde a mulher será informada dos propósitos da entrevista que ocorrerá e será assegurado de que não estará vinculado ao atendimento após a entrevista, se não desejar. A segunda fase consiste em querendo ser atendida pelo CRAM será encaminhada ao atendimento que será realizado por uma psicóloga e uma assistente social. A terceira fase abrange o aprofundamento a fim de identificar as demandas e questões a serem tratadas nos diversos tipos de atendimento. A quarta fase tem a função de monitoramento e encerramento do atendimento, com o fim de acompanhar esse atendimento integral da mulher em situação de violência.

Quando a superação da violência por parte da mulher é verificada, o serviço de atendimento é encerrado. É pertinente a observação quanto ao fortalecimento de mecanismos psicológicos e sociais que suscitem a segurança e autodeterminação da mulher.

¹⁵ Delegacia de Defesa da Mulher (DDM); Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM); Casa Abrigo.

Um aspecto limitador do CRAM é o fato de que esse amparo não se estende ao agressor. Assim, percebe-se que pouco vale a mulher ser orientada e quando chegar em casa, reencontrar o companheiro, a situação continua sendo a mesma (COSTA e AMARAL, 2007).

Diante da criação dos órgãos de assistência supracitados, também é importante destacar o contexto histórico de Conferências realizadas na década de 1990, quando o setor de saúde se preocupou em assumir oficialmente a violência não só como uma questão social, mas de saúde pública (MINAYO, 2004).

Nesse cenário, foi possível assistir à inclusão dos direitos das mulheres na agenda mundial de direitos humanos, como também na pauta política dos governos. Constituiu-se um verdadeiro ciclo de conferências internacionais regido pelas Nações Unidas em diversos países, com o propósito de fortalecer a luta dos movimentos sociais e dessa forma contribuir “para o reconhecimento dos direitos das mulheres, fornecendo alicerces para a criação de políticas de enfrentamento à violência baseada em gênero” (COELHO et al., 2014, p. 13). Os eventos mais expressivos desse período, ainda segundo as autoras, foram:

- Conferência de Viena e seu Programa de Ação (1993): ressaltou o reconhecimento dos direitos das mulheres como parte dos direitos humanos, e dessa forma nomeou a violência contra a mulher como violação de direitos humanos;
- Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres (1993): definiu a violência em suas múltiplas formas de manifestação e reconheceu sua prática no âmbito público e privado;
- Conferência sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) e sua Plataforma de Ação: especialmente por considerar que “a humanidade não é um todo homogêneo, o Plano se debruça sobre a existência de desigualdades sociais, destacando grupos tradicionalmente mais atingidos por tais desigualdades, dentre eles as mulheres”, e o reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos como parte dos direitos humanos;
- Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, também conhecida como Convenção de Belém do Pará¹⁶ (1994): essa importante convenção ocorreu em 09 de junho de 1994, impulsionada pela ação decisiva dos movimentos feministas de diversos países com o objetivo de tornar visível a violência contra a mulher e para exigir seu repúdio e sua eliminação. Trouxe como ganho a incorporação do conceito de gênero à definição de violência contra a

¹⁶ Para melhor fundamentação, recomendando consultar o documento proposto na Convenção de Belém do Pará no link: <http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm>

mulher, explicitando que esta pode ser de diferentes tipos e ocorrer tanto na esfera pública como na privada, apresentando um amplo conceito de violência doméstica e intrafamiliar;

- IV Conferência da Mulher em Beijing e a Plataforma de Ação Mundial da Mulher (1995): impulsionou novo enfoque sobre os direitos das mulheres tomando por base o conceito de gênero.

Em 2003, tem-se a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, a qual representou um importante marco para a construção da rede de atendimento às mulheres em situação de violência, garantindo recursos para a criação de serviços, como também para a implementação de políticas públicas integradas de enfrentamento à violência contra as mulheres. A partir da criação da SPM, as ações mudaram de foco e ganharam uma nova conjuntura, dando início a formulação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a qual desenvolve diretrizes para que os organismos governamentais atuem de maneira coordenada nas três esferas da federação (BRASIL, 2011).

No que tange aos serviços especializados, segundo Brasil (2011, p. 15-16), a rede de atendimento às mulheres em situação de violência é composta por:

Centros de Atendimento à Mulher em situação de violência (Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher em situação de Violência, Centros Integrados da Mulher), Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório (Casas-de-Passagem), Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Postos ou Seções da Polícia de Atendimento à Mulher), Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, Ouvidoria da Mulher, Serviços de saúde voltados para o atendimento aos casos de violência sexual e doméstica, Posto de Atendimento Humanizado nos aeroportos (tráfico de pessoas) e Núcleo de Atendimento à Mulher nos serviços de apoio ao migrante.

Como se pode perceber, a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres é marcada, portanto, pela multiplicidade de serviços e de instituições. Ressalte-se que esta diversidade deve ser compreendida como parte de um longo processo de construção que tem o propósito de abranger a complexidade e multidimensionalidade da violência contra as mulheres. No entanto, para que o enfrentamento da violência se efetive de fato, é indubitável que os serviços e instituições atuem de forma articulada e integrada. E no que se refere à assistência, é fundamental que os serviços trabalhem a partir de uma perspectiva

intersetorial¹⁷ e que determinem fluxos de atendimento compatíveis com as realidades locais e, dessa forma, contemplar as demandas das mulheres em suas diversidades (BRASIL, 2011).

Para fechar o ciclo histórico de políticas públicas, no dia 07 de agosto de 2006, foi sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a lei 11.340/06, intitulada Lei Maria da Penha, que tem o objetivo de coibir, prevenir, punir e erradicar toda e qualquer violência praticada contra a mulher, e dessa maneira, garantir o respeito, a dignidade, o direito e a justiça àquela mulher em situação de violência. Segundo Martins et al. (2015, p. 7), a Lei Maria da Penha representa:

[...] um dos mais relevantes avanços legislativos desde o advento da Constituição Federal de 1988, pois significa o reconhecimento da violência contra as mulheres como violação dos direitos humanos. Antes considerado um problema da esfera privada, permaneceu distante da agenda pública e governamental até o advento da lei, quando houve uma conceituação precisa da violência doméstica e familiar e foram estabelecidas diversas medidas específicas para enfrentá-la.

Não obstante, o Cariri cearense é palco de diversos movimentos sociais, principalmente movimentos feministas. Nesse sentido, em maio de 2014, surge a Frente das Mulheres dos Movimentos do Cariri, com o intuito de se contrapor à violência contra a mulher, como também conversar com os demais movimentos e coletivos já existentes na região, os quais possuem objetivos comuns e/ou complementares. Até os dias atuais, através da Frente de Mulheres, foram realizadas uma série de atividades de formação, as quais discutiam gênero e classe social, gênero e diversidade, aborto e parto, racismo e sexismo, além de várias ações de rua. É importante destacar a preponderância das mulheres negras neste movimento, tanto física quanto política (ISIDÓRIO et al., 2015).

As integrantes do movimento explicam o sentido do nome Frente de Mulheres e não Frente Feminista, levando em consideração a ampliação do projeto, pois com essa denominação, elas conseguem abraçar aquelas que não se reivindicavam feministas. Lembrando que, em nenhum momento, a Frente tenta interferir na organização dos grupos que a integram; cada grupo tem a sua autonomia.

Segundo as autoras ISIDÓRIO et al. (2015), o objetivo da Frente de Mulheres é “feminizar e enegrecer” esses grupos, como também focar na luta contra a exploração e/ou opressão de classe, gênero, etnia e orientação sexual, pois isso é o que os une. Elas enfatizam

¹⁷ A perspectiva da intersetorialidade representa, portanto, um desafio na medida em que insta a uma ruptura com o modelo ‘tradicional’ de gestão pública, que tende à departamentalização, à desarticulação e à setorialização das ações e das políticas públicas (BRASIL, 2011, p. 16).

que os grupos unidos conseguem potencializar as ações que não possuem tanto peso se forem realizadas individualmente ou por apenas um grupo.

Assim, é perceptível que uma das questões que se sobressai dentro dos movimentos de mulheres e feministas em âmbito internacional, nacional e local, é o enfrentamento da violência contra a mulher. Os movimentos propõem não só instaurar a punibilidade, mas promover uma sociedade mais justa, a qual erradicasse o alto índice de violência contra as mulheres, combinando ações de repressão e punição aos agressores, como também cuidados com as vítimas e intervenções preventivas (MACHADO, 2002).

O caminho a percorrer ainda é longo, mas muito já foi feito para mudar esse cenário. O combate à violência contra as mulheres não é função exclusiva do Estado; nós enquanto sociedade também precisamos nos conscientizar sobre a gravidade e impactos dessa problemática, precisamos nos informar, nos educar e dessa forma buscar mecanismos que modifiquem essa cultura de subordinação perpetrada sob questões de gênero.

4.1.1 A Luta floresceu: criação da Delegacia de Defesa da Mulher

A criação das delegacias da mulher tem contribuído para a construção de uma cidadania de gênero no País, reconhecendo as posições sociais hierárquicas em função do sexo e promovendo a igualdade de direitos. As delegacias da mulher dão visibilidade à violência contra a mulher e dão coragem para que estas denunciem a violência que sofrem em silêncio e que não era levada a sério pelos distritos policiais (SANTOS, 2001).

Dada a relevância da criação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher - DDM, resolvemos tecer uma abordagem mais aprofundada nesse subtópico. O florescimento da luta com essa criação representou mudanças no sentido de como a sociedade passa a encarar a violência contra mulheres, propiciando uma maior visibilidade dessa problemática, bem como o acesso das mulheres, em situação de violência, à justiça.

O nascimento da primeira DDM se deu no Governo de Franco Montoro em São Paulo, através do Decreto 23.769, de 6 de agosto de 1985, com o propósito de investigar os “delitos contra a pessoa do sexo feminino” (PASINATO e SANTOS, 2008, p. 11), previstos no Código Penal. A título de complemento, o objetivo se estendia a atender especialmente as mulheres em situação de violência e outras formas de discriminação, pois a violência é silenciosa, não tem cor, raça ou nível social.

É pertinente salientarmos que as DDM's surgem em resposta às reivindicações feministas, embora a primeira delegacia não tenha surgido de uma ideia dos movimentos feministas e de mulheres, e sim do próprio governo que a criou (SANTOS, 2001). Essa

iniciativa contribuiu para dar maior visibilidade a problemática da violência contra mulheres, especialmente a doméstica; favorecendo a discussão da natureza criminosa da violência praticada sob questões de gênero, além de conceber uma via de enfrentamento da violência contra a mulher no Brasil.

Antes do surgimento da DDM, as mulheres que recorriam às Delegacias em geral sentiam-se desprotegidas, muitas vezes eram vítimas de incompreensão e machismo pelos policiais que as atendiam, isso quando a mulher denunciava. Para tais policiais, o fato da mulher ir reclamar de uma violência cometida pelo companheiro não é considerado tão grave, chegam a pensar que é uma simples briga de casal e que logo se resolverá. Assim, a mulher acaba ficando sem atendimento, nenhuma solução tomada e, essa vítima volta para a casa, encontra o companheiro acreditando que tal fato não voltará a ocorrer. Em concordância, Blay (2003, p. 91-92) afirma que:

Com a criação das Delegacias de Defesa da Mulher (DDM) o quadro começou a ser alterado. O serviço nas DDMs era e é prestado por mulheres, mas isto não bastava, pois muitas destas profissionais tinham sido socializadas numa cultura machista e agiam de acordo com tais padrões. Foi necessário muito treinamento e conscientização para formar profissionais, mulheres e homens, que entendessem que meninas e mulheres tinham o direito de *não aceitar* a violência cometida por pais, padrastos, maridos, companheiros e outros. Esta tarefa de reciclagem deve ser permanente, pois os quadros funcionais mudam e também os problemas.

Naquele momento, o Estado foi infeliz em pensar que focar na criminalização da violência contra mulheres seria suficiente. Mas o problema é social e silencioso, o que demandava serviços assistenciais na DDM, como capacitação dos funcionários, acompanhamento psicológico, assistência social e à saúde, orientação jurídica, casas de abrigo e principalmente medidas protetivas. Naquele momento não foi dada a devida importância às atividades educativas, mas estas não deixaram de ser o foco dos movimentos de mulheres e feministas. Assim, segundo Costa e Amaral (2007, p. 2), algumas mudanças foram acrescentadas à DDM:

Em 1996 o decreto n 40.693/96 ampliou a competência, deu nova caracterização às delegacias, além dos crimes contra a mulher também passaram a apurar delitos contra a criança e o adolescente. Outra mudança significativa na delegacia da mulher de São Paulo deu-se em 1997 com a promulgação do decreto n 42.082/97 que conferiu a essas delegacias competência para o cumprimento dos mandados de prisão civil por dívida do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia.

Em contrapartida, Debert e Gregori (2008) nos orienta para uma das críticas mais contundentes no que diz respeito às DDM's. A crítica está relacionada ao grande número de

boletins de ocorrência, os quais não são transformados em denúncias, nem tampouco encaminhados para o Ministério Público. Isso acaba remetendo ao fato das vítimas continuarem tendo acesso reduzido à Justiça.

Contudo, as DDM's constituem-se como uma proposta nacional inovadora no âmbito institucional. Trata-se de uma política pública de grande respaldo e importância no que tange ao combate à violência de gênero, principalmente tratando-se da violência doméstica e/ou familiar. “A ação, desses equipamentos públicos, vai além da punição e repressão, atuando na defesa, proteção e construção dos direitos humanos” (ARAÚJO, 2013, p. 4).

Desse modo, a criação das Delegacias de Defesa da Mulher configurou o marco inicial da desnaturalização e da prevenção/combate dessa forma de violência, que assola todas as esferas e que passou a ser considerada como um problema de interesse público (NOBRE e BARREIRA, 2008). O surgimento das DDM's suscitou mecanismos que oportunizaram a visibilidade da violência de gênero, em especial a violência doméstica e familiar.

4.2 Agente de Mudança, Expansão de Capacidades e Liberdade Humana: Nuances do Desenvolvimento

Não se pode compreender as mudanças sociais sem levar em consideração a subjetividade das mulheres (AMARTYA SEN, 2009).

Aqui utilizamos como referência a obra de Amartya Sen, intitulado *Desenvolvimento como liberdade*, para melhor compreendermos as políticas públicas no tocante a gênero. Em alguns capítulos, o autor discorre sobre a condição das mulheres e dos direitos reprodutivos. Amartya Sen é um economista e filósofo indiano; foi professor de diversas escolas, como Oxford e Harvard e recebeu o Prêmio Nobel de economia em 1998.

Em seu capítulo *A condição de agente das mulheres e a mudança social*, Amartya Sen acredita que a pauta de luta pelos direitos das mulheres possui dois aspectos básicos e estes estão inter-relacionados: os direitos voltados para o bem-estar e os direitos voltados para a livre condição de agente da mulher. Segundo ele, houve uma concentração histórica nos olhares de bem-estar e só agora que a condição de agente está sendo considerada importante (SEN, 2009).

A condição de agente é uma característica peculiar na identidade e no agir do ser humano como membro de uma sociedade e responsável pelos seus destinos, o que o qualifica como impulsionador do processo de organização e de desenvolvimento do ambiente onde se encontra. O ordenamento seguro de uma sociedade tem como referencial o critério de avaliação a ação livre das pessoas e a sua capacidade

estabelecer e fortalecer as relações que contribuem para a realização pessoal, a integração na dinâmica da sociocultural, assim como lhe dá condições para influenciar ativamente na sua estruturação e no seu desenvolvimento (ZAMBAM, 2012, p. 66).

Ressalte-se que, para Amartya (2009), não considerar a condição de agente pressupõe uma compreensão muito rasa da mulher enquanto indivíduo. Aliás, o próprio bem-estar das mulheres recebe influência direta de variáveis associadas à sua condição de agente, a saber: a capacidade da mulher para auferir renda, independente de ser alfabetizada e participar nas decisões dentro e fora da família, de encontrar um trabalho fora de casa, de ter direitos de propriedade.

Levando em consideração estudos baseados em censos desempenhados na Índia, o autor observa que os ganhos de poder das mulheres são capazes de reduzir expressivamente a mortalidade infantil. No que se refere às relações familiares, Amartya Sen (2009, p. 252) nos adverte:

É na desigualdade contínua na divisão dos alimentos – e talvez (ainda mais) nos cuidados com a saúde – que a desigualdade entre os sexos se manifesta de modo mais flagrante e persistente nas sociedades pobres com pronunciado viés antifeminino.

Desse modo, o empoderamento das mulheres contribui para uma melhor divisão intrafamiliar, no tocante aos alimentos e aos cuidados com a saúde. O autor chama a nossa atenção para o fato de que o interesse das crianças e dos mais velhos também costuma ser negligenciado nas sociedades arraigadas em fundamentos fortemente sexistas. Assim, a voz ativa das mulheres também influencia fortemente a discussão política sobre diversas temáticas, como exemplo disso, Sen (2009) salienta que há evidências de que o ganho de poder das mulheres auxilia na preservação dos recursos ambientais e na redução da violência na sociedade.

Nesse contexto, a primazia defendida pelo autor é que a expansão da liberdade configura o fim e o meio para o desenvolvimento. Ora, apenas o aumento da riqueza não garante o desenvolvimento, as liberdades precisam se reforçar mutuamente, ao invés de serem contrárias umas às outras. Um exemplo disso é que as liberdades econômicas e políticas, na maioria das vezes, são apreendidas como antagônicas, mas elas não são contrárias entre si e sim se reforçam (SEN, 2009).

A conquista de poder das mulheres é singular no processo de desenvolvimento em muitos países do mundo atual. E também que “a condição de agente das mulheres é um dos principais mediadores da mudança econômica e social” (SEN, 2009, p. 262-263). Desta feita,

o crescimento econômico que não esteja relacionado ao reconhecimento da autonomia feminina acaba por não representar ganhos de desenvolvimento social e de bem-estar para a população.

No que se refere ao fenômeno da violência, o autor afirma que é dificultoso desconsiderar a importância da condição de agente das mulheres em qualquer explicação para essa problemática. Em nosso país, observam-se altos índices de violência nas relações familiares, intergeracionais, de gênero e na sociedade como um todo.

Refletindo sobre os escritos de Amartya Sen (2009), pudemos sentir em sua essência um caráter libertário e a sua defesa de políticas públicas voltadas para a equidade de gênero. As mulheres são detentoras naturais de singularidades, como a preocupação mais acentuada com as necessidades das crianças e a grande sensibilidade com os idosos, incluindo o cuidado. Assim, seu empoderamento desencadeia melhorias nas condições coletivas e do bem comum, o que deveria ser o cerne do desenvolvimento.

Desta feita, Sen (2009, p. 18) destaca duas razões para considerar a liberdade como cerne central para o processo de desenvolvimento: “a razão avaliatória (a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento das liberdades das pessoas) e a razão da eficácia (a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas)”.

O modelo de desenvolvimento adotado em uma sociedade está relacionado a diversos fatores, os quais incidem diretamente sobre as condições de vida das pessoas, da sua realização pessoal, da participação social e política, e principalmente da produção de bens e sua distribuição. A construção de desenvolvimento está coadunada a interesses econômicos, como também à formação cultural e histórica da sociedade. Os objetivos presentes e futuros também são importantes nesse contexto, focando nas condições de vida para a comunidade envolvida, no funcionamento efetivo das instituições sociais e na disponibilidade e preservação dos recursos naturais (ZAMBAM, 2012).

No viés do desenvolvimento, a abordagem das políticas públicas está centrada no valor e na importância do indivíduo ante a necessidade de desenvolver suas capacidades e, dessa forma, agir como cidadão na condição de agente ativo. Em consonância, a compreensão do indivíduo segundo Sen (2009, p. 334) é primordial para esta abordagem:

Essa distinção tem uma influência prática significativa sobre a política pública. Embora a prosperidade econômica ajude as pessoas a ter opções mais amplas e a levar uma vida mais gratificante, o mesmo se pode dizer sobre educação, melhores cuidados com a saúde, melhores serviços médicos e outros fatores que influenciam causalmente as liberdades efetivas que as pessoas realmente desfrutam.

As políticas públicas têm como propósito resolver os conflitos de uma sociedade, os quais são impulsionados pelas condições precárias de sobrevivência. É dever do Estado desenvolver ações que visem a redução das desigualdades sociais e, dessa forma, promovam o bem-estar coletivo. Esse “bem-estar” é conquistado quando das condições existentes para a expansão da liberdade de escolha das pessoas, encorajando o desenvolvimento das capacidades humanas e a condição de agente de mudança.

Nesse sentido, Sen (2001, p. 152) enfatiza que “a literatura sobre economia do bem-estar que trata da desigualdade comumente ignorou as diversidades humanas e tendeu a considerar todas as pessoas como exatamente similares”. Assim, é urgente a inclusão de outras necessidades nas políticas públicas atuais, as quais promovam um desenvolvimento social de alcance universal.

Recursos são importantes para a liberdade, e a renda é crucial para evitar a pobreza. Mas se nosso interesse diz respeito, em última instância, à liberdade, não podemos – dada a diversidade humana – tratar os recursos e a liberdade como sendo a mesma coisa” (SEN, 2001, p. 175).

A ausência de liberdade no contexto de políticas públicas implica na privação de benefícios para setores estratégicos da sociedade, como, por exemplo a condição de exclusão da mulher, a qual tem repercussão negativa sobre a sociedade como um todo, pois os problemas sociais como a violência familiar e de gênero são aprofundados. Em consonância, Sen (2009, p. 222) acrescenta: “[...] o papel limitado da condição de agente ativa das mulheres afeta gravemente a vida de *todas* as pessoas – homens e mulheres, crianças e adultos”.

As ações desenvolvidas para o combate às formas de exclusão da mulher têm o poder de influenciar largamente o seu entorno e as futuras gerações, tendo como elemento norteador a importância da liberdade humana. Nesse sentido, Sen (2009, p. 322) nos convida a refletir: “[...] as liberdades substantivas que desfrutamos para exercer nossas responsabilidades são extremamente dependentes das circunstâncias pessoais, sociais e ambientais”.

Aqui entra em cena, a expansão das capacidades, a qual propõe a superação das situações que motivam a exclusão, marginalização ou classificação das pessoas. As políticas públicas articuladas para promoção da equidade social primam pelo combate às causas das desigualdades que podem ser mensuradas a partir da condição de não agente dos cidadãos (ZAMBAM, 2012).

Para apreender a concepção supracitada, é imprescindível entendermos que o exercício da liberdade adquire um significado social relevante e pertinente para a atuação do indivíduo na condição de agente incorporado nos programas de transformação social. Em consonância, Sen (2009, p. 325) contribui com essa visão:

Importa ressaltar também o papel instrumental da expansão de capacidades na geração da mudança *social* (indo muito além da mudança *econômica*). De fato, o papel dos seres humanos, mesmo como instrumentos de mudança, pode ir muito além da produção econômica (para a qual normalmente aponta a perspectiva do “capital humano”) e incluir o desenvolvimento social e político.

Assim, podemos perceber cada vez mais a importância de projetarmos um desenvolvimento não limitado ao crescimento econômico ou de satisfação das necessidades de consumo. Os temas que envolvem justiça social, equidade, a concentração de renda, a fome, o direito ao trabalho, a educação, os serviços de saúde, entre outros, permanecem como inquietações, as quais precisam ser urgentemente aprofundadas e, principalmente, superadas pelo envolvimento das instituições e cidadãos em geral.

A superação dessas realidades perversas, conforme Sen, só será possível mediante a ação conjunta da pluralidade de atores sociais, públicos e privados, com o objetivo de desenvolver as capacidades individuais e comunitárias, atuando conjuntamente na condição de agentes ativos a fim de oferecer às pessoas as condições para o exercício da liberdade.

5 SOBRE SINGULARIDADES... A HISTÓRIA DE VIDA DE LÍRIO

*“Toda dor pode ser suportada se sobre ela puder ser contada uma história”
(Hannah Arendt).*

Imagem 04: O olhar sensível da pesquisadora e a expressão da Alteridade.



Fonte: Elaboração própria / Créditos da foto: Yure Emanuel de Melo Feitosa Araújo.

Conhecer e transitar entre narrativas de vida de mulheres que sofreram algum tipo de violência doméstica supõe, entre outras exigências, sensibilidade e rigor teórico-metodológico. Desse modo, faz-se importante problematizar e interpretar a singularidade da história de vida de uma mulher no contexto da violência doméstica no bairro Alto da Penha à luz dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Para conhecer o Outro e conhecer a si através do Outro é necessário o exercício da alteridade, pautado na interação em que pesquisador e entrevistado se deixem afetar pelo contato produzido. A alteridade facilita o processo de comunicação. O pesquisador deve estar atento e sensível às diferenças veladas pelas aparentes semelhanças para que dessa forma se constitua um espaço de diálogo (DA MATTA, 1978).

O dia escolhido foi 19 de novembro de 2017, um dia quente de domingo. A ferramenta primordial para coleta de dados foi a entrevista, onde pesquisadoras e entrevistada construíram um espaço de diálogo sobre a temática da pesquisa. As entrevistas tiveram um

roteiro norteador a ser percorrido, mas que não foi seguido à risca, ou de uma forma fechada e limitadora. Na entrevista, eu, Laudeci e Girassol solicitávamos através de perguntas norteadoras para que ela nos falasse sobre sua história de vida e a deixávamos livre, para que falasse da forma como achava melhor. Assim, a entrevistada foi narrando sua história, fazendo reflexões e só fizemos intervenções quando foi necessário aprofundar o que foi dito e/ou perguntado. A entrevista foi devidamente gravada (com autorização prévia da participante) e fizemos pessoalmente sua transcrição.

No momento em que precisamos escrever sobre o que foi vivenciado e sentido no *locus* da pesquisa, foi necessário um exercício de afastamento corporal, diríamos um afastamento físico do espaço onde a pesquisa foi realizada, pois em energia nós já pertencíamos àquele lugar. Nesse sentido, Geertz (2005) nos compreende, quando diz que é “*estando aqui*” que fazemos a escrita do que vivenciamos e observamos no “*estando lá*”. E essa partida, ou por assim dizer distanciamento, se deu mediante a finalização das idas a campo e o início do processo de escrita.

No lugar onde nos sentimos chamadas para realizar a pesquisa, inicialmente procuramos acompanhar a trajetória de algumas mulheres que sofreram violência por parte de seus cônjuges, ex-cônjuges, irmãos e pais, uma vez que a Lei Maria da Penha ampara mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Entrementes, como relatamos no início da dissertação, apenas 2 mulheres compareceram ao local combinado para as entrevistas, a primeira negou sofrer violência doméstica e a segunda se entregou e vivenciou conosco a pesquisa. Foi a partir disso que mudamos o roteiro da instituição de dados e nos sentimos chamadas a analisar a história de vida de Lírio (nome fictício que ela mesma escolheu).

Lírio assinou um Termo de Consentimento Livre Esclarecido exigido pelo Comitê de Ética (em anexo) explicando quais os caminhos da pesquisa, como seria realizada, autorizando a publicação dos resultados que seria sua história de vida acerca da violência doméstica, garantia de anonimato, entre outros aspectos. É importante destacar que nossa pesquisa foi realizada *com* seres humanos e não *em* seres humanos, isto implica dizer que não fizemos uma pesquisa em que seres humanos são objetos de intervenção, mas sim, sujeitos de interlocução (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004).

Em consonância, solicitar que Lírio nos contasse sua história, permitiu que ela viajasse por um caminho singular, lembrando cada momento de sua vida, mas hoje de maneira leve, como ela mesma descreveu a sensação que sentiu ao final da nossa conversa. De acordo com Queiroz (1988), a entrevista, que objetiva coletar as informações para a pesquisa através da

história de vida, busca compreender os aspectos social e cultural de um coletivo a partir de narrativas singulares. E foi exatamente assim, através da narrativa de Lírio, que pudemos refletir sobre as histórias de vida dos diversos “lírios” que habitam no bairro Alto da Penha.

Ao iniciar a entrevista, explicamos à Lírio que a pesquisa é sobre violência doméstica e seus entraves. Assim, a sua narrativa foi direcionada para esta tônica. É pertinente que quando solicitamos a uma pessoa que narre sua história de vida, ela não relatará sua vida inteira, “mas apenas uma versão selecionada de modo a apresentá-la como o retrato de si que prefere mostrar aos outros, ignorando o que pode ser trivial ou desagradável para ela, embora de grande interesse na pesquisa” (GOLDENBERG, 2000, p. 42).

Os dados e/ou informações que são obtidos no trabalho de campo, quando expressas ao longo da escrita, são quase sempre uma interpretação de sentidos atribuídos aos acontecimentos narrados pelos participantes da pesquisa. É o(a) pesquisador(a) que explica, interpreta, traduz, justifica, contextualiza estes sentidos (CASTRO, 2002). Assim, Fonseca (1999, p. 76), reforça que nossas análises:

[...] vão ser uma simplificação grosseira da realidade [...] Nunca podemos prever de antemão que o modelo que construímos seja “chave da compreensão” ou sequer relevante quando lidamos com casos específicos [...] Serve para oferecer uma alternativa, para abrir o leque de interpretações possíveis, não para fechar o assunto ou criar novas fórmulas dogmáticas.

Os textos escritos em relação a uma determinada pesquisa são interpretações e construções, algo que foi ajustado e adequado, no entanto, não são falsos, nem ficções, são experiências vividas e sentidas pelo(a) pesquisador(a) em relação às narrativas dos sujeitos entrevistados/observados (GEERTZ, 1989).

Chegou o momento de constituirmos uma leitura da história de vida de Lírio, buscando compreender e interpretar sua singularidade. Eis o momento do cuidado, do exercício da alteridade e, a partir disso, o conhecer de si para expressar sensibilidade nessa análise. Descrevemos a partir de agora a história de Lírio, mas é importante lembrar que somos nós como pesquisadoras e sujeitos singulares, que reproduzimos esta versão do seu relato.

5.1 A história, a memória e a leveza de um lírio.

“A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (JACQUES LE GOFF, 1996, p. 477).

Lírio chegou ao local marcado para a entrevista um pouco tímida, talvez receosa, mas aos poucos foi abrindo-se ao diálogo. Nos contou que estava de ressaca, pois na noite anterior havia bebido uma garrafa de dreher (uma espécie de conhaque), ouvindo músicas de Zezé di Camargo e Luciano, como uma maneira de fuga do estresse causado pela luta diária da vida. De acordo com D'Oliveira et al. (2009), o consumo de álcool pode configurar-se como uma estratégia utilizada pelos usuários para lidar com o estresse causado pelas situações de violência ou até mesmo de angústias cotidianas. Assim, Lírio nos diz que a bebida alivia e por um momento ela esquece dos problemas, considera-se viciada em bebidas alcoólicas.

Durante muito tempo o alcoolismo esteve intrinsecamente ligado à população masculina, no entanto, nunca esteve restrito a este gênero. Segundo os autores Oliveira et al. (2012), o início do uso do álcool entre mulheres tem sido associado a fatores como o enfrentamento da timidez, da ansiedade e da baixa autoestima. Atualmente, o alcoolismo feminino é tratado como um problema social, o qual provoca impactos diretos na saúde da mulher, em sua família, e na sociedade em geral, constituindo uma questão urgente de saúde pública no mundo. A dependência de álcool entre mulheres constitui-se em uma problemática que vem crescendo substancialmente nas últimas décadas.

Apesar da luta das mulheres contra a crescente desigualdade de gênero, e as conquistas decorrentes desta, a sociedade ainda é bastante agressiva no tocante ao alcoolismo feminino. A mulher é considerada mais imoral do que os homens nesse contexto e possuem comportamento inadequado, causando sofrimento nesta pelo estigma que lhe é consagrado (OLIVEIRA et al., 2012).

Lírio tem 32 anos, moradora do bairro Alto da Penha, mas afirma não ter boa relação com os vizinhos, por isso quer se mudar, mas o companheiro não quer: “*Eu pretendo sair, só que o marido não quer sair*”. Além disso, Lírio é agricultora e negra (apesar de ter se identificado como “parda”). Nesse sentido, Maria Nilza da Silva disserta um pouco sobre a realidade da mulher negra no Brasil e seus entraves.

A situação da mulher negra no Brasil de hoje manifesta um prolongamento da sua realidade vivida no período de escravidão com poucas mudanças, pois ela continua em último lugar na escala social e é aquela que mais carrega as desvantagens do sistema injusto e racista do país. Inúmeras pesquisas realizadas nos últimos anos mostram que a mulher negra apresenta menor nível de escolaridade, trabalha mais, porém com rendimento menor, e as poucas que conseguem romper as barreiras do preconceito e da discriminação racial e ascender socialmente têm menos possibilidade de encontrar companheiros no mercado matrimonial (2003, p.1).

A mulher negra carrega consigo as marcas decorrentes da discriminação racial e das poucas oportunidades que lhes são destinadas. A pobreza, a marginalidade e as péssimas

condições de ensino designados à mulher negra reforça o preconceito, como também a interiorização da condição de inferioridade, a qual, na maioria das vezes, inibe a luta e a resistência contra a discriminação sofrida (SILVA, 2003).

A dificuldade de Lírio se reconhecer negra advém do racismo brutal impregnado no Brasil. O racismo cria fronteiras simbólicas rígidas, as quais estabelecem uma espécie de binarismo identitário. Há a existência de uma identidade do que é “ser negro” contraposta ao que é “ser branco”, ambas baseadas em estereótipos negativos e positivos respectivamente. O racismo constitui-se em uma forma de negação da alteridade da população negra, a qual é fixada em estereótipos, onde atribui-se uma essência de inferioridade, não reconhecendo suas diferenças (MEMMI, 1977).

Nesse contexto, segundo a autora Gomes (2002), a comparação entre as características distintas do corpo negro, como a cor, o cabelo, o nariz e os sinais do corpo do branco europeu acabou servindo de argumento para formulação de um padrão de beleza que persegue o grupo étnico-racial negro até os dias atuais. A autora ressalta ainda que:

[...] o corpo passa a ser expressão da identidade e as diferenças corporais são utilizadas para justificar a hierarquização social. Nessa perspectiva, a identidade atribuída ao negro é uma construção social que embora não corresponda à realidade, produz efeitos sobre ela, ou seja, embora tenha um caráter fictício quando presente no imaginário coletivo, orienta as relações entre negros e brancos na sociedade brasileira (GOMES, 2002, p. 42).

A negação de sua condição física de negra pode desencadear em Lírio e na população negra marcas psíquicas, ao adquirir uma falsa identidade. Assim, “a escola, enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas” (GOMES, 2002, p. 77).

Aqui é imprescindível destacarmos a importância do debate educacional, pois a escola é um local indubitável para enfrentamento e combate ao racismo. A escola passa a ser vista como principal espaço em que essas representações negativas possam ser superadas, constituindo-se em um lugar onde possamos compartilhar não apenas assuntos e saberes escolares, mas também valores e crenças referentes à raça, gênero e classe social (GOMES, 2002).

Diante de todas essas questões, Lírio desde criança não teve o apoio e a presença de seus pais para enfrentar os problemas que chegavam. Seus pais estão separados há algum tempo: “*Eles era casado, mas tava com 17, não, com 22, vinte e poucos anos que era separado de pai, pai bebia muito*”. O pai de Lírio também era alcoólatra, o que acabou

dificultando as relações pacíficas e afetuosas intrafamiliares, deixando que sentimentos de raiva e frustração aflorem. Isso acaba fragilizando os vínculos que antes eram considerados sólidos e, por consequência, surgem mais discussões, brigas e agressividade, até chegar ao afastamento social e familiar. Os prejuízos trazidos pela bebida alcoólica atingem a família em várias dimensões: prejudicam a sociabilidade, o cotidiano, o lazer, como também o bem-estar físico e emocional de todos os envolvidos (SANTOS et al., 2012).

Depois da separação dos pais, a mãe a deixou aos 6 anos e os 3 irmãos na casa da avó materna, pois precisava trabalhar para sustentá-los. Lírio afirma manter boa relação com o irmão e as duas irmãs. Eles moravam em um sítio chamado Boqueirão e a mãe foi trabalhar como doméstica/diarista na cidade do Crato.

Imagem 05: O colorido entre as paredes acinzentadas.



Fonte: Elaboração própria / Créditos da foto: Yure Emanuel de Melo Feitosa Araújo.

Lírio estudou até a antiga 5ª série, pois engravidou cedo aos 14 anos e teve que abandonar os estudos. De acordo com Simões et al. (2003), a gravidez na adolescência representa uma situação muito frequente nos segmentos sociais menos favorecidos, refletindo, na maioria dos casos, crises existenciais, o que compromete o futuro profissional e dificulta o retorno à escola, limitando assim as oportunidades de trabalho.

Nessa perspectiva, o menor grau de escolaridade das mães adolescentes constitui-se em uma das principais consequências da gravidez na faixa etária de LÍRIO. Esse cenário apresenta condições que dificultam a superação dos índices de pobreza, decorrentes da baixa qualificação e menores chances de concorrer no mercado de trabalho. Isso leva a submissão ao trabalho informal e mal remunerado (SIMÕES et al., 2003).

Muito embora em alguns dos casos, a adolescente já tenha deixado de frequentar a escola antes de engravidar, é mais comum que a evasão escolar aconteça durante a gravidez. E infelizmente, com grande frequência, as mães adolescentes não voltam a estudar, mas LÍRIO nos afirma que pretende continuar os estudos: *“Eu... tô com vontade de fazer matrícula no EJA”*. No entanto, há alguns empecilhos para que ela continue os estudos; seu companheiro não quer que ela volte a estudar e ainda tem a luta com seu filho, que aqui o chamaremos de Cravo (nome fictício), como forma de confidencialidade de informações. Indagamos sobre o que tinha Cravo, ela com a expressão de tristeza, responde: *“Retardo, tem esquizofrenia e epilepsia”*. Cravo tem 11 anos e LÍRIO cuida dele sozinha. Ela tem mais dois filhos: *“[...] o menino mora com o pai dele desde os 7 meses e a menina mora com minha mãe desde uns 3 anos”*.

Dando continuidade à entrevista, indagamos a LÍRIO sobre seu companheiro; ela se afirma solteira, mas reside com ele. Nos relata que o conheceu em uma festa de São João. Logo foram morar juntos, e isso já faz 4 anos. Ele é 6 anos mais jovem que LÍRIO, muitos no bairro dizem que ele a trai com uma mulher que ela conhece, mas LÍRIO diz que, dentre os relacionamentos que teve, ele foi o único que a apoiou e apoia, diz que se sente segura ao lado dele. Além disso, ele a ajuda financeiramente. Ela nos relata os motivos pelos quais não separa dele:

Que por sê mais jovem do eu, eu ter um filho especial, vez em quando eles se batem, mas é o que me ajuda, me ajuda a pagar minhas contas, me ajuda com o menino, o único que me ajuda, minha família, minha mãe, bota pra mim fazer uma faxina assim porque o povo diz não que o benefício dá pra você viver com o menino, não dá! É 250, aí vem água, vem luz, vem gás, vem o remédio dele, dois meses que eu passei sem receber o remédio dele, uma vez que eu já tirava o dinheiro dele eu já ia na farmácia tirar 500 reais de remédio. Atrasei aluguel, atrasei gás, minha luz tava já cortando, meu marido trabalha numa cerâmica.

Tendo um olhar subjetivo em relação à violência doméstica, percebemos que este fenômeno se expressa pelo visível, mediante o que se apreende com os olhos, como também pelo sensível, o qual é apreendido através dos sentidos (MERLEAU-PONTY, 1999). Assim, na fala de Lírio, sentimos que “[...] o medo e a dependência financeira da mulher em relação ao parceiro são os principais motivos para não ocorrer uma denúncia” ou até mesmo a separação de corpos (OLIVEIRA et al., 2015, p. 197).

De acordo com um estudo de Carvalho (2008), muitos dos índices de violência contra as mulheres no Cariri são fundamentados pela dependência financeira. Na maioria dos casos de violência, a mulher não denuncia a agressão sofrida, temendo o abandono financeiro por parte do companheiro, pensando no reflexo disso para a criação dos filhos. Por esse motivo, muitos dos casos de violência doméstica e familiar ocorridos no bairro Alto da Penha não constam nas estatísticas oficiais, eles “existem” apenas no ambiente intrafamiliar, o que inclui também os vizinhos.

O companheiro de Lírio ganha um salário mínimo e a ajuda com as despesas do seu filho, que além da esquizofrenia, está sofrendo com obesidade. Cravo está sendo acompanhado por um nutricionista e um endocrinologista, mas apenas quando o dinheiro dá ou quando consegue consulta pelo SUS, o que é muito difícil e demorado. Muitas vezes, não dá para esperar.

Cabe ressaltar que atualmente Lírio encontra-se desempregada em virtude do filho exigir atenção e cuidado a todo momento. A sua renda se refere ao benefício concedido a Cravo pelo INSS e quando ela consegue apoio e tempo de seu companheiro para cuidar do filho, realiza faxinas para complementar a renda. Quando ela nos relatou sobre o ofício da agricultura, sentimos um orgulho e uma saudade estampados em suas palavras, mas diante do contexto vivenciado, Lírio não exerce mais essa função.

Em consonância com a jornada dupla de Lírio em cuidar de Cravo, da casa e ainda trabalhar fora para ajudar nas despesas mensais, as autoras Rosalina Ogido e Néia Schor (2012) salientam que o modelo de divisão de trabalho imposto pela sociedade nas relações de gênero determina que, mesmo a mulher exercendo atividade remunerada fora do lar, o seu companheiro e a sua própria família esperam que ela continue exercendo as funções tradicionais de cuidar da casa e dos filhos e, na maioria das vezes, sem receber qualquer ajuda do cônjuge (OGIDO e SCHOR, 2012).

O companheiro de Lírio também ingere uma grande quantidade de bebida alcoólica e às vezes fica agressivo. Tecendo a relação do uso de álcool e violência doméstica, Santos et al. (2012) enfatiza que o consumo de álcool pelo agressor pode desencadear um aumento no

impacto da violência, bem como suas consequências para a saúde da família. É pertinente destacarmos que a crença em que o álcool seja o responsável pelas agressões, acabada diminuindo a culpa do agressor, ao mesmo tempo ascendendo a tolerância da vítima, o que pode ocasionar episódios futuros de violência. Trata-se de questões delicadas, as quais requerem um olhar atento e aprofundado. O consumo exagerado contribui para a perpetração da violência, mas isso não implica dizer que o álcool é condição necessária e suficiente para o ato violento.

Imagem 06: A relação bebida alcoólica e violência doméstica transcorre no Alto da Penha.



Fonte: Elaboração própria / Créditos da foto: Yure Emanuel de Melo Feitosa Araújo.

Nesse contexto, Vespucci e Vespucci (2000, p. 93) contribuem enfatizando que:

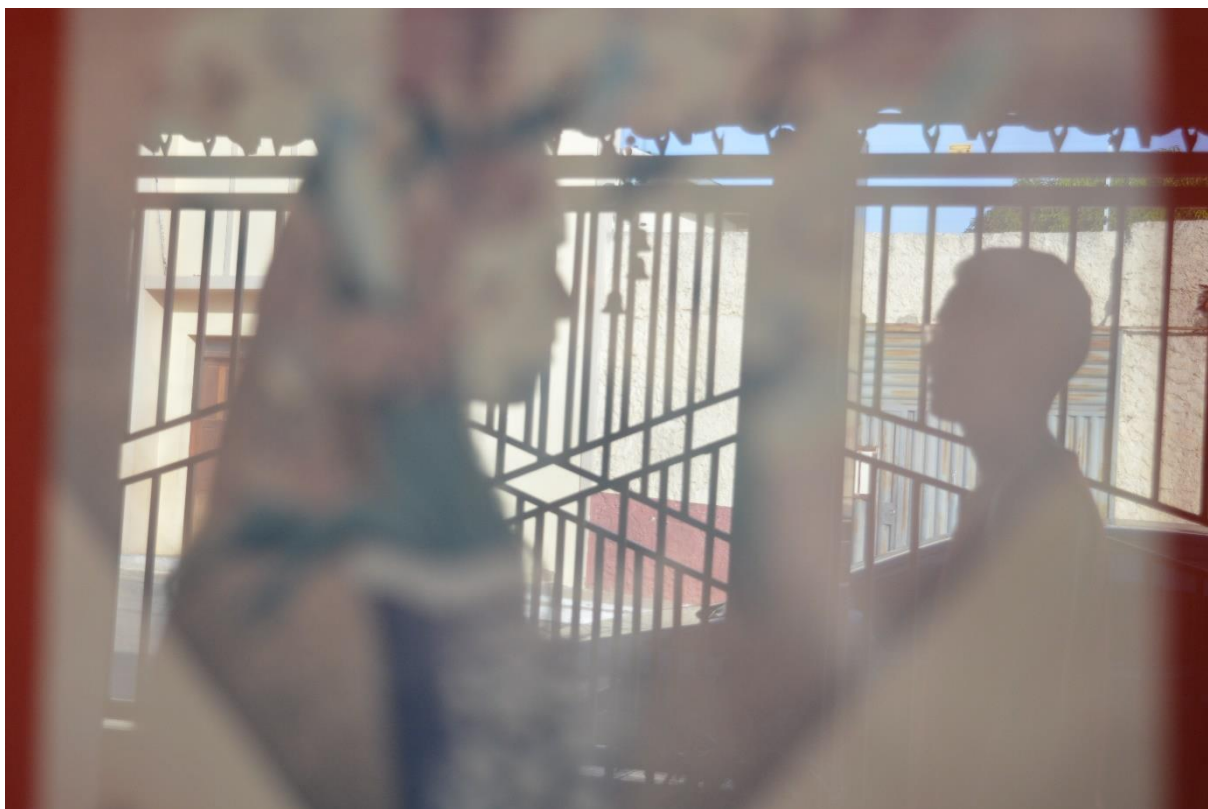
O álcool é uma droga depressora e as doses iniciais anestesiaram os mecanismos de censura. O surgimento da agressividade relaciona-se com a personalidade básica de cada um. Pessoas que guardam algum grau de violência latente, quando sóbrias, sob efeito do álcool têm essa característica da personalidade liberada. A censura relaxa, emerge a agressividade.

Os autores supracitados chamam a nossa atenção no sentido de que o álcool apenas acorda algo que está dormindo no subconsciente do agressor, o qual já possui em sua essência resquícios violentos e o uso da bebida alcoólica os impulsiona. “Quando ele vem pra cima eu

revido, porque eu não vou apanhar, eu sou besta? (risos)”. Solicitamos então que ela nos preferisse em que situações ele fica agressivo: “[...] ontem vêi um colega nosso lá pra casa, aí ele..., tinha uma carne na geladeira, aí eu peguei e torrei, fritei, que num era pra eu ter fritado essa carne que é uma carne de caça, aí eu peguei e torrei e ele brigou comigo, veio gritar comigo”.

A futilidade do motivo pelo qual o companheiro de Lírio a agrediu verbalmente nos chama a atenção. Nesse sentido, os autores Labronici et al. (2010) nos ajudam a refletir sobre o fato e dizem que esses desentendimentos domésticos são muito comuns no tocante à violência doméstica, seja quando a mulher cozinha uma carne sem a permissão do marido, seja queimar uma camisa dele enquanto passa, ou até mesmo questões ligadas à educação dos filhos, à organização da casa, à higiene e à limpeza, dentre outros.

Imagem 07: As grades que permeiam as paredes de um lar.



Fonte: Elaboração própria / Créditos da foto: Yure Emanuel de Melo Feitosa Araújo.

Outro ponto importante que os autores nos trazem é que a violência doméstica está associada a vários fatores. Exemplo disso é a baixa escolaridade da mulher, a situação socioeconômica desfavorável também contribui nesse sentido, além do uso de álcool ou drogas ilícitas entre os parceiros, o que pode acentuar a magnitude da problemática, haja vista

que as drogas ajudam o possível agressor a ter mais coragem, o tornando facilmente mais agressivo (LABRONICI et al., 2010).

Mas, com tudo isso, mesmo ele ficando agressivo às vezes, a traindo com uma mulher que mora no mesmo bairro que eles, Lírio diz que a segurança e o suporte financeiro que ele oferece conseguem manter o relacionamento vivo. Vejam o relato dela em relação a agressões sofridas por ex-companheiros:

O próprio pai do menino soube que, eu nem sabia como é que sabia isso, eu fui morar em Farias Brito, ele sabia de minha vida toda. Uma vez eu tava numa festa, fui pra uma festa, ele me deu um murro no meu olho, que isso aqui meu ficou inchado (encenou), depois que eu tava separada dele, ele me deu um murro assim, eu tava assim conversando com umas amiga minha, e nois tava de frente ao clube, ele chegou assim por trás, e deu um murro que isso aqui meu inchou (encenou), menino eu fiquei assim com tanta raiva que tinha uma mulher lá fritando pastel, essas coisas assim, me deu vontade de pegar a bacia e jogar nele, se eu tivesse feito isso, eu acho que eu tava presa né?...

Lírio também foi vítima de agressão física, a qual além de deixar marcas no corpo, deixa feridas na alma. Esse tipo de violência pode afetar a essência da mulher ou afetar a mulher em seu ser, em seu estar no mundo, em sua corporeidade. Isso vem a configurar marcas reais e sensíveis em seu corpo (MERLEAU-PONTY, 1999).

Lírio mantém uma preocupação enorme com o filho Cravo, uma vez que ele tem apenas a ela. O pai do garoto não dá a mínima assistência, nem mesmo tratamento paternal, e a própria avó materna diz que, se depender dela, Cravo é abandonado completamente: “[...] minha mãe diz que num quer o menino, ela diz: tomara que você tenha muitos anos de vida, porque se você chegar a morrer, eu mermo num quero não. Ou vai morar mais o pai, ou então vai pro conselho, vai morar em oto canto, num abrigo, em alguma coisa”. Mesmo diante do conformismo de Lírio em não ter ajuda da família para cuidar de Cravo, observamos que ela sente falta do apoio familiar nesse contexto.

[...] talvez, reproduzindo as próprias expectativas de gênero, tão internalizadas em nossa sociedade, de que suas mães, avós das crianças e outras mulheres da família, como irmãs e cunhadas, pudessem auxiliá-las no cuidado delas. No entanto, atualmente, muitas mulheres e as próprias avós encontram-se no mercado de trabalho, como necessidade de sobrevivência (OGIDO e SCHOR, 2012, p. 1051).

Segundo Lírio, seus irmãos também não têm condições de cuidar de Cravo:

Minha irmã mais nova é casada. Meu irmão trabalha, num tem tempo pra nada. Minha ota irmã também mora no sítio, mora lá em Dom Quintino, mas tem 2 filhos, num tem como, aí o pai num liga, os avô dele também nem aí, o avô num quero nem papo, mas ele tem tio também, mas os tios também nem liga, aí é só eu e meu marido. Porque meu marido ele me ajuda bastante.

Mais um motivo que prende Lírio ao seu companheiro é a ajuda e a assistência que ele oferece ao garoto, pois nenhum um outro ente familiar se preocupa com a vida e as limitações de Cravo.

Em relação aos desentendimentos com seu companheiro, Lírio afirma que seu filho Cravo intervém nessas brigas para defendê-la. O filho tem apenas 11 anos, mas pesa 95 quilos. Tem dias que mesmo com os medicamentos que ingere regularmente, ele encontra-se muito agressivo e até bate em Lírio: “*Até apanhar eu apanho!*”. Ela nos relata que Cravo tinha uma assistência da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, a qual objetiva promover a atenção integral à pessoa como deficiência intelectual e múltipla¹⁸. Indagamos os motivos pelos quais ele não é mais assistido por essa associação:

[...] num tem é transporte pra levar ele, aí pra mim ficar levando ele de moto táxi num dá certo porque fica muito caro, que muitas vezes tem o remédio dele, aí muitas vezes não tem, aí tem que comprar, aí já é pesado, já fica pesado, porque paga aluguel, aí ainda tem que dá alguma coisa aos outros filhos, pra ajudar, porque a menina é uma moça, mãe num pode trabaiá porque tem problema de coluna.

Aqui constata-se a fragilidade das políticas públicas, tanto no fato do SUS não disponibilizar os remédios necessários para a saúde de Cravo, quanto pela falta de transporte para ele e outros portadores de doenças mentais que precisam dos serviços assistenciais oferecidos pela APAE.

Quando da busca pelos nossos direitos, é notório que no Brasil o conhecimento das deficiências em saúde, no que se refere à população portadora de doença mental, ainda é escasso. E esse conhecimento é primordial para o desenvolvimento de políticas públicas que

¹⁸ APAE Brasil, disponível em: <http://apae.com.br/>

atendam efetivamente às necessidades dessa categoria. Dessa forma, o Estado configura-se ausente perante as suas responsabilidades nesse sentido. Ademais, é imprescindível um maior esforço para elaboração de ações que contemplem a qualidade técnica e a humanização do cuidado (DRUMMOND et al., 2014).

Em concordância, os autores ressaltam ainda que as políticas públicas formuladas para resolver essa problemática social deve ter como propósito “aprimorar e tornar mais eficiente o cuidado prestado na atenção primária, minimizando a exclusão social e promovendo autonomia e cidadania aos portadores de transtornos mentais” (DRUMMOND et al., 2014, p. 79).

Sobre a sua história com relacionamentos, Lírio nos relata que não tem nenhum filho com seu atual companheiro, e que este consiste em seu quinto relacionamento.

O primeiro foi o pai dos meninos, não, primeiro foi meu primo, eu tive um caso com ele, tive o menino mais velho, mas foi só assim um relacionamento assim, eu ficava na casa da mãe dele, ele nunca que me... assim, pediu pra ir lá na casa de mãe, aí não deu certo, ele arranhou ota, aí me abandonou.

Lírio tinha apenas 14 anos quando isso aconteceu.

Eu tinha uns 14 pra 15 anos, era uma menina vea, aí ele só me engravidou e não quis mais, aí eu tinha que trabalhar pra poder sustentar o menino, comprar as coisas pro menino, porque ele nem ligava pro menino, aí quem ficou com o menino foi a mãe dele, que criou o menino, aí depois que ele cresceu que tava dando trabalho, a avó botou ele pra casa do pai dele, aí ele tava morando mais o pai dele no sítio mais ota mulher, aí o circo foi na casa do pai do menino, misericórdia! Começo é flores, fomos morar no sítio, passando fome, andava parecendo uma louca, sem ter nada, nada, nada, nada. Comprava pro menino pra passar a semana com um pacote de bolacha 3 em 1. Um pacote de bolacha 3 em 1, um pacote de leite daqueles leite petinho e um suco, passava a semana, o menino comia isso. Nesse tempo eu não tinha o benefício do menino ainda, comecei a receber em 2011, depois de 4 anos que eu comecei a receber, aí começou a me trair, arranhou uma mulher, botou na casa do pai dele, eu morava no sítio, queria tá vivendo comigo e com a mulher, eu digo aí num vai dá certo não, porque eu num vou

viver com um homem que... porque ele queria fazer assim, passar um... dormir por exemplo aqui e hoje e amanhã ir pra casa dela, aí num dá certo.

Nesse relacionamento, além do seu companheiro tê-la traído, ainda “abortou” a criança, abandonou o filho, sem prestar nenhuma assistência. Lírio relatou ainda que sofria agressões físicas cometidas por ele: “[...] *oxe ele metia a pêa em mim, batia em mim, oh, cadê, aqui foi ele* (mostrou uma cicatriz no braço), *tacou a faca no meu pescoço, botei assim* (encenou como se protegeu com o braço), *passou no meu braço”*.

A violência física é perpetrada mediante às relações de poder e à diferença da força física entre homem e mulher, além da distinção entre seus papéis, os quais foram culturalmente atribuídos a cada um dos sexos ante suas peculiaridades biológicas (SANTO et al., 2010).

Depois de passar por tudo isso, Lírio resolveu voltar para casa da sua avó materna, pois diz que praticamente foi criada pela sua avó:

[...] aí um certo dia fui pra rua, recebi 92 reais, eu recebi do Bolsa Família, aí eu disse: ome, quer saber, vou pra casa de minha vó, porque eu sempre fui criada mais minha avó, minha mãe trabalhava, mãe separou de pai muito cedo, e eu fui morar mais vovó, mais uma reca de menino, nós 4, era nós 4, meus três irmão e eu, minha avó já tinha mais três filhos pequeno, minha outra tia ia trabalhar e deixava os filhos dela, e tinha minha bisavó, sei que era uma reca de menino tudo pequeno, fumo morar mais ela.

No relato de Lírio, podemos perceber a importância do Programa Bolsa Família – PBF para sua independência financeira e até mesmo como estímulo para sair do envolvimento de violência em que vivia com seu ex-companheiro. O PBF é um programa de transferência de renda, o qual objetiva reduzir a pobreza e as desigualdades sociais, além de promover segurança alimentar para as famílias beneficiadas. Rosa (2010, p.12) contribui nesse contexto:

Políticas sociais de eliminação da desigualdade e da pobreza exigem a adoção de mecanismos de redistribuição da riqueza. Uma das estratégias de redistribuição aparece sob a forma dos programas de transferência de renda. Esses programas consistem basicamente na transferência de valores em dinheiro às famílias socialmente vulneráveis, por meio de contrapartidas dos beneficiários.

Diante disso, é pertinente citarmos um estudo¹⁹ realizado em um dos bairros com grande vulnerabilidade social do município de Crato, onde foram entrevistadas 50 famílias beneficiadas pelo PBF. Os principais resultados foram os seguintes: 100% dos entrevistados possuem como titulares do Programa Bolsa Família as mulheres, onde 44% são casadas, e as demais porcentagens distribuídas entre união consensual (33%), mães solteiras (19%) e viúvas (4%); a maioria dessas mulheres (83%) encontram-se na faixa etária entre 19 e 45 anos; sendo que as demais porcentagens incluem mulheres de até 62 anos; e 90% das beneficiárias se consideram pardas ou pretas (BORGES, 2011).

Mais uma vez nos deparamos com a pobreza associada à mulher negra, uma vez que o PBF atua no sentido de reduzir as desigualdades sociais em determinadas comunidades. Diante do cenário de extrema pobreza, no qual as mulheres negras estão inseridas, elas são obrigadas a ingressar muito cedo no mercado de trabalho, onde são exploradas pela sociedade, que, sabendo da sua condição financeira, oprime e humilha. Para essas mulheres o mercado reserva as posições menos qualificadas, os piores salários, a informalidade e o desrespeito (SANTOS, 2009). Em concordância com o exposto, o autor assevera que:

Ascender socialmente é algo muito difícil para a mulher negra, são muitos obstáculos a serem superados. O período escravocrata deixou como herança o pensamento popular, em que, elas só servem para trabalhar como domésticas ou exibindo seus corpos. As que se destacam, tiveram que provar mais vezes do que as mulheres brancas a sua competência, por isso, é que é possível afirmar que a questão de gênero é um complicador, mas se esta for somada a questão de raça, o resultado é maior exclusão e dificuldades (SANTOS, 2009, p. 2).

Perante tantas dificuldades, Lírio e suas irmãs saíram da casa da avó, pois ela e uma de suas irmãs foram abusadas pelos tios: “*Aí saímos de lá porque nós fomos abusada pelos ti...*”. Lírio vem nessa luta desde os 8 anos de idade:

Tinha 8, aí nós morava tudo junto aí ele ameaçava e nós ficava com medo de dizer a mãe, de dizer a vovó, de dizer a alguém. Teve um tempo que eu peguei e contei a mãe, aí mãe pegou e tirou nós de lá e nós viemo morar aqui no Crato, viemo morar aqui no Crato e mãe deixava nós trancada pra poder ir trabalhar, porque ela ficava com medo, ela ficava com medo de nós tá no mêi da rua, de acontecer alguma coisa, aí foi só de passar precisão, até fome nós

¹⁹ Monografia de Cinthia Rosiene de Oliveira Borges, intitulada: **A influência do Programa Bolsa Família na redução do nível de pobreza da população e os efeitos das condicionalidades sobre indicadores de saúde e educação**: um estudo de caso sobre a comunidade Vila Lobo, município de Crato-CE. 51f. Monografia. Curso de Graduação em Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA. Crato, 2011.

já passemos. Depois eu sai de casa com sacola e fui pra Fortaleza, trabalhar em Fortaleza, eu saí de casa cedo.

Nesta sessão, é pertinente enfatizarmos o conceito de abuso sexual e abordar a diferença entre violência sexual intrafamiliar e extrafamiliar para entendermos o contexto em que Lírio e sua irmã se encontraram mediante a violência cometida pelo próprio tio (irmão da mãe delas). Assim, a autora Faiman (2004, p. 102) declara que:

Abuso sexual é todo relacionamento interpessoal no qual a sexualidade é veiculada sem o consentimento válido de uma das pessoas envolvidas. Quando se verifica a presença de violência física, o reconhecimento do abuso pode ser mais claro, pela objetividade dos fatos que indicam que o abusador fez uso de força para vencer a resistência imposta pela vítima.

A partir do reconhecimento que o abuso foi consumado, é interessante o entendimento de que, quando o agressor não pertence à esfera familiar, mesmo sendo conhecido da família e tenha relações próximas, trata-se de violência sexual extrafamiliar. E o abuso perpetrado pelos pais biológicos ou adotivos, padrasto, madrasta, irmãos, tios ou avôs, configura-se em violência sexual intrafamiliar. Quando envolve laços afetivos, denunciar o abusador não é tão simples e nesses casos é bastante comum a manifestação do fenômeno chamado síndrome do segredo (FAIMAN, 2004; DOBKE, 2001).

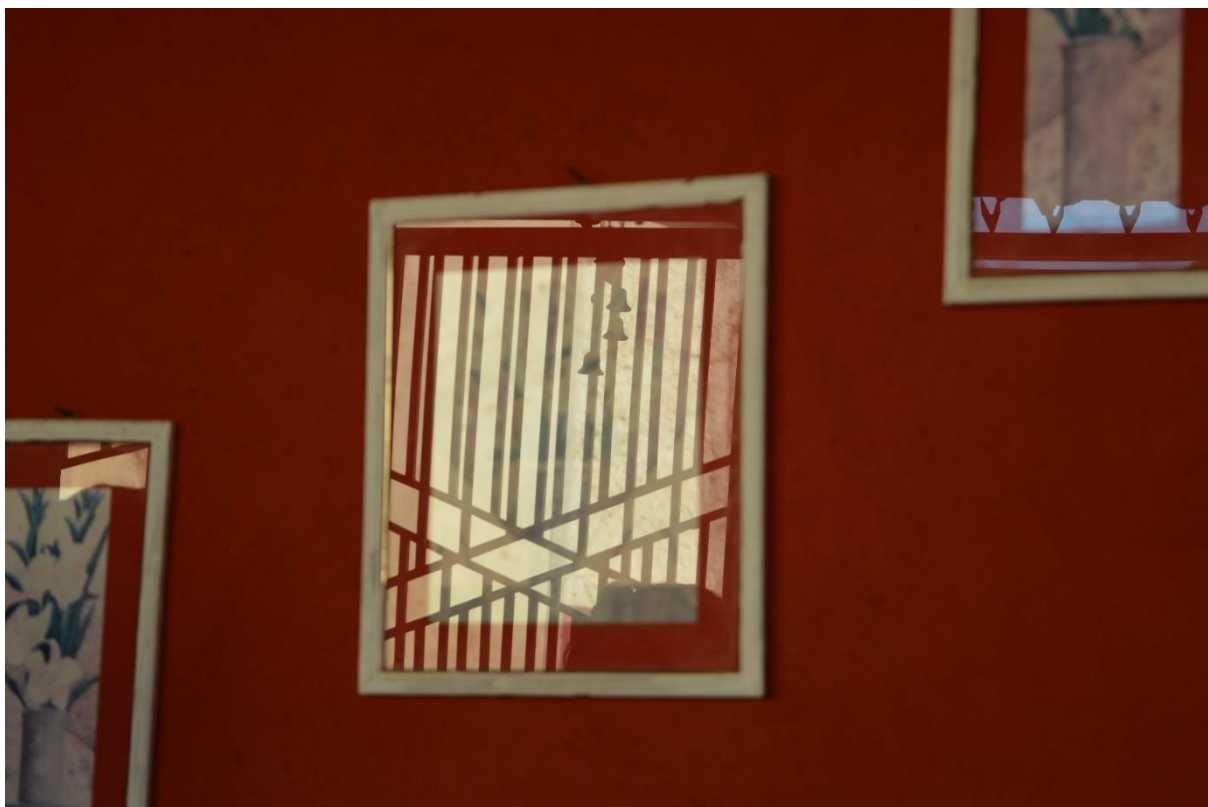
A síndrome em questão consiste na ocultação da verdade dos fatos referentes ao abuso, tanto pela criança, quanto pelos familiares quando cientes do ocorrido, com o intuito latente de manter inalterada a rotina doméstica, o que não é possível diante da situação. A síndrome do segredo é impactada mediante o prosseguimento do convívio com o agressor e a persistência do abuso. A imposição do silêncio se dá sob a ameaça de ser a criança responsabilizada pelo “término do casamento dos pais, desintegração familiar, prisão do abusador, expulsão da criança do lar, sua morte ou mesmo do próprio descrédito da palavra do menor” (DOBKE, 2001, p. 33).

Lírio e sua irmã foram vítimas de violência sexual intrafamiliar e acometidas pela síndrome do segredo, impulsionada pelo medo do que poderia acontecer na família e até mesmo diretamente com elas.

Diante disso, elencamos algumas situações para observar o grau de entendimento de Lírio acerca de violência doméstica. Citamos um exemplo de uma mulher sofrer um empurrão ou ser xingada pelo marido durante uma discussão. Lírio afirma que ambas as situações configuram violência, mas fica em silêncio quando o assunto é denunciar.

O silêncio no que diz respeito à denúncia está ligado ao sentimento que as mulheres em situação de violência possuem em relação à proteção do Estado, elas se sentem sozinhas e desamparadas. Esse contexto, na maioria das vezes, as coloca numa condição de culpa, vergonha, medo e até mesmo responsabilidade sobre a violência sofrida pelo fato de permanecerem com o agressor.

Imagem 08: A prisão subjetiva germinada pelos sentimentos de medo e vergonha.



Fonte: Elaboração própria / Créditos da foto: Yure Emanuel de Melo Feitosa Araújo.

Nessa perspectiva, os autores D'Oliveira et al. (2009) salientam que a vergonha sentida por sofrer violência é socialmente construída sob um contexto que reproduz e alimenta a desigualdade de gênero, atribuindo às mulheres a responsabilidade no tocante às dificuldades no relacionamento conjugal. Essa responsabilidade também se estende às situações de violência sofridas, em especial perante um companheiro considerado bom provedor e bom pai, perante as normas de gênero tradicionais estabelecidas pela sociedade patriarcal. Na conjuntura abordada, a violência sofrida configura-se como uma ação educativa exercida pelo companheiro, onde desqualifica a mulher como sujeito social, julgando-a incapaz do exercício de responsabilidade e autonomia referente a sua subjetividade.

Expomos outra situação: indagamos que, se o companheiro pressionar para que a mulher faça sexo sem que esteja com vontade, configura violência. Ela responde que é

violência e que deve ser denunciada: “*É, por que é um estupro né?*”. Na oportunidade, perguntamos se ela acha fácil para a mulher denunciar esse tipo de violência: “*Não né?! Fica com vergonha né?*”.

O sentimento de vergonha está presente na sociedade regulando a cultura e, dessa forma, os comportamentos humanos. A vergonha resulta-se do encontro das sensações de inferioridade e exposição do sujeito. Nesse caso, a mulher em situação de violência acaba deslocando a atenção de si para o outro, a opinião e o julgamento do outro em relação à vivência do sujeito são mais importantes que sua própria vivência (D’OLIVEIRA et al., 2009).

Lírio comenta sobre esses casos no bairro Alto da Penha, fala da existência de muitas mulheres, as quais os companheiros não as “deixam” saírem de casa por ciúmes, não “deixam” estudarem porque são muitos apaixonados. E cita algumas situações das quais já fora vítima pelos seus ex-companheiros e atual companheiro: Xingamentos; arremessou algum objeto contra ela no momento de discussão; ameaças; já se apropriaram de um bem dela sem seu consentimento; agressão física; gracinhas deprimentes ou ofensivas com seu corpo das quais ela comenta ser: “*muito difícil, deprime né, é chato?*”.

Diante do exposto, reverbera-se que Lírio já sofreu todos os tipos de violência doméstica e familiar descritos na Lei Maria da Penha. Apesar de ela não ter narrado nenhuma situação de violência sexual perpetrada pelos seus ex-companheiros ou pelo atual, mas aos 8 anos foi abusada pelo tio, como refletido anteriormente. A história de vida de Lírio nos faz refletir sobre o contexto de violência doméstica vivenciado por outras tantas mulheres; cada mulher em sua singularidade.

Lírio revelou que já prestou queixa uma vez contra um ex-companheiro na delegacia da mulher, o pai de Cravo. A denúncia traduz-se como uma capacidade de enfrentamento em relação à violência vivida. Nesse contexto, Grossi et al. (2008) dizem que as razões, de modo geral, as quais levam as mulheres a denunciarem seus companheiros ocorrem pelo medo de futuras agressões e/ou ameaças, ou pela necessidade e coragem de tomarem alguma atitude para punir o parceiro, garantindo seus direitos.

Na oportunidade, perguntamos como foi o atendimento: Ela disse que nada foi feito, que “*num deu em nada?*”.

[...] o pai de meu menino, Cravo, porque ele, era pra ficar vindo buscar o menino nos finais de semana, ele não veio, aí ele ficou com um monte de palavrão, me esculhambando, mêi mundo de coisa, aí eu fui lá, aí a moça lá

da delegacia disse que não era, que eu não tinha prova, que eu num tinha nenhuma gravação.

Imagem 09: O abrir do cadeado: a coragem para a denúncia.



Fonte: Elaboração própria / Créditos da foto: Yure Emanuel de Melo Feitosa Araújo.

Algumas mulheres, quando percebem que estão em situação de violência e em condições submissas, procuram locais de apoio, que foi o caso da nossa depoente. Quando Lírio consegue falar sobre o que vivenciou, expondo sua subjetividade; essa vivência lhe atribui uma nova acepção de possíveis mudanças no que diz respeito ao sofrimento, e dessa maneira superá-lo (OLIVEIRA et al., 2015).

Ressalte-se que o primeiro passo dos serviços de apoio às mulheres em situação de violência é ou deveria ser buscar compreender seu cotidiano, suas lutas diárias para assim estabelecer encaminhamentos tanto para o setor jurídico como para a saúde. Outra questão a qual consideramos imprescindível é o apoio da família e/ou amigos, pois ao compartilhar o sofrimento, a mulher manifesta um maior alívio da dor (SANTO et al., 2010).

Outro ponto importante a ser destacado mediante a denúncia são as mudanças trazidas pela Lei Maria da Penha no tocante aos procedimentos referentes à queixa. Antes da criação da Lei, o processo só era encaminhado perante a vontade da declarante em dar continuidade à acusação, ou seja, dependia exclusivamente dela. Com o advento da Lei, para o processo ser

encaminhado são considerados, além da vontade da declarante, a gravidade do caso e/ou do ato flagrante. Destaque-se que a Lei normatiza o encaminhamento de alguns casos especiais a instâncias judiciais mesmo que a vítima não esteja disposta para continuar a ação (ARAÚJO, 2013). A autora complementa ainda, que:

[...] todos os casos de estupro e agressão física que chegarem à delegacia, vão virar inquéritos processuais, mesmo nos casos em que a vítima não quiser dar prosseguimento. Quando a situação é de ameaça, injúria, ou seja, quando não envolve violência física, o procedimento vai adiante ou não de acordo com a vontade da usuária (ARAÚJO, 2013, p. 6).

Prosseguindo com a discussão acerca dos serviços e políticas de enfrentamento a violência contra mulheres, Lírio é indagada sobre os órgãos que assistem às mulheres em situação de violência que ela conhece: “*O Disque 100 e o 180*”, que são alguns dos serviços oferecidos nessas situações. Na ocasião, ela falou do Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS, disse que tinha ido lá, porque foi chamada devido ao resultado do exame de corpo de delito do seu filho: “[...] *o menino num bateu em Cravo, deu um murro no olho de Cravo que ficou roxo, aí eu fui dá parte né? Aí eu fui chamada lá por causa que chegou o exame de corpo de delito*”. Mas nos afirma que, em relação a violência que sofre, nunca foi assistida pelo CREAS.

Quando indagada sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher Cratense - CMDMC, Lírio responde que não conhece. Indagamos sobre o Instituto Médico Legal - IML, ela nos afirma pensativa: “*Conheço, ah se eu conheço e muito!*”. Ela relata sua ida ao IML por conta da tentativa de estupro de Cravo pelo seu avô paterno: “[...] *quando o avô dele tentou estuprar ele, aí dei parte né?! Ai ele foi fazer o exame*”.

Cravo tinha 8 anos, o fato ocorreu mediante às visitas de fim de semana com o pai. Um tempo depois, Cravo relatou ao companheiro de Lírio que o ocorrido tinha sido no banheiro, mas segundo o laudo do médico que os atendeu no IML, o estupro não foi consumado, houve tentativas.

[...] *ele não me contou, ele contou a meu outro companheiro que eu tinha, meu marido foi fazer xixi, aí ele viu, aí disse desse jeito: eita pai, (que ele chamava ele de pai), o coisa do meu avô é desse tamain aí. Aí meu marido disse: oxe Cravo, sai pra lá, coisa feia! Aí ele disse: não, eu vou te dizer, aí foi contando a ele, aí ele pegou e me contou, aí eu disse; não, não, é mentira! aí disse: não, foi, pois se faça que vai lá em mãe e se esconde que eu pergunto*

e aí você escuta, aí eu escutei, aí nós viemo aqui pro conselho tutelar e fiquemo sempre tendo assistência sabe, eles ia buscar a gente nos lar, levava pro psicólogo, aí fomo fazer esse exame, até agora num saiu, nunca sube desse resultado do IML, assim pelo que o médico disse que não houve, mas tentou. Teve até uns tempo que ele, um mês, ele não fazia xixi, não fazia cocô no banheiro que ele ficava com medo, com trauma, menino ele tinha pavor de ir no banheiro, aí eu perguntei a ele, ele disse que tinha sido no banheiro.

A tentativa de estupro de Cravo pelo avô configura-se como violência de vulnerável, mediante o distúrbio mental que o garoto porta. Nesse sentido, todos os crimes relacionados à criança, bem como à sua integral proteção são previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Aos responsáveis ou a quem possui o poder de submeter a criança ou adolescente a situações de abuso sexual ou moral ao invés de protegê-los, é atribuída medida punitiva em maior grau, constituindo-se em crime de dupla perversidade, tanto pelo tipo da ação, quanto pela violação do dever legal e constitucional (BRASIL, 1990).

De acordo com o ECA, a criança abusada merece toda atenção, cuidado e acompanhamento possíveis, uma vez que consiste em um indivíduo em pleno desenvolvimento físico e mental. As consequências de tal abuso se não tratadas de início poderão se perpetuar por toda a vida, o que pode trazer transtornos à vítima e conseqüentemente aos que a rodeiam.

Cravo, além de criança, carrega algumas limitações mentais, constituindo-se vulnerável. Segundo os pressupostos do ECA (1990), um indivíduo considerado *vulnerável* é aquele portador de alguma enfermidade ou deficiência mental, o qual não possui o discernimento necessário em relação às práticas sexuais; por esse motivo, a criança também se encontra sujeita à exploração sexual. Quando isso aconteceu, Cravo tinha 08 anos, apesar de portar uma alta estatura para sua idade, era indefeso e não conseguia compreender o que estava acontecendo, o que o avô tentava fazer. O conselho tutelar prestou assistência psicológica à criança e à família. No entanto, Lírio nos relatou que o resultado definitivo nunca saiu, O IML nunca se pronunciou em relação ao caso. O médico que atendeu Cravo no IML atestou a não consumação do abuso, disse que houve apenas a tentativa, mas Lírio nunca teve certeza.

Ao passo de finalizarmos a interpretação da sua história de vida, Lírio expõe sua percepção em relação à violência doméstica no bairro Alto da Penha. Ela disse que existe e com muita frequência. Nos relatou um caso: “*Eu não presenciei mas essa pessoa contou que,*

com 15 dias tava feita ligação, ele queria ficar com a mulher, e ela 15 dias de operada, aí ela teve que ir mas depois contou que tava sem aguentar toda dolorida, toda machucada”.

No caso narrado por Lírio, além da agressão física, dos machucados genitais em sua vizinha, constata-se violência psicológica e moral, no sentido de ela não se sentir preparada para a relação sexual, uma vez que seu corpo ainda estava em processo de cicatrização, mas a sua vontade não foi respeitada, transcendendo as dores físicas para o estado da alma. Merleau-Ponty (1999) salienta a importância do corpo, enfatizando que para ele exercer seu papel no mundo é necessário alinhar seu ser e permitir que este realize seus objetivos. Quando o corpo é afetado, o sujeito enxerga dificuldades em seu propósito de manter-se ativo e participante de seu mundo. A violência é assim, atinge o corpo e alma, prejudica a sensibilidade do viver, é cruel e desumana.

Além do relato, Lírio acrescentou: *“De vez em quando os marido dá uns murros nas muié né?”*. E, na maioria das vezes, segundo Lírio, isso acontece devido ao uso de drogas e/ou bebidas alcoólicas. Há algum tempo, as mulheres em situação de violência prestavam queixas dos seus companheiros, mas Lírio diz não observar mudanças nesses homens depois da denúncia. *“[...] acho que tem umas que fica com medo, tem otas que num fica né, mas quando volta faz do mesmo jeito ou pior”*. Essas mulheres que denunciam e não são assistidas pelos órgãos competentes não se sentem seguras para realizar futuras denúncias.

O medo está presente nessas situações e associa-se à falta de segurança das mulheres que com muita dificuldade denunciam. Em alguns casos, esse sentimento também é intensificado ante a ausência de apoio familiar e até mesmo pelos julgamentos da comunidade em que a mulher está inserida. A insegurança das mulheres que denunciam gera desconfiança nas instituições jurídico-policiais, as quais deveriam garantir os seus direitos, mediante às constantes falhas na aplicação da lei e responsabilização do agressor (DEBERT e GREGORI, 2008).

Na oportunidade, conversamos sobre a atuação do poder público, Lírio não foi beneficiada pela Lei Maria da Penha, não recebeu assistência dos órgãos competentes em relação à denúncia de tentativa de estupro de Cravo, nem em relação à denúncia de violência verbal e psicológica sofridas pelo seu ex-companheiro. O que observamos na história de vida de Lírio é que o poder público chegou em sua casa somente mediante o benefício do INSS que Cravo recebe. Ainda assim não foi fácil ela conseguir esse benefício, foi preciso lutar: *“Fui pra fazer o resultado da perícia num deu certo, tive que ir atrás de advogado, pagar advogado”*. Ela teve que pagar advogado para ter em suas mãos o que já era seu por direito.

Essas sensações de descaso, impunidade e esquecimento que Lírio sente em relação à atuação do Estado são explicadas por Marilena Chauí (1998), ao tecer uma discussão acerca de ética e violência nas organizações sociais e familiares. A autora enfatiza que o poder público tem dificuldades em reconhecer e combater a opressão social, bem como econômica, que principalmente as camadas mais populares são submetidas. Ela salienta que as instituições públicas deveriam atuar na regulação dos conflitos, no sentido de definir direitos e deveres, mas não o faz. Entrementes, atua de modo singular na persistência de privilégios e no exercício da repressão, numa sociedade fundada em pilares que naturalizam e a reproduzem desigualdades sociais, entre elas, a de gênero. Nesse contexto, o poder judiciário é claramente percebido como distante, fazendo com que as leis sejam vistas como inúteis e fáceis de serem infringidas.

Ressalte-se que as mulheres, assim como Lírio, não anseiam que os serviços públicos resolvam por elas ou para elas o contexto de violência doméstica que as assolam, mas que as orientem, deixando-as cientes sobre seus direitos. Elas querem ser ouvidas no tocante a seus desejos e planos para vida, e que suas necessidades sejam consideradas nos serviços assistenciais, garantindo sua autonomia e independência, para que dessa forma os cenários de vulnerabilidade sejam diminuídos (D'OLIVEIRA et al., 2009).

No que tange às políticas sociais, Ogido e Schor (2012) reforçam a falta de apoio e estruturação para que a mulher possa trabalhar e cuidar de seus filhos. As mulheres que precisam depender de estruturas públicas gratuitas, como, por exemplo, as creches da Prefeitura, se defrontam com a dificuldade para conseguir vagas. Além disso, há a questão da restrição de horários, os quais nem sempre são compatíveis com os horários empregatícios das mães.

Outro fator de larga importância na discussão acerca do trabalho da mulher fora do lar e o cuidado com os filhos é a localização da área habitacional, uma vez que, dependendo da distância dos locais de emprego, a mulher pode ficar impossibilitada de trabalhar fora do entorno em que reside. A percepção dominante de que a primeira e principal responsabilidade da mulher consiste na esfera doméstica alimenta o pensamento de que questões concernentes ao acesso a seu local de trabalho tendam a não ser acatadas (MACHADO, 1999).

Desta feita, faz-se necessário e urgente a incorporação de gênero nas políticas públicas, as quais possam atender às necessidades distintas da população. Mediante os pressupostos da autora Machado (1999), o fito primordial consiste em fornecer condições para que a mulher e o homem vivam em condições de equidade.

Por fim, Lírio nos relata que é alcoólatra e quando indagada sobre a relação com o fato do seu pai também ser alcoólatra, ela fica em silêncio. O silêncio diz muito, o ato de silenciar também representa gritos internos; talvez Lírio quisesse gritar o que estava preso em relação a esse assunto, ou talvez ela quisesse simplesmente silenciar. Em corroboração Eckhart Tolle (2016, p. 14) enfatiza que “sempre que houver silêncio à sua volta, ouça-o. Isso significa: apenas perceba-o. Preste atenção nele. Ouvir o silêncio desperta a dimensão de calma que já existe dentro de você, porque é só através da calma que você pode perceber o silêncio”. Além do silêncio, Lírio enuncia que começou a beber cedo, com 13 anos, por influência de “amizades”. E hoje bebe para aliviar as dores da vida, a realidade às vezes é tão dura, e a droga acaba a tirando dessa realidade, pelo menos por um tempo.

A história de Lírio é singular, corajosa e de muita superação, mesmo diante de tudo que aconteceu, em uma manhã de domingo, a sua história estava sendo narrada e regada com o café quentinho e saboroso oferecido por Girassol em sua casa no bairro Alto da Penha.

Imagem 10: O café que regou o relato da história de vida de Lírio.



Fonte: Elaboração própria / Créditos da foto: Yure Emanuel de Melo Feitosa Araújo.

Lírio nos expõe que nunca parou para pensar em sua história e o quão forte é. Hoje diz que se sente até mais leve depois da nossa conversa. Seu olhar estava mais vivo, melhorou até

a ressaca que sentia ao chegar antes da entrevista. Disse ainda que a nossa conversa foi bem melhor do que os encontros com assistentes sociais, as quais aparecem apenas para resolver uma determinada situação e nunca para ouvir as angústias ou a luta diária de uma mulher que convive com a violência doméstica.

Ela nunca se deprimiu ou pensou em desistir: “*Ah eu não me deprimi não! Se for deprimir as coisas desanda né?*”. Já sofreu muito e sofre, mas diz que é senhora do seu destino, produziu até uma metáfora com uma determinada novela: “[...] *meu nome se fosse Maria do Carmo, a senhora do destino*”. E Lírio é senhora do seu destino, não baixou a cabeça diante das dificuldades, não deixou que o choro a enfraquecesse, não permitiu que a violência a fizesse fraquejar. Ela foi mais forte que tudo. Seus filhos precisam dela, principalmente Cravo pelas suas limitações; o bairro Alto da Penha precisa dela, pelo seu exemplo de coragem e persistência; nós (mulheres) precisamos dela, como inspiração de luta; e ela precisa dela e de sua força de vontade para continuar vencendo.

Compartilhamos com ela o fato de termos convidado 20 mulheres para participar daquele momento, onde faríamos palestras, dinâmicas, ofereceríamos almoço, mas apenas 2 mulheres compareceram. Lírio comenta conosco que além do medo de seus companheiros, algumas mulheres também poderiam pressupor que seria apenas mais uma pesquisa, na qual elas seriam usadas em números e gráficos, sem nenhum retorno. Outras por vergonha ou até mesmo falta de interesse.

Esse medo é reflexo da vida dolorosa acometida pela violência doméstica em todas as suas tipificações. É um medo que assola e manipula. “[...] o corpo é um nó de significações vivas. A materialidade se expressa pela forma como o corpo interage com o mundo, é uma forma de dizer que posso ser visto como um objeto e que procuro ser visto como sujeito, que o outro pode ser meu senhor ou meu escravo” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 244).

A violência doméstica e seus agressores acabam por influenciar a mulher a não se perceber no mundo como ser pertencente a ele, bloqueando na maioria das vezes o seu poder de decisão para romper com esse fenômeno cotidiano que muito tem atormentado as mulheres. Mesmo havendo esse rompimento, as marcas prevalecem e caracterizam um corpo sofrido num cotidiano de renúncias e incertezas. O medo de denunciar o agressor acabou tornando-se uma barreira para muitas mulheres, independentemente de seu nível social, da sua etnia e da sua cor. As marcas emocionais dificultaram essa decisão (OLIVEIRA et al., 2015).

A assistência à mulher em situação de violência doméstica deve articular ações para todos os setores da sua vida, uma vez que todas as esferas corporais são afetadas. Além disso, os setores jurídico e familiar, bem como as organizações não governamentais envolvidas

nesse fenômeno, devem ser humanizados. “A atenção integral só é possível se houver acolhimento, uma escuta qualificada e um acompanhamento a essas mulheres vitimizadas e seus agressores, para assim facilitar o empoderamento e diminuir as ocorrências e o impacto dessa violência na saúde e na vida da mulher” (OLIVEIRA et al., 2015, p. 202).

A nossa longa conversa com Lírio foi muito valiosa, o estar com o Outro e ativar nossa escuta sensível para apreender as subjetividades de cada palavra proferida, ou até mesmo termos a sensibilidade de interpretarmos o silêncio em momentos que os gritos internos eram mais fortes. De acordo com Tolle (2010), o silêncio tem o poder transformador de nos libertar de nossos pensamentos, medos e desejos, eliminando as tensões do passado e também as expectativas em relação ao futuro. Uma vez que apenas no presente podemos descobrir quem realmente somos, alcançando assim a paz e a alegria que estão dentro de nós.

Com suporte no relato de vida da nossa depoente, problematizamos fatores de ordem social, cultural, econômica e política, os quais devem ser incluídos na agenda do desenvolvimento sustentável. O modelo de desenvolvimento adotado em uma sociedade está relacionado a diversos fatores, os quais incidem diretamente sobre as condições de vida das pessoas, da sua realização pessoal, da participação social e política, e principalmente da produção de bens e sua distribuição.

Imagem 11: O caminho ainda é longo, mas ainda temos fôlego para percorrê-lo.



Fonte: Elaboração própria / Créditos da foto: Yure Emanuel de Melo Feitosa Araújo.

A construção de desenvolvimento está coadunada a interesses econômicos, como também à formação cultural e histórica da sociedade. Os objetivos presentes e futuros também são importantes nesse contexto, focando nas condições de vida para a comunidade envolvida, no funcionamento efetivo das instituições sociais e na disponibilidade e preservação dos recursos naturais (ZAMBAM e KUJAWA, 2017).

No viés do desenvolvimento, a abordagem das políticas públicas está centrada no valor e na importância do indivíduo, ante a necessidade de desenvolver suas capacidades e, dessa forma, agir como cidadão na condição de agente ativo. As mulheres em situação de violência do bairro Alto da Penha precisam sentir-se amparadas pelo Estado, como também constituírem-se agentes ativos no sentido de mudar a realidade em que se encontram.

Mesmo encontrando subidas, ladeiras esburacadas e muitas pedras pelo caminho, Lírio e todas nós mulheres estamos dispostas a chegar no topo e vencer essa corrida pela conquista do respeito e da igualdade de gênero. A interpretação da história de vida de Lírio se deu pelas interfaces das violências sofridas, pelo descaso do poder público e pela ineficiência das políticas públicas. O desenvolvimento sustentável aqui discutido, com bases na agenda instituída pela ONU e pelos conceitos apresentados por Amartya Sen, não está presente na realidade das mulheres do bairro Alto da Penha. O respeito, a equidade, o acesso à justiça, a construção de capacidades e agentes de mudança inexistem nesse contexto.

A história de vida de Lírio se insere nas histórias singulares de cada mulher no contexto da violência doméstica e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no bairro estudado, mediante a interpretação das dimensões supracitadas e amplamente discutidas ao longo dessa análise.

É preciso repensarmos que desenvolvimento estamos discutindo e/ou defendendo ante a tantas desigualdades e injustiças sociais. É dever do Estado garantir a igualdade de acesso à justiça para todos, é dever dos sujeitos, cada um em sua singularidade promover e exercitar o respeito, como também o exercício da alteridade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM CAMINHO DE POSSIBILIDADES

"Nada é constante demais que a vida não possa mudar..."

(Bullet Bane)

De todas as seções dessa dissertação, essa foi a mais difícil de escrever. Nós líamos, relíamos, líamos novamente e não gostávamos do que estava escrito. O prazo para entrega estava no limite e eis que uma manhã com barulho de chuva na telha foi a inspiração. O vento que a chuva conduzia, trazia consigo as palavras corretas para serem usadas, o barulho de chuva acabou com o silêncio que persistia em nos calar para a escrita. Os gritos foram despertados e agora iniciamos as palavras que compõem as incontáveis possibilidades que essa temática traz para o desenvolvimento intelectual e para o acordar da sociedade.

Não se trata de uma conclusão, mas de um prólogo que anuncia um caminho de possibilidades. Ao ouvir os trovões, sentimos que muitos desafios ainda estão por vir no que se refere à violência doméstica e à desigualdade de gênero. Todavia, na maioria das vezes, os trovões são acompanhados de relâmpagos, os quais representam luz em forma de vitória para os tais desafios.

A violência contra as mulheres consiste em uma das principais formas de violação dos seus direitos humanos, impactando-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física. Nesse sentido, somente a Lei Maria da Penha e outras políticas públicas abordadas nesse estudo não bastam para modificar o cenário brasileiro de violência contra mulheres, a referida Lei consiste em apenas um dos recursos possíveis. Haja vista que esse recurso acaba se tornando ineficiente quando a Lei prevê medidas e estas não podem ser cumpridas por falta de recursos financeiros, equipamentos, falta de capacitação de pessoal ou até mesmo falta de conhecimento pleno de seus direitos, por parte das mulheres. Ressalte-se que uma solução jurídica isolada está longe de resolver a problemática, são necessárias mudanças sociais e culturais.

O desenvolvimento sustentável discutido e defendido nesse trabalho sustenta-se nos pressupostos de Amartya Sen e nos Objetivos instituídos na agenda Transformando Nosso Mundo: A agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

A livre condição de agente da mulher configura-se como uma característica peculiar em sua identidade e em seu agir como membro de uma sociedade, sendo assim responsável pelos seus destinos. A condição de agente de mudança qualifica a mulher como impulsionadora do processo de organização e de desenvolvimento justo do ambiente onde se

encontra. A mudança nos paradigmas sociais e econômicos pode ser mediadas pela condição de agente das mulheres. O Estado precisa desenvolver políticas públicas voltadas para a equidade de gênero, centradas no valor e na importância do indivíduo, ante a necessidade de desenvolver suas capacidades e, dessa forma, agir como cidadão e agente ativo no processo de desenvolvimento.

O desenvolvimento é conquistado mediante a expansão da liberdade, pois apenas o aumento da riqueza não garante desenvolvimento, as liberdades econômicas, políticas, sociais, humanas, culturais e ambientais precisam se reforçar mutuamente, ao invés de serem contrárias umas às outras. Percebemos cada vez mais a importância de projetarmos um desenvolvimento que considere em seu escopo as diversidades humanas e exclua qualquer tipo de desigualdade. O verdadeiro desenvolvimento não pode limitar-se ao crescimento econômico ou a satisfação das necessidades de consumo, a inclusão de outras necessidades nas políticas públicas atuais é uma questão urgente.

Infelizmente, na mesma conjuntura, entendemos que os temas relacionados à justiça social, à equidade, à fome, o direito ao trabalho, à educação, e aos serviços de saúde de qualidade permanecem como inquietações, as quais precisam ser urgentemente aprofundadas. O desenvolvimento que almejamos decorre do envolvimento conjunto de atores sociais, públicos e privados, ambos com o objetivo de desenvolver as suas capacidades individuais e comunitárias, atuando conjuntamente na condição de agentes ativos a fim de oferecer às pessoas as condições para o exercício da liberdade.

Tudo isso dialoga com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, os quais são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões desse desenvolvimento: a econômica, a social e a ambiental. O objetivo 16 dessa agenda é o elemento norteador para a promoção do desenvolvimento local, mediante a interpretação da história de vida de Lírio no contexto da violência doméstica no bairro Alto da Penha, uma vez que esse objetivo busca “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”.

Fizemos uso do conceito de singularidade para tentar sair de generalizações, em relação às mulheres que sofrem e/ou sofreram violência doméstica e familiar. Nesse sentido, a história de vida de Lírio trouxe interpretações acerca do alcoolismo feminino e suas implicações; a negação de sua verdadeira etnia, mediante o racismo exacerbado nas terras brasileiras; gravidez na adolescência, trazendo consigo as dores do amadurecimento forçado e precoce; as limitações do seu filho e a ausência familiar e estatal nesse contexto; a

dependência financeira e o uso abusivo de bebida alcoólica como fatores precipitantes da violência doméstica e familiar no bairro Alto da Penha; a fragilidade das políticas públicas referente ao amparo de Lírio em diversas instâncias; os tipos de violência doméstica sofrida por Lírio e pela maioria das mulheres no bairro estudado; abuso sexual infantil e suas marcas; o medo que as mulheres em situação de violência sentem para denunciar o agressor, devido à falta de proteção e segurança pelo Estado; os casos adormecidos de violência doméstica no Alto da Penha; violência de vulnerável, as marcas e o sentimento de impunidade; ao brotar a coragem de denunciar, as mulheres não recebem tratamento adequado.

As facetas supracitadas retratam a narrativa de Lírio, e nos fazem pensar o quanto estamos distantes de alcançar o desenvolvimento sustentado na justiça social, na equidade e no respeito. As políticas públicas continuam a considerar a sociedade como um conjunto de espaços econômicos, mobiliários e equipamentos dissociados dos cidadãos. As necessidades e os direitos dos sujeitos como o acesso igualitário à justiça e a liberdade de viver bem não costumam ser associados ao tema da sustentabilidade. As mulheres do bairro Alto da Penha e do Cariri necessitam ter seus direitos garantidos e suas demandas inclusas na pauta das políticas públicas e na constituição do desenvolvimento local.

Retomando a metáfora da chuva, sabemos que muitos trovões ainda assustarão as mulheres do bairro Alto da Penha, mas sempre haverá luz quando os relâmpagos chegarem. O surgimento de trovões e relâmpagos sinalizam a chegada da chuva, a qual representa abundância e vitalidade. Desejamos com este trabalho abundância de direitos no que se refere à desigualdade de gênero e vitalidade das Penhas que conhecemos no Alto.

Acreditamos na possibilidade de mudança dos paradigmas opressores, desiguais, preconceituosos e apáticos ao desenvolvimento que almejamos. Acreditamos na transformação desta realidade opressiva e desigual a que estão submetidas as nossas mulheres, principalmente através de uma educação que possibilite a afirmação do respeito. Sabemos o quanto ainda devemos lutar para consolidar o desenvolvimento sustentável justo e humano, e este percurso será fundado por nossas vivências, sob as quais podemos reconstruir o encontro do eu com o Outro e exercitar a alteridade.

Ressaltamos aqui a importância de questionarmos e refletirmos sobre a singularidade da história de vida de Lírio, no tocante às violências que atravessam as histórias singulares de cada mulher que sofreu ou sofre violência doméstica e familiar. Findamos com uma frase proferida pela filósofa e feminista María Luisa Femenías: “o que se vê é apenas a ponta de um *iceberg* que, em sua profundidade, esconde diversos discursos que sustentam esses tipos de violências”.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004, v. 1.

ALMEIDA, S. S. de. **Femicídio**: algemas (in) visíveis do público-privado. Revinter. 1998.

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é FEMINISMO**. Coleção Primeiros Passos. Editora: Brasiliense, 1985.

ALVES, D. R. **Violência contra a Mulher**: implicações da Lei Maria da Penha. 2009, 95 f. Monografia (Conclusão do curso) – Universidade Estadual do Ceará, Curso de Ciências Sociais, Fortaleza.

ANACLETO, A. J.; NJAINE, K.; LONGO, G. Z.; BOING, A. F.; PERES, K. G. 2009. Prevalência e fatores associados à violência entre parceiros íntimos: um estudo de base populacional em Lages, Santa Catarina, Brasil, 2007. **Caderno de Saúde Pública**, 25(4):800-808.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo, Atlas, 2009.

ARAÚJO, I. M. **Violência de gênero e políticas públicas**: resistências e enfrentamentos. In: XXIX Congresso Latino Americano de Sociologia – ALAS, 2013, Santiago – Chile. Acta Científica XXIX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología 2013.

_____; BORSOI, I. C. LIMA, J. C. Operárias no Cariri cearense: Fábrica, família e violência doméstica. **Revista Estudos feministas**, v.19, n. 3, Florianópolis, 2011.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. São Paulo: Círculo do Livro, 1986. Tradução de Sérgio Milliet.

BERTAUX, D. **La perspective biografica**: validez metodológica y potencialidades. Paris: Presses Universitaires de France, 1980. (Cahiers Interantionaux de Sociologie, v. LXIX).

BIRMAN, J. **Psicanálise, ciência e cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

BLAY, E. A. **Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos**. São Paulo: Ed. 334, 2008. 248p.

_____. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Revista Estudos Avançados**, v.17 n.49, São Paulo set./dez. 2003.

BORGES, A. R. D. (org.). **Narrativas orais no Barro Vermelho**. 1ª ed. Crato, 2011. Disponível em: <<http://issuu.com/anarosborges/docs/livro>> Acesso: 11 fev. 2018.

BORGES, C. R. de O. **A influência do Programa Bolsa Família na redução do nível de pobreza da população e os efeitos das condicionalidades sobre indicadores de saúde e educação**: um estudo de caso sobre a comunidade Vila Lobo, município de Crato-CE. 51f.

Monografia. Curso de Graduação em Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA. Crato, 2011.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 160p.

_____. **A miséria do mundo**. Tradução de Mateus S. Soares. 3a edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. **Código Penal**. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. Lei 8069 de 13 de Julho de 1990 – **Estatuto da Criança e do Adolescente**.

_____. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Lei Maria da Penha. Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 28 nov. 2017.

_____. Presidência da República. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Brasília, 2011.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236 p.

CANDAU, J. **Memoria e identidad**. Buenos Aires, Del sol, 2001.

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. Pesquisa *em* versus pesquisas *com* seres humanos. In: VÍCTORA, Ceres; OLIVEN, Ruben G.; MACIEL, Maria E.; ORO, Ari P. (org). **Antropologia e ética: o debate atual no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2004.

CARDOSO, N. M. B. Psicologia e relações de gênero: a socialização do gênero feminino e suas implicações na violência conjugal em relação às mulheres. In: ZANELLA, A. et al. (Orgs.). **Psicologia e práticas sociais**. 19. ed. Porto Alegre: Abrasposul, 1997.

CARVALHO, E. A. **Uma Análise histórico-jurídica da Violência contra a Mulher na Região do Cariri**. In: XXI Encontro Regional de Estudantes de Direito e Encontro Regional de Assessoria Jurídica Universitária - “20 anos de Constituição. Parabéns! Por quê?”. Fundação Araripe – Crato, 2008.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Vol. 2 da trilogia *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, E. V. O nativo relativo. **Maná**, Rio de Janeiro, n.8, (1), 2002.

CAVALCANTI, C. Breve Introdução à Economia da Sustentabilidade. In: CAVALCANTI, Clóvis et al. **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. Recife: INPSO/FUNDAJ, out. 1994. p. 17-28. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

CAVALCANTI, S. V. S. de F. A violência doméstica como violação dos direitos humanos. **Jus Navigandi**, Teresina, n. 901, ano 10, 21.dez. 2005. [On line]. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7753>. Acesso em: 28 out. 2016.

CAVARERO, A.; BUTLER, J. Condição humana contra “natureza”. **Revista de Estudos Feministas**, v. 15, n.3, set/dez, Florianópolis, 2007.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CENTEVILLE, V. **Ciúme patológico masculino: reflexões sob a ótica junguiana**. 2008, 149f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). São Paulo: PUC, 2008.

_____; ALMEIDA, T. de. Ciúme romântico e a sua relação com a violência. **Psic. Rev. São Paulo**, volume 16, n.1 e n.2, 73-91, 2007.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHAUÍ, Marilena. Ética e violência. **Teoria & Debate**, n. 39, p. 32-41, out./nov./dez. de 1998.

CLOSS, L. Q.; ANTONELLO, C. S. O uso da história de vida para compreender processos de aprendizagem gerencial. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, v. 12, n. 4, São Paulo – SP, jul./ago. 2011, p. 44-74. ISSN 1518-6776 (impresso), ISSN 1678-6971 (*on-line*).

COELHO, E. B. S.; BOLSONI, C. C.; CONCEIÇÃO, T. B.; VERDI, M. I. M. **Políticas Públicas no Enfrentamento da Violência**. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis – SC, 2014. ISBN – 978-85-61682-39-2.

COSTA, A. A. A. O Movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de uma Intervenção Política. **Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero**. n. 5, 2005.

COSTA, É. R.; AMARAL, J. H. do. **Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) e Centro de Referência de Atendimento a Mulher (CRAM)**. In III Encontro de Iniciação Científica e II Encontro de Extensão Universitária - Faculdades Integradas Antonio Eufrásio de Toledo (Unitoledo), v. 3, n. 3. 2007. ISSN 1809-2551.

CUNHA, E. da. **Os Sertões**. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

D’OLIVEIRA, A. F. P. L.; SCHRAIBER, L. B.; FRANÇA-JÚNIOR, I.; LUDERMIR, A. B.; PORTELLA, A. P.; DINIZ, C. S.; COUTO, M. T.; VALENÇA, O. Fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres brasileiras. **Revista Saúde Pública**, 43(2), 299-310, 2009.

DA MATTA, R. "O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues". In: NUNES, Edson de Oliveira (org). A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. p. 23-35.

DEBERT, G. G.; GREGORI, M. F. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS**, v. 23 n. 66, fev./2008.

DELPHY, C. A materialist feminism is possible. In: *Close to Home: A Materialist Analysis of Women's Oppression*. Great Britain: The University of Massachusetts Press, 1984. p. 154-161. Disponível em: <https://materialfeminista.milharal.org/files/2013/07/Um-Feminismo-Materialista-%C3%A9-Poss%C3%ADvel-parte-Christine-Delphy.pdf>. Acesso em: 28 out. 2016.

DEMARTINI, Z. B. F. Histórias de vida na abordagem de problemas educacionais. In: SIMSON, O. M. V. (Org.). **Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice, 1988. p. 44-105.

DIAS, M. B. Violência doméstica e as uniões homoafetivas. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, IX, n. 33, set 2006.

DINIZ, S. G. **Violência contra a mulher: estratégias e respostas do movimento feminista no Brasil (1980-2005)**. In: DINIZ, Simone, SILVEIRA, Lenira e MIRIM, Liz (org.). Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher (1980-2005) – alcances e limites. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006.

DOBKE, V. **Abuso sexual: a inquirição das crianças, uma abordagem interdisciplinar**. Porto Alegre: Ricardo Lenz Editora, 2001.

DRUMMOND, B. L. da C; RADICCHI, A. L. A.; GONTIJO, E. C. D. Fatores sociais associados a transtornos mentais com situações de risco na atenção primária de saúde. **Rev. Bras. Epidemiol.** vol.17, 2014, p. 68-80.

FAIMAN, C. J. S. **Abuso sexual em família: a violência do incesto à luz da psicanálise**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

FERNANDES, M. da P. M. **Sobrevivi... Posso Contar**. 2ª ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

FERNANDES, M. E. História de vida: dos desafios de sua utilização. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 15-31, jul. 2010.

FIGUEIREDO, L. C. M. **Psicologia: uma (nova) introdução- uma visão histórica da psicologia como ciência**. São Paulo: EDUC, 2006.

FILSTEAD, W. **Qualitative methods: a needed perspective in evaluation research**. In: REICHARD, C.; COOK, T. *Quantitative and qualitative methods in evaluation research*. London: Sage, 1979. p. 33-48.

FONSECA, Claudia. **Quando cada caso NÃO é um caso**, 1999. Disponível em: https://poars1982.files.wordpress.com/2008/03/rbde10_06_claudia_fonseca.pdf. Acesso em: 02 de janeiro de 2018.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

_____. **História da sexualidade: o uso dos prazeres.** 11ª ed. Tradução de Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006. (v.2).

FROTA, M. H. de P.; et al. **Assassinato de Mulheres no Ceará.** Fortaleza: EdUECE; EDMETA, 2012. (Série Informativos do Observem).

_____; OSTERNE, M. do S. F. **Observem: Monitorando e Prevenindo a Violência Contra a Mulher.** In: Fazendo Gênero 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 23 a 26 de agosto de 2010. Disponível em:
http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278298156_ARQUIVO_ARTIGOfinal-Observatorio1.pdf. Acesso em: 14 nov. 2016.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: M. W. Bauer, & G. Gaskell (Orgs.), **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático** (pp.64-89). Petrópolis: Vozes, 2002.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

_____. **Obras e vidas – o antropólogo como autor.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOMES, N. L. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?. **Revista Brasileira de Educação**, n. 21, p. 40-51, set.- dez. 2002.

GROSSI, M. P. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. **Estudos Feministas** 2 (Número Especial): 473-83. 2004.

GROSSI, P. K.; TAVARES, F.; OLIVEIRA, S. B. A rede de proteção à mulher em situação de violência doméstica: avanços e desafios. **Athenea Digital** [online]. v. 14, n. 1, p. 267-80. Jul. 2008.

HELDER, R. R. **Como fazer análise documental.** Porto, Universidade de Algarve, 2006. Disponível em:
http://alfabetizarvirtualtextos.files.wordpress.com/2012/09/soares_autobiografiaformacaodoce nte.pdf . Acesso em: 30/11/2017.

ISIDÓRIO, A. V. B. et al. **A Dimensão Pedagógica da Luta: Protagonismo das Mulheres Negras na Frente das Mulheres dos Movimentos do Cariri.** In: Anais do Artefatos da Cultura Negra; Educação Afropensada: Repensar o Currículo e Construir Alternativas de Combate ao Racismo, de 31 de agosto à 04 de setembro de 2015, Crato 811p. (p. 262-272).

JOSSO, M.C. **Experiências de vida e formação.** São Paulo: Cortez, 2004.

KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1962.

- LABRONICI, L. M.; FERRAZ, M. I. R.; TRIGUEIRO, T. H.; FEGADOLI, D. Perfil da violência contra mulheres atendidas na Pousada de Maria. **Rev Esc Enferm USP**. 2010 Mar; 44(1):126-33.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.
- LEANDRO, A. U. F. **Implementação de Políticas Públicas e Desafios ao Enfrentamento da Violência contra a Mulher**. In: II Semana de Pós-graduação em Ciência Política: repensando a trajetória do Estado brasileiro. Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2014.
- LINHARES, L. B. Violência contra a mulher e cidadania: uma avaliação das políticas públicas. **Cadernos CEPIA**, Ano 1, nº 1. 1994.
- LOPES, W. K. P. Aspectos Sociais e Simbólicos da prática de Violência Intrafamiliar contra a Mulher no município de Iguatu-Ce. **Revista Direito & Dialogicidade** - Crato, CE, v. 6, n.1, jan./jun. 2015.
- LUNA, S. V. de. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. 2a edição. São Paulo: EDUC, 1999.
- MACHADO, L. M. V. **A incorporação de gênero nas políticas públicas**: perspectivas e desafios. São Paulo: Annablume, 1999.
- MACHADO, L. Z. **Eficácia e desafios das delegacias especializadas no atendimento às mulheres**: o futuro dos direitos à não violência. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher / Secretaria de Estado de Direitos Humanos. Brasília, 2002.
- _____; MAGALHÃES, M. T. B. Violência conjugal: os espelhos e as marcas. In: SUAREZ, M.; BANDEIRA, L. et al. (Orgs.). **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999, p.173-237.
- MAESTRI, R. de C.; MINDAL, C. B. **Metodologia de História de Vida**: a história de vida profissional de uma pessoa surda. In XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Curitiba, 2013.
- MARTINS, A. P. A.; CERQUEIRA, D.; MATOS, M. V. M. **A institucionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil** (versão preliminar). IPEA, n. 13. Brasília, março de 2015.
- MEMMI, A. **Retrato do colonizador precedido pelo retrato do colonizado**. Trad. Ronald Corbisier e Mariza Pinto Coelho. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo (SP): Martins Fontes; 1999.

MINAYO, M. C. de S. (org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 6a Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

_____. A difícil e lenta entrada da violência na agenda do setor saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 646-7, maio/ jun. 2004.

NASCIMENTO, R. P. **Quando os filhos não têm um super-herói, mas sim uma super-guerreira - Feliz dia do Pai, Mãe!**. Blog Conta-me Histórias, 2017. Disponível em: <http://contame-historias.blogs.sapo.pt/quando-os-filhos-nao-tem-um-super-heroi-4520>. Acesso em: 24 de jan. 2018.

NOBRE, M. T.; BARREIRA, C. **Controle social e mediação de conflitos: as delegacias da mulher e a violência doméstica**. Sociologias. Nº 20. Porto Alegre. 2008.

OGIDO, R.; SCHOR, N. A Jovem Mãe e o Mercado de Trabalho. **Saúde Soc.** São Paulo, v.21, n.4, p.1044-1055, 2012.

OLIVEIRA, G. C.; DELL'AGNOLO, C. M.; BALLANI, T. S. L.; CARVALHO, M. D. B.; PELLOSO, S. M. Consumo abusivo de álcool em mulheres. **Rev Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre (RS) 2012 jun;33(2):60-68.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

OLIVEIRA, P. P. de; VIEGAS, S. M. da F.; SANTOS, W. J. dos; SILVEIRA, E. A. A. da; ELIAS, S. C. Mulheres vítimas de Violência Doméstica: uma abordagem fenomenológica. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2015 Jan-Mar; 24(1): 196-203.

ONUBR, Nações Unidas no Brasil. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 13 de outubro de 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2016.

PAMPHILON, B. **The zoom model: a dynamic framework for the analysis of life histories**. *Qualitative Inquiry*, London, v. 5, n. 3, p. 393-410, Sept. 1999.

PASINATO, W.; SANTOS, C. M. **Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil**. Núcleo de Estudos de Gênero Pagu. Campinas: PAGU/UNICAMP, 2008.

PAULILLO, M. A. S. Pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 135-148, 1999.

PINHEIRO, M. J. M. **Mulheres Abrigadas: Violência Conjugal e Trajetórias de Vida**. EdUECE; EDMETA, Fortaleza, 2012. (Série Informativos do Observem).

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).

POUPART, J. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, Rj: Vozes, 2008.

QUEIROZ, M. I. P. de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Olga de Moraes Von (org). **Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

QUEIROZ, Z. F. de. **Violência contra a mulher no interior do Ceará**. Universidade Regional do Cariri – URCA, 2016.

RADFORD, J.; RUSSELL, D. E. H. (orgs.). **Femicide: The Politics of Woman Killing**. Buckingham: Open University Press, 1992.

RAMOS, M. E. **Histórias de “Mulheres”**: a violência vivenciada singularmente e a Lei 11.340 como possível recurso jurídico. 2010, 168f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

RESOLUÇÃO Nº196/96. Ministério da Saúde / Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Disponível em:
<http://www.pppg.ufma.br/uploads/files/Reslucao%2019696.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2017.

_____. Nº510/16. Ministério da Saúde / Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Disponível em:
<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2018.

RIBEIRO, E. A. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. **Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais**, Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio de 2008.

ROQUE, R. **Crato é líder em Violência contra mulheres no Cariri**. Crato em Foco, 2016. Disponível em: <http://www.cratoemfoco.com/2016/10/crato-e-lider-em-violencia-contra.html>. Acesso em: 01 dez. 2016.

ROSA, T. R. S. **Beneficiários do Programa Bolsa Família de Montes Claros - MG: onde estão e como vivem**. 130f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS, Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros – MG, 2010.

SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. Equidade e Paridade para obter Igualdade. **Revista O Social em Questão**, nº 1, jan./jun., 1997a, p. 63-70. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/v1n01a05.pdf>. Acesso em: 29 out. 2016.

_____. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Quatro Artes. Posteriormente, o livro passou a ser editado pela Vozes: 1976, 1979. Em inglês, sua publicação é de 1978: *Women in Class Society*. Nova Iorque, Londres: Monthly Review Press, 1969.

_____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, 16, 115-136, 2001.

_____. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. Coleção Brasil Urgente, 2004.

_____. Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. In: KUPSTAS, Marcia (org.) **Violência em debate**. São Paulo: Moderna, p. 39-57, 1997b.

SANTO, L. N.; NAKANO, M. A. S.; LETTIERE, A. Percepção de mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social. **Texto Contexto Enferm** [online], v. 19, n. 3, p. 417-24. Jul-Set, 2010.

SANTOS, A. M.; SILVA, M. R. S.; SILVA, P. A. O cotidiano dos filhos que convivem com a mãe alcoolista. **Ciência, Cuidado e Saúde**, 11(4), 697-703, 2012.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 2003.

SANTOS, C. M. Delegacias da Mulher em São Paulo: Percursos e percalços. In Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (org.). **Relatório de Direitos Humanos no Brasil 2001**. Rio de Janeiro: Editora Parma. 185-196. 2001.

SANTOS, W. C. da S. A mulher negra brasileira. **Revista África e Africanidades**, v. 2, n. 5, mai. 2009.

SCHROEDER, J. T.; SCHROEDER, I. Responsabilidade social corporativa: limites e possibilidades. **Rae-eletrônica**. São Paulo, v. 3, n. 1, Jan./jun., 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v3n1/v3n1a01>. Acesso em: 11 out. 2015.

SCOTT, J. W. **A cidadã paradoxal**: as feministas francesas e os direitos dos homens. Trad. Élvio A. Funck. Apres. Miriam P. Grossi. 2002.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Mota; Revisão Técnica: Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

_____. **Desigualdade reexaminada**. Tradução de Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Sobre Ética e Economia**. Tradução: Laura Teixeira Mota. São Paulo. Companhia das Letras: 1999.

SILVA, M. N. da. A mulher negra. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 22, mar. 2003. Disponível em: <https://espacoacademico.wordpress.com/2010/03/21/a-mulher-negra/>. Acesso em: 22 de jan. 2018.

SILVEIRA, L. P. da. Serviços de Atendimento a mulheres vítimas de violência. In: DINIZ, Simone, SILVEIRA, Lenira e MIRIM, Liz (org.). **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher (1980-2005) – alcances e limites**. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006.

SIMÕES, V. M. F.; BETTIO FILHO, H.; TONIAL, S. R.; MOCHEL, E. G. Características da gravidez na adolescência em São Luiz, Maranhão. **Rev Saúde Pública** 2003; 37:529-65.

SIQUEIRA, É. S. E. A depressão e o desejo na psicanálise. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, jun. 2007.

SOARES, A. M. F.; SOBRINHO, J. A. C. M. **Autobiografia e formação docente: caminhos e perspectivas para prática reflexiva**, 2012.

SOUZA, F. L. M. **Qualificar, Capacitar, Habilitar: a educação e a produção de sujeitos outros, no Ceará do século XX (1987-2007)**. 2010. 158f. Tese. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro.

TEIXEIRA, E. B. A análise de dados na pesquisa científica: importância e desafios em estudos organizacionais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 1, n. 2, p. 177-201, 2003.

TELES, M. A. A. **Do Silêncio ao grito contra a impunidade: caso Márcia Leopodi**. São Paulo: União das Mulheres de São Paulo, 2007, p. 143 a 183.

TOLLE, E. **O Poder do Silêncio**. São Paulo: Sextante, 2010.

VEIGA, J. E. da. **Cidades Imaginárias – o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas-SP: Editora Autores Associados, 2005.

VESPUCCI, E., VESPUCCI, R. **Alcoolismo: o livro das respostas: esclarecendo dúvidas fundamentais**. São Paulo: Casa Amarela, 2000.

WELZER-LANG, D. **Les hommes violents**. Paris: Lierre & Coudrier Editeur, 1991.

WINNICOTT, W. **A criança e seu mundo**. Harmondsworth, Inglaterra: Penguin Books Ltd., 1979.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAMBAM, N. **Amartya Sen: liberdade, justiça e desenvolvimento sustentável**. Seminário Acadêmico de Direito IMED: Temas contemporâneos Passo Fundo, 2012.

ANEXO I

RELATO DE GIRASSOL, MORADORA DO BAIRRO ALTO DA PENHA E VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

“Eu mesma fui vítima em 2014, fiz a denúncia acompanhada da equipe multidisciplinar do Projeto Mulheres da Paz, e não tive juntamente com minhas filhas nenhuma assistência direcionada aos traumas sofridos durante este período. O afastamento dele demorou dias, ou seja, durante noites e noites eu e minhas duas filhas (13 e 10 anos) nós revezávamos para dormir. Eu ficava de vigília até as duas da manhã, as duas eu acordava a de treze anos que velava nosso sono até as quatro da manhã, as quatro ela acordava a de dez anos para velar por nós até as seis da manhã (horário em que ele ia trabalhar). Nenhum órgão de combate à violência contra Mulher nos procurou para tratar sequer os traumas que ainda acompanham a minha filha mais nova. A primeira vez que apanhei minha filha mais nova tinha seis dias, pensei em denunciar, mas não o fiz porque minha mãe não aceitou uma filha divorciada, eu dependia financeiramente dele, tinha duas filhas pequenas (6 dias e 2 anos e 2 meses), não encontrei apoio. Ouvei muitas piadas de vizinhos, ao ouvir a rejeição de minha mãe, ele se tornou cada vez mais agressivo e sempre afirmava ironicamente que eu não tinha para onde ir. Até que em 2014 confiando somente em Deus e reconhecendo não temer mais a morte, bem como de tanta dor não me importava com o que viria, denunciei. Mas devo dizer que o preço foi alto, os traumas e sequelas que adquirimos são terríveis, tanto que não sei se eu sabendo anteriormente tudo que iríamos passar, se eu teria coragem. Sei do cuidado necessário, porque vivi a violência, o medo, a dor, a vergonha, o preconceito e a desassistência do poder público municipal. Enquanto eu precisava de ações imediatas, os órgãos de combate à violência doméstica distribuía lacinhos, faziam campanhas de fomento à denúncia e audiências que até o presente momento desconheço qualquer resultado a partir destas. Eu refletia sobre quantas de mim (mulheres que denunciam e ficam sem amparo) essas campanhas produziram, e quantas iguais as minhas filhas em seus medos, traumas e rejeições. Posso dizer que venci minha batalha, mas que convivo com as cicatrizes em mim e em minhas filhas tanto da violência quanto da falta de assistência, sendo sob minha concepção a falta de assistência uma forma de violência. No entanto, fiz de tudo isso uma razão para lutar diariamente pela redução da violência e mudança deste contexto na minha comunidade, pois reconheço minha pequenez, mas observando e considerando as dores e os medos que acompanham essas mulheres, usando de cautela e sensibilidade para não agravar o quadro de violência como foi feito comigo e minha filhas”.

ANEXO II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUSTENTÁVEL

**A Violência Doméstica no contexto dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável:
Histórias de Vida e suas Singularidades no bairro Alto da Penha.**

Estamos realizando uma pesquisa que tem como objetivo: analisar as histórias de vida e suas singularidades das mulheres em situação de violência doméstica no bairro Alto da Penha à luz dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Sua participação consistirá em responder a uma entrevista semiestruturada individual. A entrevista abordará questões relacionadas à violência sofrida, enfocando seus sentimentos e atitudes diante da situação. Saiba que sua colaboração é muito importante!

Serão tomados todos os cuidados para garantir sigilo e confidencialidade dos dados. A entrevista será gravada e as informações analisadas, para que se possa no futuro auxiliar outras mulheres que estejam passando pela mesma situação. Sua participação é voluntária, podendo ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo ou punição.

Os dados serão coletados pela mestrandia Maria Aline Pereira de Brito, sob orientação da Prof.^a Dra. Francisca Laudeci Martins Souza, e coorientação da Prof.^a Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz. Desde já, agradecemos sua contribuição para o desenvolvimento desta pesquisa e colocamo-nos à disposição para qualquer tipo de esclarecimento.

Autorização:

Eu, _____ fui informada dos objetivos desta pesquisa de forma clara e detalhada. Recebi informações sobre cada procedimento, dos riscos previstos e benefícios esperados. Terei liberdade de retirar o consentimento de participação na pesquisa, em qualquer momento do processo. Ao analisar este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os meus direitos legais serão garantidos. Desse modo, ao assinar esse Termo, dou meu consentimento livre e esclarecido, concordando em participar deste estudo.

Data: __ / __ / ____

Assinatura Participante

Data: __ / __ / ____

Assinatura Pesquisadora

ANEXO III



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUSTENTÁVEL

ROTEIRO PARA ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE

1. Qual sua idade?
2. A senhora tem irmãos, ou irmãs? Quantos?
3. E sua mãe, e seu pai? Como era a relação com seu pai? E com sua mãe?
4. Como era ou é a relação entre os seus pais?
5. Qual seu grau de escolaridade? Pensou ou pensa em seguir com sua formação? Por quê?
6. A senhora se considera de qual cor/etnia?
 - () parda
 - () preta
 - () branca
 - () indígena
7. Qual sua renda mensal? Qual sua profissão?
8. Como a senhora se sente morando aqui no Alto da Penha?
9. Qual o estado civil?
10. Sofre de algum vício, ou com alguma deficiência física ou mental?
11. Quantas pessoas moram com a senhora?
12. Tem algum alcoólatra na família? E usuário de drogas?
13. Tem algum ente familiar com alguma deficiência mental? Como é sua relação com ele(a)?
14. Tem filhos? Qual a idade deles?
15. A senhora criou todos os seus filhos?
16. Qual a relação do pai de seus filhos com eles?
17. Como a senhora descreve seu companheiro, ou ex-companheiro(s)?
18. Em quais circunstâncias você o conheceu?
19. Como era ou é a relação de vocês?
20. Das situações abaixo, quais a senhora acredita que configurem violência doméstica? E quais delas a senhora julga necessária a “queixa na polícia”?
 - a) Empurrão num momento de discussão
 - b) Xingamento com palavras
 - c) Arremessou algo em momento de raiva, mesmo que não acerte
 - d) Pressionar para que a mulher faça sexo mesmo sem que esta sinta vontade
 - e) Ameaças
 - f) Subtração ou venda de bens da mulher sem o consentimento dela
 - g) Não permitir que estude

- h) Não permitir que trabalhe
 - i) Não permitir que saia de casa
 - j) Gracinhas com os defeitos físicos da mulher
 - k) Constrangimento no trabalho, na frente dos filhos ou em público
21. Quais os tipos de violência a senhora conhece?
22. Qual (is) destas situações a senhora já vivenciou com seu companheiro, ou pai, ou irmão, primo ou filho?
- a) Empurrão
 - b) Xingamento com palavrões
 - c) Arremessou algo na senhora em momento de raiva
 - d) Fez sexo sem vontade, por que o companheiro obrigou com ameaças
 - e) Ameaças verbais
 - f) Subtração ou venda de bens que eram seus sem seu consentimento
 - g) Não deixou sair de casa (para as maiores de 18)
 - h) Agressão física
 - i) Gracinhas depreciativas e ofensivas com defeitos físicos
 - j) Constrangimento no trabalho, na frente dos filhos ou em público.
23. A senhora pensou em procurar a delegacia?
24. A senhora procurou a delegacia para fazer denúncia?
25. Se **sim**, como foi o atendimento? Qual a medida que tomaram? Pode nos relatar como foi?
26. Se **não**, porque a senhora não fez a denúncia?
27. Com exceção da DDM a senhora acredita que há outras instituições que devam dá assistência a Mulher nos casos de violência contra Mulher?
28. Quais destes órgãos a senhora conhece e pode dizer o que ele desenvolve?
- a) CRAS
 - b) CREAS
 - c) DDM
 - d) CMDMC
 - e) IML
 - f) STDS
29. Quais destes órgãos lhe prestaram assistência?
30. A senhora conhecia/conhece a Lei Maria da Penha?
31. Se sim, conheceu como? (Leu, palestras, ou apenas ouviu falar)
32. O que acha da Lei Maria da Penha para a senhora?
33. E para a sociedade?
34. Como a senhora enxerga a violência contra a mulher no bairro Alto da Penha?
35. Como a senhora se enxerga hoje?
36. A senhora acha que mudou a maneira de ver a vida com esse(s) relacionamento(s) agressivo(s)?
37. O que mudou depois desse(s) relacionamento(s) agressivo(s)?
38. O que a senhora espera para a sua vida a partir de hoje? (sobre futuro(s) relacionamento(s), relação com filhos(a), vida profissional e o estar bem consigo mesma).
39. A senhora gostaria de dizer alguma outra coisa que não foi perguntada e que acha importante?
40. Como a senhora se sentiu respondendo a essas questões?